



SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 10, n. 1, 2016

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na sessão Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina, bem como resenhas e relatos de viagens de estudo. As publicações destes diferentes trabalhos visa à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre a história do estado.

Sobre a capa:

“Índia Kaingang”, de Karine Jardim [Café sobre nanquim, papel Canson, ano 2017], obra exclusiva para a revista Santa Catarina em História. Karine Jardim é graduanda do curso de Artes Visuais da Universidade da Região de Chapecó (Unochapecó). Para conhecer o trabalho da artista acesse <https://www.instagram.com/kakajbraz/>

Correspondência

Revista Santa Catarina em História
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário – Trindade
CEP 88040-970 Florianópolis SC Brasil

Contato para Suporte Técnico

E-mail: seercfh@sistemas.ufsc.br

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Josiély Koerich

4-6

ARTIGOS

Etapas históricas e condicionantes geopolíticos das atividades socioeconômicas da Ilha de Santa Catarina

Washington Ferreira

8-26

ESTUDOS

Práticas tradicionais Kaingang: Gestação, parto e pós-parto

Yasmin Dos Santos Sagás

28-40

Novas questões para a arqueologia do Império: expedi o de Charles Wiener e Fritz Müller na província de Santa Catharina

Jovenson Carlos Casagrande

41-55

José Fernandes: o diabo que cria para o povo e a arte no dia a dia

Tamiris Serafim Matos

56-65

Máculas: As marcas da tortura na vida de quatro catarinenses

Danielle Dornelles, Thais Machado

66-75

Patrimônio material em Florianópolis: o Palácio Cruz e Sousa e sua transforma o em Museu Histórico de Santa Catarina



Janaina da Silva Custódio, Thatiane da Silva

76-92

A tradição da renda de bilro e sua continuação para futuras gerações na Ponta do Sambaqui
dificuldades e iniciativas

Jéssica Lícia da Assumpção

93-104

Modernismo em palco. Propostas preliminares sobre o Teatro Experimental em Sul

Ruben Souza

105-116

O "olhar museológico" de Franklin Cascaes

Anna Julia Borges Serafim, Acsa Martins, Agatha Agster Dias Thomas

117-126

RESENHAS

Contestado: uma guerra organizada na religiosidade

Catiuscia Alves Reynaud

128-134



Editorial

Fernanda Arno

Josiély Koerich

A **Revista Santa Catarina em História**, além de contemplar artigos, estudos e resenhas recebidos em fluxo contínuo, constituiu também um importante espaço de inserção de trabalhos desenvolvidos por acadêmicas/os no decorrer da disciplina de História de Santa Catarina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesta edição, buscamos dar ênfase a esses trabalhos, notadamente nas sessões **Estudos** e **Resenhas**, formadas em sua totalidade pelos trabalhos finais das/os estudantes de História e Museologia da referida disciplina, ministrada em ambos os cursos pela Profa. Dra. Janine Gomes da Silva durante os semestres de 2015.2 e 2016.1. Composta por um artigo, oito estudos e uma resenha, esta nova edição da revista contribui com diferentes olhares sobre a história de Santa Catarina.

Na sessão **Artigos**, o texto “Etapas históricas e condicionantes geopolíticas das atividades socioeconômicas da Ilha de Santa Catarina” de Washington Ferreira traz uma revisão das diferentes etapas históricas do processo de colonização da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis (SC), bem como a análise dos condicionantes geopolíticos envolvidos nessas etapas. Partindo de uma perspectiva de aproximação entre os campos da História Ambiental e do Gerenciamento Costeiro Integrado, o autor, que possui Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC (2015), intenta identificar algumas das razões determinantes para a sucessão das principais atividades socioeconômicas na Ilha, ao longo do percurso histórico.

Na sessão **Estudos**, utilizando entrevistas orais e outras fontes primárias escritas presentes no acervo do Laboratório de História Indígena-LABHIN da UFSC, Yasmin dos Santos Sagás, em seu texto intitulado “Práticas tradicionais Kaingang: Gestação, parto e pós-parto”, aborda algumas das mudanças e permanências nos períodos de gestação, parto e pós-parto nas práticas tradicionais dos Kaingang, grupo indígena pertencente à família lingüística Jê (Tronco Macro Jê) e que no estado catarinense, principal foco da pesquisa da autora, somam cerca de 6.500 pessoas.

No texto “Novas questões para a arqueologia do Império: expedição de Charles Wiener e Fritz Müller na província de Santa Catarina em 1875-76 e o diálogo entre arqueologia e as ciências naturais”, perspectivando a exploração arqueológica dos sambaquis de Santa Catarina realizada pelo explorador americanista Charles Wiener, o autor Jovenson Carlos Casagrande



procura compreender a participação do naturalista alemão Fritz Müller na mesma. Tendo por fontes o Relatório Oficial da Expedição publicado por Wiener na revista do *Archivo do Museu Nacional* (1876) e de uma carta de Fritz Müller à Charles Darwin, posteriormente publicada em 1876 na revista *Nature*, busca ainda ressaltar o diálogo da arqueologia de Wiener e as ciências naturais de Müller.

Em “José Fernandes: o diabo que cria para o povo e a arte no dia a dia”, Tamiris Serafim de Matos analisa o processo de criação do Paredão de Orleans, a maior e mais conhecida obra de José Fernandes, pintor, escultor e escritor que se destacou na região do extremo sul catarinense por suas obras nos interiores das igrejas de Orleans, e ficou conhecido artisticamente como ‘Zé Diabo’.

Já Danielle Santos Dornelles e Thais Machado, em “Máculas: As marcas da tortura na vida de quatro catarinenses” analisam as vivências de Derlei Catarina de Luca, Marlene Soccas, Marcos Cardoso e Pedro Penteado, catarinenses que foram torturadas/dos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Por meio de relatos orais e escritos, as autoras se propõem a refletir e ressaltar sobre uma questão ainda consideravelmente silenciada na história brasileira e, principalmente, catarinense: a tortura.

Trabalhando com o periódico *Sul*, que circulou entre 1948 e 1957 e constituiu-se na principal publicação do antigo Círculo de Arte Moderna de Florianópolis (CAM), Ruben Souza, no texto “Modernismo em palco: Propostas preliminares sobre o teatro experimental em *Sul*”, além de analisar tal publicação e suas diversas matérias sobre o teatro em Florianópolis e alhures, procura também perceber as inovações que o grupo de teatro do CAM promoveu âmbito artístico de Santa Catarina.

No estudo “Patrimônio material em Florianópolis: o Palácio Cruz e Sousa e sua transformação em Museu Histórico de Santa Catarina”, Janaina da Silva Custódio e Thatiane da Silva, através de estudos e métodos abordados e utilizados pela Museologia, refletem sobre as modificações arquitetônicas no prédio do antigo Palácio Cruz e Sousa e sua transformação em Museu Histórico de Santa Catarina.

Também em uma perspectiva museológica, Acsa Martins, Agatha Agster Dias Thomas e Anna Julia Borges Serafim em seu texto “O ‘Olhar Museológico’ de Franklin Cascaes”, buscam explorar como este artista pensou a museologia em seu campo de atuação, mesmo sem citar diretamente a disciplina. Analisando alguns manuscritos de Cascaes, contendo esboços de seus desenhos, cartas e textos, as autoras apresentam também de que maneira questões como documentação, preservação e conservação da obra do artista aparece nestes manuscritos, direta



ou indiretamente, e como havia uma preocupação de Cascaes no que concerne ao campo museológico.

Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica apresentam, no estudo intitulado em “A ‘tradição’ da renda de bilro e sua continuação para futuras gerações na Ponta do Sambaqui: dificuldades e iniciativas”, um panorama referente à ‘tradição’ da renda de bilro vinda da Ilha dos Açores para Florianópolis no século XVIII. As autoras procuram perspectivar as dificuldades, bem como algumas das iniciativas que vêm sendo tomadas por rendeiras de Florianópolis junto a órgãos públicos e privados para a ‘preservação’ desta ‘tradição’.

Na sessão **Resenhas**, Catiúscia Alves Reynaud em “Contestado: uma guerra organizada na religiosidade”, escreve sobre o livro de Marli Auras, intitulado “Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla”. Publicada pela primeira vez em 1984, esta obra atualmente encontra-se em sua quinta edição, lançada em 2015, ano em que se comemorou o centenário da Guerra do Contestado (1912-1916). Composta por três capítulos, além de apresentar em anexo uma importante documentação fotográfica, a obra, embasada nos textos do filósofo Antonio Gramsci, reflete e perspectiva sobre a organização da irmandade cabocla, irmandade esta baseada em uma relação fraternal e onde as posições de liderança eram conquistadas e não concedidas.

Esta edição da **Revista Santa Catarina em História**, apresentando enfoques e temáticas variadas desde as perspectivas historiográficas, museológicas e geográficas, é um convite para conhecer outras histórias sobre o estado de Santa Catarina.



ARTIGOS

Etapas históricas e condicionantes geopolíticos das atividades socioeconômicas da Ilha de Santa Catarina

Washington Ferreira¹

Resumo: Procedeu-se a revisão das diferentes etapas históricas do processo de colonização da Ilha de Santa Catarina (SC, Brasil), e a análise dos condicionantes geopolíticos envolvidos nas mesmas, para a compreensão das razões determinantes para a sucessão das principais atividades socioeconômicas na Ilha, ao longo do percurso histórico.

Palavras-chave: etapas históricas; condicionantes geopolíticos; colonização; atividades socioeconômicas.

Abstract: We proceeded to review the different historical stages of the process of colonization of the island of Santa Catarina (SC, Brazil), and the analysis of geopolitical constraints involved in them, to the understanding of the decisive reasons for the succession of the main socio-economic activities on the island, along the historic route.

Keywords: historical stages; geopolitical conditions; colonization; socioeconomic activities.

Introdução

As razões pelas quais um determinado sítio costeiro, ao longo de sua história, teria adotado como modelo para o seu processo de desenvolvimento, as estruturas e funções de um núcleo urbano, uma área industrial, um complexo portuário, ou uma combinação dentre estas (e outras) possibilidades, são complexas e diversas. O objetivo deste trabalho é tentar identificar algumas destas razões, olhando para as diferentes etapas históricas e a sucessão (ou substituição abrupta) dos distintos ciclos político-econômicos, na Ilha de Santa Catarina e sua relação com as principais atividades socioeconômicas que foram (e vem sendo) desenvolvidas neste território insular.

Metodologia

Esta contribuição situa-se na perspectiva de aproximação entre os campos da História Ambiental² e do Gerenciamento Costeiro Integrado³; visando desencadear a análise dos

¹ Graduação (1995), e Mestrado (2004) em Oceanografia; Doutorado em Educação Ambiental (2014), FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (em desenvolvimento). Esta pesquisa contou com subsídios da CAPES, a qual são expressos os nossos agradecimentos. Email: thalassoching@yahoo.com.br



condicionantes do processo de desenvolvimento de diferentes zonas costeiras no Brasil, utilizou-se como Estudo de Caso⁴, a Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, SC. Procedeu-se a revisão bibliográfica e análise documental de um conjunto de fontes históricas e autores contemporâneos sobre a região, definindo-se como base ou "unidade de trabalho" as etapas históricas ou ciclos econômicos. Foi sumarizado o conjunto de etapas com influencia no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina e região, integrando eventos e processos de múltiplas escalas. Estas etapas foram então analisadas, quanto aos seus condicionantes geopolíticos e as atividades socioeconômicas viabilizadas ou decorrentes de cada um destes contextos.

As Etapas Históricas e o Desenvolvimento

As sucessivas etapas históricas com influencia no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina podem ser mais bem percebidas quando se condensam estas circunstancias em diferentes contextos temporais.

A Pré-Colonização (~1494 – 1640): Em 1515, o espanhol Juan Dias Solís assinala a baía dos ‘perdidos’ (onde se perdeu uma embarcação da sua esquadra), entre a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro⁵. Pouco depois, Martim Afonso de Souza (1531-1532) deu o primeiro passo para a ocupação portuguesa. Conforme a revisão de Bodelón⁶, em 1516, tripulantes remanescentes da expedição de Solís passaram a residir entre índios carijós⁷: estes naufragos teriam sido contatados em 1522 pela expedição de Rodrigo de Acuña, no “puerto de los Patos”⁸. Em 1526, Sebastián Caboto chega ao mesmo porto⁹, batizando-o em homenagem a sua esposa, Catalina Medrano¹⁰. Em 1541, Alvar Núñez Cabeza permanece durante meio ano na Ilha de Santa Catarina¹¹. Pesquisas arqueológicas confirmaram *um naufrágio do século XVI, possivelmente da armada que seguia para o Estreito de Magalhães,*

² PÁDUA, 2010.

³ POLETTE et al., 2006.

⁴ YIN, 2005.

⁵ PIAZZA, 1983 (p.85).

⁶ BODELÓN, 2014 (p.172-173).

⁷ GANDÍA (pp. 397-435), apud LEVENE, 1940.

⁸ Grupo indígena denominado Patos, que ocupava a área no entorno do rio Massiambu (Ilha de Santa Catarina).

⁹ SANZ TAPIA (pp. 348-351), 1992.

¹⁰ FERNÁNDEZ DURO, 1893.

¹¹ CÓRDOVA, 1555 (Folio LIX).



comandada por Diego Flores Valdés e Pedro Sarmiento de Gamboa¹². Os jesuítas, a serviço da Espanha, instalam-se a oriente do Rio Uruguai, na catequese de aldeias indígenas, atraindo paulistas, interessados em escraviza-los para as lavouras do Brasil¹³. As vésperas da instalação do Governo Geral, em 1549, já haviam sido fundadas no litoral do Brasil 16 vilas e povoados, que exportavam mercadorias para a Metrópole¹⁴; contudo, a Ilha manteve-se como ponto de passagem para navegantes com destino ao Rio da Prata e ao Oceano Pacífico¹⁵. Em 1673, o bandeirante Dias Velho se estabelece na Ilha, erguendo em 1678 uma ermida, dedicada a Nossa Senhora do Desterro¹⁶. A grande proximidade ao meridiano do *Tratado de Tordesilhas* (1494) e aos territórios espanhóis¹⁷ foi um fator inibidor de colonização relevante.

A Colonização (1640 – 1756): Após a *Guerra da Restauração* na Península Ibérica (1640-1668) e a reconquista da independência, Portugal retoma a expansão colonial, fundando São Francisco do Sul (1641), Nossa Senhora do Desterro (1675, atual Florianópolis)¹⁸, a Colônia de Sacramento no Rio da Prata (1680), e Laguna (1684), entre ambas. Em resposta, a Espanha estabelece suas *reduções* de fronteira: em 1682, *os jesuítas e indígenas missionários retornaram a margem oriental do Rio Uruguai (São Borja)*¹⁹. Os limites da América meridional seriam definidos somente no final do século XVII e decorrer do XVIII²⁰, pois *interessava, sobretudo, povoar, explorar e defender as regiões fronteiriças do sul – Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*²¹. O Conselho Ultramarino de Portugal registra diversos documentos da colonização regional²²; entre 1748-1756 ocorre o transporte de milhares de açorianos, e criação das freguesias de NS da Conceição, NS da Lapa e NS das Necessidades (na Ilha de Santa Catarina); São José, São Miguel, NS do Rosário e Santa Ana (no continente adjacente)²³. Em 1750, com o Tratado de Madrid, houve a permuta dos *Sete Povos das Missões* pela *Colônia de Sacramento*. Em 1752, os demarcadores iniciaram os trabalhos, interrompidos pelos caciques missionários, deflagrando a *Guerra*

¹² FARIAS et al., 2011 (p.133).

¹³ GOLIN, 2012 (p. 1584).

¹⁴ REIS FILHO, 2012 (p. 61).

¹⁵ REIS, 2012 (p. 59-60).

¹⁶ CORREA, 2004 (p. 40).

¹⁷ GOLIN, 2012 (p. 1584).

¹⁸ OLIVEIRA, 2007 (p. 29).

¹⁹ GOLIN, 2012 (idem).

²⁰ OLIVEIRA, 2007 (p.20).

²¹ ROCHA et al., 2005 (p.115).

²² CONSELHO ULTRAMARINO [ant. 1717, Março, 03].

²³ CASAL, 1976 (p. 89).



Guaranítica (1753-1756), com a tomada das Missões²⁴. No Brasil colonial, 37 municípios originaram-se de povoações/fortalezas, 21 destes criados até 1750; após, a criação de municípios concentra-se no litoral sul, em recente estágio de ocupação²⁵.

As Guerras Regionais (1756 – 1895): Em decorrência da *Guerra dos Sete Anos*, entre a França e a Inglaterra (1756-1763), e do *Pacto de Família*, dos Bourbon, Portugal foi invadido. Na sequência, os espanhóis tomam a Colônia de Sacramento e (em fevereiro de 1777) a vila de Desterro, questionando o território português²⁶. Em outubro de 1777 foi assinado o *Tratado de Santo Ildefonso*, determinando a devolução da Ilha para os portugueses (de fato, em julho de 1778), assegurando o domínio do Rio da Prata, para a Espanha²⁷. Em 1801, como consequência da *Guerra das Laranjas*²⁸ na Península Ibérica, ocorre o avanço luso-brasileiro sobre o extremo sul do Brasil. Logo, as invasões inglesas no Rio da Prata (1806-1807)²⁹ vão exigir maior atenção da Espanha. Entre 1806 e 1810, as tropas de Napoleão invadem a Espanha, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos ao comércio internacional, em benefício da Inglaterra³⁰. Simultaneamente, a elite *criolla* inicia movimentos na colônia castelhana; logo após a *Independência do Brasil* (1822-1825), a *Guerra da Cisplatina* (1825-1828), levaria a independência do Uruguai, seguida da *Guerra Grande do Uruguai* (1838-1851), o que determinaria a redefinição das fronteiras austrais³¹. Na segunda metade do século XIX, a economia do Brasil passa por um período de *incremento das exportações de monoculturas, e concomitante aumento do custo interno de produtos básicos*³², que se reflete na economia regional, pelo significativo crescimento da exportação (de farinha de mandioca, milho, feijão e favas) pelo Porto do Desterro³³. Após a *Guerra da Secessão* (1861-1865), os Estados Unidos já absorviam 75% das exportações do café brasileiro³⁴; crescem também os *investimentos ingleses no país, para financiamento de obras públicas e infraestrutura facilitadora de exportações, especialmente*

²⁴ GOLIN, 2012 (p. 1585).

²⁵ CIGOLINI, 2012 (p. 64).

²⁶ CONCEIÇÃO, 2008 (p. 03).

²⁷ CABRAL, 1950.

²⁸ Arquivo Histórico Militar, Abril de 2004.

²⁹ LAURENZANO, 2008 (pp.59-60).

³⁰ RICUPERO, sd (p. 13).

³¹ GOLIN, 2012 (p. 1589).

³² FURTADO, 1970 (p. 142).

³³ HÜBENER, 1981.

³⁴ PANIZATTO, FREITAS, FERREIRA, sd (p. 81-82).



*portos e ferrovias*³⁵. A *Guerra do Paraguai* (1864-1870) e seus gastos³⁶ resultam em grande inflação; a necessidade de víveres para os soldados³⁷ estimularia a produção agrícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: erva-mate no planalto norte, indústria têxtil em Blumenau e Brusque, extração de carvão no sul, madeira e produção alimentar no Vale do Itajaí³⁸. A crise do final do século XIX atingiu as exportações de farinha de mandioca e o porto do Desterro, que *representavam as possibilidades de acumulação de riqueza na capital*³⁹. No governo de Hercílio Luz (1894-98), foi sancionado o novo nome da capital, homenagem a Floriano Peixoto, e a vitória na Revolução Federalista. Nos primeiros anos do século XX, ocorreram grandes transformações nas paisagens da cidade, resultado dos projetos que buscavam garantir o saneamento básico e eliminar a imagem de “marasmo” e “provincianismo” da capital, associando-a a modernidade⁴⁰.

As Guerras Mundiais (1909 – 1945): No Brasil, vivencia-se a *República Velha* (1889-1930), a *Revolução de 1930* e o *Estado Novo* (1930-1945)⁴¹. Após o acordo com a Argentina (*Questão de Palmas*, 1895), era necessário garantir as fronteiras, pela construção da ferrovia no oeste catarinense (1907-1910), a ocupação de terras e atividades econômicas rentáveis, como a erva-mate e a madeira⁴². Em consequência da *Primeira Guerra Mundial* (1909-1914), a queda nos preços do café e a falta de produtos importados estimularam a indústria nacional, determinando a concentração populacional em centros urbanos. Após a *Guerra do Contestado*⁴³ (1912-1916), incrementou-se a ocupação do território, por colonos do noroeste do Rio Grande do Sul⁴⁴, diversificando a produção, demandando investimentos industriais e portuários no Estado de SC: colonos alemães (Vale do Itajaí e norte), italianos (sul e Vale do

³⁵ FIGUEIRA, 2001 (p. 29).

³⁶ A importação de carvão inglês (em julho de 1865), para as embarcações de guerra (ao preço de 25,5 mil réis a tonelada) receberam muitas críticas, porque o mesmo poderia ter sido comprado no país (FIGUEIRA, 2001, p.75).

³⁷ Os 15 mil homens previstos para o Exército do Barão de Porto Alegre consumiriam diariamente 250 reses, 214 alqueires de farinha e 13 de sal, 88 arrobas de erva-mate e 15 de fumo (FIGUEIRA, 2001, p.134).

³⁸ GOULARTI FILHO, 2009 (p. 979).

³⁹ NECKEL, 2003 (p. 24).

⁴⁰ NECKEL, 2003 (p. 54-55).

⁴¹ LEITE JÚNIOR, 2009.

⁴² GOULARTI FILHO, 2009 (p. 105).

⁴³ Em meados do século XIX, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo implantou a Colônia Dona Francisca (atual Joinville), com uma rodovia até a Vila de Rio Negro (ocupada por ervateiros catarinenses desde 1749); ao atingir o Planalto Norte Catarinense, instalou a colônia de São Bento (em 1873). Em resposta, o governo do Paraná emitiu títulos de posse da terra aos ervateiros paranaenses, desencadeando a Guerra do Contestado (MAFRA, 2008, p.16).

⁴⁴ GOULARTI FILHO, 2009 (p. 109).



Itajaí), poloneses (Alto Vale do Rio Tijucas e planalto norte)⁴⁵. Entre 1915 a 1929, Santa Catarina aponta o forte crescimento dos valores obtidos na economia regional, com expressivo incremento nas exportações de madeira (2.200%), erva mate (1.300%), feijão e têxteis (800%)⁴⁶. A *Grande Depressão* (1929-1933) *provocou falências, desemprego, a destruição de riqueza produzida e o rebaixamento dos salários no sistema norte-americano*⁴⁷, com queda acentuada nas exportações de café do Brasil (de US\$ 445 milhões, em 1929, para US\$ 180 milhões, em 1930), golpe final na República Velha, centrada nesta monocultura⁴⁸. O governo Vargas prioriza setores estratégicos nacionais, como a energia, o petróleo, e siderurgia⁴⁹; a produção de carvão de SC torna a crescer (13.859t em 1928; 15.629t em 1929; 37.564t em 1930; 56.000t em 1931), com medidas protecionistas (o Decreto Federal 20.089 de junho de 1931, estabelece consumo mínimo de 10% de carvão nacional)⁵⁰. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impõe grandes restrições econômicas; por outro lado, a necessidade de substituição de produtos estrangeiros (papel e papelão) e a produção de alimentos (criação de empresas, como a Perdigão em 1940, e a Sadia em 1942) revitalizam a economia estadual⁵¹.

O Pós-Guerra (~1950 >>): A política de reconstrução da Europa (*Plano Marshall*) e a corrida armamentista (*Guerra Fria*) mobilizam grandes recursos econômicos e publicitários⁵². No Brasil, os *Anos Dourados* de Juscelino Kubitschek (1956-1960) procuram “modernizar” o país. No período de 1945-1962, os setores carbonífero, têxtil, madeireiro e alimentar SC expandiram-se, com novas indústrias, como metalomecânica em Joinville, cerâmica no sul, papel e celulose no planalto⁵³. Efetiva-se a construção da rodovia BR 101, conectando Florianópolis ao sul de SC e RS (1963-1970). O governo militar (1964-1979), viria a sedimentar o investimento público em infraestrutura, para atração de empresas estrangeiras, de modo a acelerar a industrialização. O cenário econômico internacional seria abalado pelos dois *Choques do Petróleo* (1973;1979), elevando drasticamente o seu custo, refreando o desenvolvimento programado. Na etapa subsequente (1980-2000), ocorre a retomada do

⁴⁵ GOULARTI FILHO, 2009 (p. 982).

⁴⁶ GOULARTI FILHO, 2002 (p. 984).

⁴⁷ PANIAGO, 2014 (p. 45).

⁴⁸ FUCS, 2009.

⁴⁹ CORSI, 2002 (p. 04).

⁵⁰ CAPI, sd. (p. 41-42).

⁵¹ ELÍBIO, 2005 (p. 31-32).

⁵² SATO, 2000.

⁵³ GOULARTI FILHO, 2009 (p. 979).



crescimento mundial, com a ampliação do poder aquisitivo das classes médias e consequente redescoberta do litoral e do turismo no país, estimulado por melhorias na malha rodoviária e nos aeroportos.

As Atividades Socioeconômicas

As diferentes atividades socioeconômicas são entendidas enquanto processos produtivos, funções ou tecnologias, porque *os efeitos paradoxais gerados pelas tecnologias não são consequências incidentais, mas antes mecanismos sistematicamente conducentes ao emprego de mais tecnologia*⁵⁴.

Reabastecimento de Embarcações: como primeira atividade socioeconômica reconhecida da Ilha de Santa Catarina, as embarcações de passagem pela região necessitavam *fazer aguada* (reabastecimento de água potável), víveres e madeiras. Em 1526, Sebastião Caboto permaneceu na Ilha durante quatro meses, construindo uma galeota⁵⁵; George Shelvocke (capitão do navio inglês “Clipperton”) aportou na Ilha em junho de 1719, descrevendo os pontos de aguada, abastecimento de madeira e víveres⁵⁶.

Defesa e Ocupação: para se tornar efetiva e duradoura, a posse do território viria exigir um sistema de defesa militar e um contingente populacional, atestado pelo incremento na criação de novas vilas ou municípios ao longo do Brasil⁵⁷.

Fortalezas Militares: sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes, iniciaram-se as obras (1738-1742) do complexo militar⁵⁸; priorizando o controle do acesso à capital pelas embarcações, concentrou suas defesas na Baía Norte (Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim; São José da Ponta Grossa, em Jurere; São Caetano e Santo Antônio de Ratoles, na Ilha de Ratoles Grande; São Luiz e São Francisco Xavier, na Praia de Fora, Desterro) e na Baía Sul (Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, na Ilha de Araçatuba; Marechal Moura, na Praia de Naufragados), três estruturas na área central (Sant’Anna e Santa Bárbara, na Ilha; São João, na porção continental), bem como outra junto à barra da Lagoa da Conceição (Nossa Senhora da Conceição).

⁵⁴ FOX et al., 2008 (p. 75).

⁵⁵ CARUSO, 1983 (p. 79).

⁵⁶ BERGER, 1984 (p. 19).

⁵⁷ Séculos XVI (10), XVII (42), XVIII (91), 1800-1822 (43) (CIGOLINI, 2012, p. 64).

⁵⁸ TONERA, 2007.



Contingente Populacional: o povoamento de imigrantes açorianos (1748-1756) efetivou a ocupação da Ilha e o continente próximo⁵⁹; este contingente, conforme diferentes historiadores⁶⁰, oscilava entre 2.627⁽⁶¹⁾, 4.021⁽⁶²⁾, 4.024⁽⁶³⁾, 4.525⁽⁶⁴⁾, 4.893⁽⁶⁵⁾, 5.545⁽⁶⁶⁾, e 6.000⁽⁶⁷⁾. *Este é um marco fundamental para entender as etapas relativas do desmatamento da Ilha: em menos de 08 anos, a população local subiu para mais de 5.000 pessoas*⁶⁸. Embora a região não se caracterizasse como um polo produtor e exportador de recursos significativos, a partir de meados do século XVIII, a Coroa passou a *arrecadar os direitos referentes à pesca da baleia, à passagem de animais, ao corte de madeira, e ainda, à cobrança de dízimos reais*⁶⁹. Na Ilha, os colonos açorianos fixaram-se inicialmente nas proximidades da barra da Lagoa da Conceição⁷⁰. Os primórdios da colonização da Ilha apresentam *as atividades que serão marcantes em todo o desenvolvimento da cidade do Desterro, posteriormente Florianópolis: as atividades político-administrativas e portuárias*⁷¹; neste contexto, o recrutamento dos colonos instalados, para as milícias locais e forças militares para servir em outras regiões, veio a tornar-se uma das causas da decadência da atividade produtiva da Ilha⁷².

Produção de Subsistência: destinava-se ao suprimento das necessidades dos primeiros povoadores e das embarcações de passagem, integrando o *Extrativismo* (utilização de madeira, para confecção e reparação de embarcações e lenha, sobre a floresta ombrófila e os manguezais); *Agricultura:* (abertura de clareiras para cultivos de subsistência - hortifrutigranjeiros e criação de pequenos animais); *Pesca artesanal* (apesar da grande produtividade biológica da Ilha e seus entornos, a representatividade econômica do setor pesqueiro sempre foi reduzida).

⁵⁹ REIS, 2012 (p. 60-61).

⁶⁰ FERREIRA, 2011 (p. 09-10).

⁶¹ BRITO, 1829 (p. 24).

⁶² MATTOS, 1917 (p. 01).

⁶³ COELHO, 1877 (p. 20-21).

⁶⁴ CABRAL, 1950 (p. 523).

⁶⁵ BOITEUX, 1953.

⁶⁶ FORTES, 1932 (p. 57-58).

⁶⁷ PIAZZA, 1992 (p.354).

⁶⁸ CARUSO, 1983 (p. 80).

⁶⁹ OLIVEIRA, 2007 (p. 28).

⁷⁰ BARBOSA, JOSÉ, 1998.

⁷¹ REIS, 2012 (p. 61).

⁷² CARDOSO, 2000 (p. 44).



Produção Comercial e Exportação: Agricultura em Escala e Produtos Derivados: o aporte dos imigrantes açorianos determinou a exploração intensiva do território⁷³, para abastecer as guarnições militares e as embarcações de passagem⁷⁴. Ao final do século XVIII, a farinha de mandioca já atinge mercados tão distantes, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande: em 1796 registram-se diversos empreendimentos (884 engenhos de mandioca, 192 de aguardente, 63 de açúcar e 32 curtumes)⁷⁵; em 1797, outros 67 engenhos de trigo e 02 de arroz⁷⁶. A cana-de açúcar, entre os séculos XVI e XVII (com mão-de-obra escrava), garantiu a base da economia nacional⁷⁷; na Ilha de Santa Catarina, a economia concentrou-se nesta produção e na farinha de mandioca. Durante a Guerra do Paraguai, a Ilha intensifica sua produção de farinha; na década de 1870, a Ilha entra em uma curva descendente de produção mais perceptível, com sinais evidentes de uma crise⁷⁸.

Caça a Baleia: foram instaladas armações baleeiras em diversos pontos da costa de Santa Catarina, como Piedade (Anhatomirim, 1740), Lagoinha (Pântano do Sul, 1772), Itapocorói (Penha, 1778), Ilha da Graça, Garopaba e Imbituba. A seleção de áreas para sua instalação atendia a critérios associados com a proximidade relativa aos locais de avistagem (mirantes) e captura (áreas de alimentação) de cetáceos, bem como a tipologia de praias adequadas ao lançamento das embarcações (movidas a remo). Em relação as formas e estruturas das instalações destas “Armações” no litoral de SC⁷⁹, vale lembrar que estas adotaram a *adaptação à morfologia das praias (prolongamento de praias em pontais, linhas de praias construídas, dois patamares distintos) e agrupamento segundo sua funcionalidade*⁸⁰.

Atividades Portuárias: Abrigo e Fundeadouro: representada pelas ótimas condições geográficas, como abrigos com boas condições de fundeio (substrato e profundidade

⁷³ PORTO FILHO et al., 2012 (p. 05).

⁷⁴ SILVA, 2008 (p. 405).

⁷⁵ MAAR, 2000 (p.244).

⁷⁶ CARUSO, 1983 (p. 87).

⁷⁷ ROSAS, 2013.

⁷⁸ CESCO, 2011 (p. 10-11).

⁷⁹ A caça a baleia de SC entraria em decadência, a partir de 1830, pela concorrência da frota industrial norte-americana e sobre exploração dos estoques.

⁸⁰ MUSSOLINI, 1953 (p. 81).



adequada ao calado das embarcações), protegidos das condições adversas do vento e do mar, amplamente utilizados pelos navios e esquadras que percorriam a costa sul americana⁸¹.

Estruturas Portuárias e Alfandegárias: estas operações exigem serviços de atracação (piers e trapiches), reabastecimento (de água, víveres e combustíveis), armazenagem e cobrança de tributos nas imediações⁸². O Porto do Contrato somava a função de entreposto de pescados, lenha, café, produtos da Armação da Lagoinha, e da Freguesia do Ribeirão da Ilha⁸³. O prédio da alfandega foi construído em 1875, com um cais, que avançava mar adentro⁸⁴, para facilitar o acesso de passageiros e mercadorias, assim como o “Miramar”, construído em 1928⁸⁵.

Estaleiros: serviços de construção e manutenção de embarcações pesqueiras, mercantes e bélicas. Em 1870, ainda existiam 03 estaleiros no Desterro, um na Prainha, outro na Praia de Fora, e um próximo do trapiche Rita Maria⁸⁶, o célebre “Arataca”⁸⁷.

Significado Econômico do Porto de Florianópolis: nos meados do século XIX, a *elite do Desterro era constituída de comerciantes e armadores*⁸⁸; durante todo o século XIX e início do XX, este porto escoava grande parte da produção agrícola regional (farinha, a aguardente, ao açúcar e a madeira), com a progressiva especialização dos portos catarinenses: Florianópolis (farinha), Laguna e Imbituba (carvão), Itajaí (derivados de suínos), e São Francisco (erva-mate e madeira)⁸⁹. A inauguração da ponte Hercílio Luz (1926) marcou o início da decadência do porto de Florianópolis, devido a sua pequena profundidade e progressivo assoreamento, como às mudanças macroeconômicas, a partir da década de 1920, dentre elas, a substituição do transporte marítimo e ferroviário pelo transporte rodoviário.

Cidade Administrativa: a partir de segunda metade do século XIX, houve um incremento nos espaços e serviços urbanos, por conta da crescente instalação de funcionários

⁸¹ Em março de 1712, o engenheiro militar Améde Frézier (procedente de Saint Malo, França), ancorou na Ilha e fez um esboço para um mapa local; em 1796, foram registradas 116 embarcações de passagem na Ilha (CARUSO, 1983, p.41; 79).

⁸² Em 1906, foi estabelecido um posto fiscal aduaneiro junto ao atracadouro da “ilha” da Ponta do Sambaqui, utilizando uma edificação construída em 1854 (SCHMITZ, 2014, p.04-05).

⁸³ ESPÍNDOLA, 2010 (p. 79).

⁸⁴ VEIGA, 1993.

⁸⁵ ALMEIDA, 2008 (p. 22).

⁸⁶ SANTOS, 2005.

⁸⁷ Em 1907, Carl Hoepcke construiu o estaleiro “Arataca”, próximo ao Forte Santana; era formado por várias edificações e de uma carreira para os navios; manteve-se atuante até a década de 1940 (DESTERRO HOJE, 2014).

⁸⁸ REIS, 2012 (p. 61).

⁸⁹ GOULARTI FILHO, 2013 (p. 20).



públicos⁹⁰. Até meados do século XX, houve uma clara *dicotomia socioeconômica-espacial entre os núcleos de colonização açoriana (as freguesias do interior) e o centro urbano da capital*⁹¹. A cidade permaneceu com suas tradicionais funções administrativas de capital do Estado, tendo a atividade econômica ligada ao setor atacadista decrescido fortemente⁹². Paralelamente, a modernização e sanitização da capital impuseram grandes mudanças na paisagem e arquitetura urbana⁹³; a necessidade da expansão da área urbana exigiu uma série de aterros nas margens da Ilha⁹⁴. Na década de 1970, também ocorreu um expressivo crescimento do setor estatal, através da construção da sede de grandes empresas públicas e privadas, e da criação da Universidade Federal de Santa Catarina, com um novo contingente populacional, propiciando a ampliação da classe média urbana e do poder aquisitivo local, consolidando a base para a (re) especialização da economia local.

Turismo de Balneários: na década de 1910, o poder público já pretendia explorar a Ilha para fins de turismo, particularmente as praias⁹⁵; em 1918, o Governador imaginava obras que atrairiam argentinos, uruguaios e rio-grandenses. O início da aviação comercial na cidade (1927) prometia desencadear este processo, contudo, a *Grande Depressão* norte americana (1929-1933) viria postergar esta nova atividade. Foi na década de 1930⁹⁶ que o banho de mar ali se consolidou, sendo finalizada a construção do Hotel Balneário de Canasvieiras; no mesmo período, registra-se a instalação crescente de casas de veraneio. A partir dos anos 1940, a imprensa retoma o projeto de a Ilha se tornar um ponto de turismo⁹⁷, mas a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) interrompe estes planos. O Acordo de Washington (1942) e os “Anos Dourados” contribuiriam para a ligação rodoviária do Estado de Santa Catarina com o restante do país, pela BR101, Garuva-Grande Florianópolis (1958-1962); a construção da pista de pouso (1942-1945) e do primeiro terminal de passageiros (1952-1954) do aeroporto de Florianópolis⁹⁸. A partir do governo militar (1964-1979), foram construídas as rodovias entre a capital, o sul de SC e o Rio Grande do Sul (1963-1970), e a região passou a assumir sua “vocação turística”⁹⁹, resultando maior ocupa o das praias pelos

⁹⁰ CESCO, 2011 (p.12).

⁹¹ REIS, 2012 (p. 61).

⁹² REIS, 2012 (p. 62).

⁹³ LUNARDELLI, 2013.

⁹⁴ PROCHNOW, 2009.

⁹⁵ FERREIRA, 1998 (p. 96).

⁹⁶ FERREIRA, 1998 (p. 98).

⁹⁷ GUIMARÃES, 2006 (p. 59-60).

⁹⁸ INFRAERO. (2012).

⁹⁹ PORTO FILHO et al., 2012 (p. 05).



“locais”, mas também por “turistas estaduais, interestaduais e estrangeiros¹⁰⁰; também foi concluído o segundo terminal de passageiros e o primeiro de carga (1976) do aeroporto local¹⁰¹. Nas décadas de 1980 e 1990, turistas vindos do Sul e Sudeste do Brasil, e do Rio da Prata, inundaram a cidade na alta estação¹⁰², transformando o contexto original de muitas das comunidades insulares, como da Lagoa da Conceição¹⁰³. As estruturas de transporte aeroviário receberam novas e sucessivas ampliações (1988, 2000, 2010), facilitando a “(re) descoberta do litoral” e o turismo interno (1980-2000). O contínuo crescimento do turismo de massas, e os impactos socioambientais associados, sinalizam um novo ciclo econômico e a proximidade de nova inflexão, a qual poderia ser amenizada pelo redirecionamento com base no turismo sustentável¹⁰⁴, capaz de ajustar-se a capacidade de suporte dos socioecossistemas, da identidade cultural e da resiliência de suas comunidades.

Considerações finais

Ao longo de cada uma das etapas políticas, econômicas e culturais, os condicionantes geopolíticos teriam determinado formas e intensidades de utilização dos espaços e recursos naturais, por meio de atividades socioeconômicas preponderantes. No período Pré-Colonial, predominaram atividades de fundeio e atracadouro, e de reabastecimento; no período Colonial, destacam-se a defesa (fortalezas militares) e ocupação (imigração açoriana), bem como a transição entre a produção de subsistência e a produção comercial e exportação. Na etapa das Guerras Regionais, mantém-se basicamente esta produção comercial e exportação portuária. No período entre as Grandes Guerras, inicia-se a queda progressiva da produção comercial e exportação, bem como da atividade portuária regional, com a alavancagem da atividade de cidade administrativa e o esboço da atividade turística. Na etapa do Pós-Guerra, ambas as funções, de cidade administrativa e atividade turística, são muito incrementadas, eclipsando outras atividades pretéritas. Em que pesem os ganhos econômicos gerados pelas mesmas, o grande passivo socioambiental decorrente recomenda o (re) planejamento do modelo de desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina, de modo a se evitar a armadilha recursiva de exaustão das fontes geradoras de riqueza e bem estar para as comunidades locais.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, 2006 (p. 59-60).

¹⁰¹ INFRAERO, 2012.

¹⁰² REIS, 2012 (p. 62-63).

¹⁰³ VAZ, 2008 (p. 137).

¹⁰⁴ MINGORI, 2001 (p. 71).



Referências

ALMEIDA, Caroline Soares de. Final de Década de 1920 em Florianópolis: a construção do “Miramar” e a urbanização da cidade. *Revista Santa Catarina em História* (Florianópolis: UFSC) V1, N1: 22-29, 2008.

Arquivo Histórico Militar. *Campanhas da Guerra das Laranjas, 1801*: inventário de documentos. Lisboa: Estado Maior do Exército, Abril de 2004 (48 p).

BARBOSA, Tereza Cristina Pereira; JOSÉ, Ana Cristina. Lagoa da Conceição: um ecossistema lagunar. Usos e legislação ambiental. *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis), 16 (23): 145-156, 1998.

BERGER, Paulo (Org.). *Ilha de Santa Catarina*: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX (2ª ed.). Florianópolis: Ed. FUSC / Assembleia Legislativa, 1984 (334 p).

BODELÓN, Óscar Rico. Repercusiones de la Unión Ibérica en el sur de Brasil: el caso de Santa Catarina. *Revista de Estudios Brasileños*, V1, N1: 170-188, Segundo Semestre 2014.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Açorianos e Madeirenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 219: 122-169, 1953.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1829: 24.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Devolução pelos Espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 – Cartas do Vice-rei Marques do Lavradio, dirigidas ao Governador, Coronel Francisco da Veiga Cabral da Câmara. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro), v.317, out-dez 1977.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Açorianos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1950: 523.

CAPI, Maria Conceição. *A Inclusão do Porto de Imbituba na Economia Carbonífera e o Papel do Estado*. Florianópolis: UDESC, sd. Disponível em: www.tede.udesc.br/ted_busca/arquivo.php.codarquivo=283 (acesso em: 21 Dezembro 2014).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis*: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Ed. Insular, 2000 (208 p).

CARUSO, Marilea Martins Leal. *O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina*: de 1500 aos dias atuais. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983 (160 p).



CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

CESCO, Susana. Agricultura e Transformação Ambiental: o caso da Ilha de Santa Catarina no século XIX (15 p). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho 2011.

CIGOLINI, Adilar Antonio. Ocupação do Território e a Geopolítica da Criação de Municípios no Período Colonial Brasileiro. *Boletim Gaúcho de Geografia* (Porto Alegre), 38: 53-72, maio 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37338/24117> (acesso em: 26 Novembro 2014).

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro: Tip. De J. J. Lopes, 1877 (2ª ed.): 20-21.

COMERLATO, Fabiana. As Armações Baleeiras na Configuração da Costa Catarinense em Tempos Coloniais. *Tempos Históricos*, V 15: 481-501, 2º Semestre 2011.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. A Invasão Castelhana na Ilha de Santa Catarina em 1777, na Escrita Epistolar do Marques de Lavradio. In: *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades* (Caicó, RN), 09 (24): 13 p, set-out 2008.

CONSELHO ULTRAMARINO. Requerimento do sargento-mor da Bateria do governo de Abrantes, Sebastião da Veiga Cabral, ao rei (D. João V), solicitando que lhe conceda a mercê de senhorio e proprietário da Ilha de Santa Catarina. Lisboa: *Arquivo Histórico Ultramarino*, Conselho Ultramarino (Brasil – Santa Catarina) [ant. 1717, Março, 03].

CORREA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.

CORSI, Francisco Luiz. Política Econômica e Nacionalismo no Estado Novo (pp: 03-16). In: SZMRECSÁNY, Tomas; SUZIGANO, Wilson (Orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec / As. Br. Pesq. História Econômica / Ed.USP / Imprensa Oficial, 2002 (340 p).

DESTERRO HOJE. *Comparações de imagens antigas e atuais*. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <http://www.desterrohoje.com.br/index.php/group-holder/centro/ponte-hercilio-luz/ponte-hercilio-luz/estaleiro-arataca--ponte-hercilio-luz-1940-2012.html> (acesso em: 09 Dezembro 2014).

ELÍBIO, Soraya Vieira. *Trajétoias de Desenvolvimento: porto de Laguna e porto de Imbituba*. Monografia de Graduação (Curso de Ciências Econômicas). Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005 (98 p).

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. A Vida Rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no Século XIX. *Revista Santa Catarina em História* (Florianópolis: UFSC), V1, N2: 73-85, 2010.



FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy; CORREA, Flávio; DEMATHÉ, Alexandre; GUIMARÃES, Geovan Martins; GERMMER, Bruno Enrique; CORREA, Gabriel. Projeto Resgate Barra Sul: pesquisa arqueológica subaquática no sul de Florianópolis, SC. *Navigator*, 16: 120-135, 2011.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. Los Cabotos. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 22: 257-282, 1893.

FERREIRA, Sérgio Luiz. *O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Das Águas, 1998.

FERREIRA, Sérgio Luiz. Vinda dos Açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopeia. Florianópolis: NEA-UFSC, 2011 (10 p). Disponível em: <http://www.nea.ufsc.br/files/2011/04/SERGIO.pdf> (acesso em: 20 Novembro 2014).

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas - FFLCH-USP, FAPESP, 2001 (215 p). Disponível em: <http://copyfight.me/Acervo/livros/Soldados%20e%20Negociantes%20na%20Guerra%20do%20Paraguai%20-%20FIGUEIRA,%20Divalte%20Garcia.pdf> (acesso em: 09 Janeiro 2015).

FORTES, João Borges. *Casais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1932: 57-58.

FOX, Jefferson; SURIANATA, Krisnawati; HERSHOCK, Peter; PRAMONO, Albertus Hadj. O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial (pp: 71-84). In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, v1 (168 p).

FUCS, José. A Crise de 1929 e o Brasil. *Revista Época* (Rio de Janeiro), 03 de Janeiro de 2009. Disponível em: <https://historiablog.wordpress.com/2009/01/03/a-crise-de-1929-e-o-brasil/> (acesso em: 20 Dezembro 2014).

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

GANDÍA, Enrique. Descubrimiento del Río de la Plata, del Paraguay y del Estrecho de Magallanes (pp. 397-435). In: LEVENE, R. *Historia de La Nación Argentina*. vol. II. Buenos Aires: El Ateneo, 1940.

GOLIN, Tau. Cartografia da Geopolítica e das Guerras: Brasil Meridional. In: *XI Encontro Estadual de História*, UFRGS (Porto Alegre, RS, Julho/2012).

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande na Formação Econômica Regional em Santa Catarina. *Geosul* (Florianópolis): 24 (48): 103-128, jul./dez. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Formação Econômica de Santa Catarina. *Ensaio FEE* (Porto Alegre), 23 (02): 977-1007, 2002.



GOULARTI FILHO, Alcides. *Portos, Ferrovias e Navegação em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (324 p).

GUIMARÃES, Vera Maria. Turismo e Modernidade em tempos de globalização: o turismo e os turistas na Barra da Lagoa (pp: 55-67). In: RIAL, Carmen; GODIO, Matias (Orgs.). *Pesca e Turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis: NUPPE-CFH-UFSC, 2006 (240 p).

HÜBENER, Laura Machado. *O Comércio da Cidade de Desterro no Século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

INFRAERO. *Aeroporto Internacional de Florianópolis “Hercílio Luz”*, SC. (2012). Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/santa-catarina/aeroporto-internacional-de-florianopolis.html> (acesso em: 10 Novembro 2014).

La Relación y Comentarios del Governador Alvar Núñez Cabeza de Vaca de lo acrecido en las dos jornadas que hizo a las Indias. *Valladolid*: Francisco Fernández de Córdova, 1555, Folio LIX.

LAURENZANO, Mayra Cristina. *Os Conflitos Platinos e a Formação do Estado Brasileiro (1808-1828)*. Dissertação de Mestrado (PPG. História Social). Londrina, PR: UEL – Universidade Estadual de Londrina, 2008 (155 p).

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. *Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro*. Florianópolis: UFSC / Brasília: CAPES – UAB (Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal), 2009 (90 p).

LUNARDELLI, Daniel Henrique França. A “Cidade Milagre”: Novos contornos de uma Florianópolis em vias de modernização. *Cadernos NAUI* (Florianópolis), 02 (02): 51-79, jan-jun/2013.

MAAR, Juergen Heinrich. Memória Histórica da Química em Santa Catarina. In: GOLDFARB, José Luiz & FERRAZ, Márcia H. M. (Orgs.). *Anais VII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia* (VII Reunião da Rede de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas), V 07. São Paulo: EdUSP, 2000.

MAFRA, Antonio Dias. *Aconteceu nos Ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do Vale do Rio Negro*. Dissertação de Mestrado (PPG. Desenvolvimento Regional). Canoinhas, SC: UnC – Universidade do Contestado, 2008 (150 p).

MATTOS, Jacinto Antonio de. *A Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Tipografia d’ O Dia, 1917: 01.

MENDONÇA, Valterian Braga. *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Dissertação de Mestrado (PPG. Ciência Política. Niterói: UFF – Universidade Federal Fluminense, 2008 (137 p).



MINGORI, Jussara. *O Desenvolvimento Turístico na Ilha de Santa Catarina: dos percalços do turismo massivo as proporções de um turismo sustentável – a análise do projeto ambiental sul*. Dissertação de Mestrado (PPG. Sociologia Política). Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e vida social no litoral brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 01 (02): 81-97, dez. 1953.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed.UFSC, 2003 (105 p).

OLIVEIRA, João Rafael Moraes. *Natureza Apropriada: a exploração dos recursos naturais na Capitania de Santa Catarina (1738-1808)*. Dissertação de Mestrado (PPG. História). Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual de São Paulo, 2007 (247 p).

PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68): 81-101, 2010.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A Crise Estrutural e a Centralidade das Classes Sociais. *Katálysis* (Florianópolis), 17 (01): 41-49, Jan-Jun/2014.

PANIZATTO, Bianca Carvalho; FREITAS, Ella Souza; FERREIRA, Jorge Luis Marques. Relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX. *Unicuritiba* (Curitiba: Faculdades Integradas Curitiba), sd (pp: 75-88). Disponível em: www.revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/viewFile/219/192 (acesso em: 21 Dezembro 2014).

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A Invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1978 (219 p).

PIAZZA, Walter Fernando. *A Epopeia Açórico-Madeirense (1748-1756)*. Florianópolis: Ed.UFSC-Lunardelli, 1992: 354.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. UFSC I Ed.Lunardelli, 1983.

POLETTE, Marcus; REBOUÇAS, Gabriel Nunes Maia; FILARDI, Ana Carla Leão; VIEIRA, Paulo Freire. Rumo à Gestão Integrada e Participativa de Zonas Costeiras no Brasil: Percepções da Comunidade Científica e do Terceiro Setor. *Gestão Costeira Integrada* (Itajaí), 05 (04): 43-48, 2006.

PORTO FILHO, Érico; WASKOW, Larissa Beatriz; SILVA, Antonio Waldimir Leopoldino; SIERRA, Eduardo Juan Soriano. Diagnóstico Socioambiental e Perspectivas de Sustentabilidade para a Região de Entorno do Rio Papaquara, Florianópolis, SC. In: *III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental* (Goiânia/GO – 19 a 22/Novembro/2012), 13 p.



PROCHNOW, Ronan Max; DAL SANTO, Mariane Alves; AMEY, Robert. A expansão das cidades sobre a Zona Costeira: estudo de caso de Florianópolis, BR, e Boston, USA. In: *12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina* (Montevideo, 2009). Disponível em: http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos_Egal/Prochnow_Egal.pdf (acesso em: 19 Outubro 2014).

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira / Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS, Almir Francisco. *Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações*. Florianópolis: Ed. UFSC (Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade), 2012 (284 p).

RICUPERO, Rubens. O Problema da Abertura dos Portos. São Paulo: *Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial*, sd (30 p). Disponível em: <http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/o-problema-de-abertura-dos-portos.pdf> (acesso em: 23 Dezembro 2014).

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida; MONTEIRO, Albertino. O Arquipélago do Açores como Região de Fronteira. *Arquipélago (História)*, 2ª Série, IX: 105-140, 2005.

ROSAS, Arton. Ciclos Econômicos do Brasil (11 de Fevereiro de 2013). *NOUSORBEWY*. Disponível em: <http://noursorbewy.blogspot.com.br/2013/02/ciclos-economicos-do-brasil.html> (acesso em: 09/Novembro/2024).

SANTOS, Fabíola Martins. *Uma Análise Histórico-Espacial do Setor Hoteleiro no Núcleo Urbano Central de Florianópolis, SC*. Dissertação de Mestrado (PPG. Turismo e Hotelaria). Balneário Camboriú: UNIVALI – Universidade do Vale do Rio Itajaí, 2005 (189 p).

SANZ TAPIA, Vid. Ángel. La aculturación indígena: los primeros españoles indianizados (pp. 348-351). In: *Actas del Congreso de Historia del Descubrimiento (1492-1556)*, tomo II. Madrid: Real Academia de la Historia, 1992.

SATO, Eiiti. A Agenda Internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas concepções. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 43 (01): 138-169, 2000.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. *Movimento quer reconstruir atracadouro da Ponta do Sambaqui*. *Jornal Notícias do Dia* (Florianópolis, SC), 21-22 Junho 2014 (pp: 04-05).

SILVA, Augusto da. A Economia da Ilha de Santa Catarina no Império Português (1738-1807) (pp: 398-418). In: *II Encontro de Economia Catarinense* (Chapecó, SC – Abril de 2008).

TONERA, Roberto. Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: criação, abandono, restauração e revitalização. In: *Anais do 4º Congresso Internacional sobre Fortificaciones* (Alcalá de Guadaíra, 05 a 10 de marzo de 2007), p. 149-164, ilus. 2008.



VAZ, Marcelo Cabral. *Lagoa da Conceição: metamorfose de uma paisagem*. Dissertação de Mestrado (PPG. Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Florianópolis: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008 (154 p).

VEIGA, Eliane Veras. *Florianópolis: memória urbana*. Coleção Memória de Florianópolis, N4. Florianópolis: Ed. UFSC - Fundação Franklin Cascaes, 1993 (390 p).

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em 29 de janeiro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



ESTUDOS

Práticas tradicionais Kaingang: Gestação, parto e pós-parto

Yasmin dos Santos Sag s¹

yasmin_sagas@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: A rela o intercultural mais intensa entre os Kaingang e os não-indígenas iniciou-se com a ocupa o dos territórios indígenas na primeira década do século XIX; os conflitos e as resistências não impediram a imposi o de aldeamentos, mas tornaram essa política um fracasso ao fim do mesmo século. A presente pesquisa pretende abordar as mudanças e permanências nas práticas tradicionais Kaingang nos períodos de gesta o, parto e pós-parto. Foram utilizadas fontes primárias escritas e de história oral, presentes no acervo do Laboratório de História Indígena-LABHIN da UFSC. As entrevistas realizadas em períodos distintos e com mulheres de idades variadas, contam juntas histórias das práticas tradicionais e das mudanças culturais, tendo em vista a dinâmica do próprio sistema cultural e inegavelmente pelo brusco contato desse sistema cultural com os não-indígenas.

Palavras-chave: Kaingang; Mulheres indígenas; Práticas tradicionais; Partos; Rem dios do mato.

Abstract: The most intense intercultural relationship among Kaingang and non-indigenous was the occupation of the indigenous territories in the first decade of the 19th century. The conflicts did not prevent the imposition of settlements, but they made this policy a failure at the end of the same century. The present research aims at addressing the changes and permanencies in traditional Kaingang practices during periods of pregnancy, childbirth and postpartum. Primary sources such as written and oral stories from the collection of Indigenous History Laboratory (LABHIN) of UFSC were analyzed to the research. The interviews, which were conducted at different times and with women of varying ages, narrate both traditional practices and cultural changes, considering the dynamics of the indigenous cultural system and the sharp contact of this cultural system with the non-indigenous.

Keywords: Kaingang; Indigenous women; Traditional practices; Births; Bush remedies.

Processo histórico: entre resist ncias e alian as

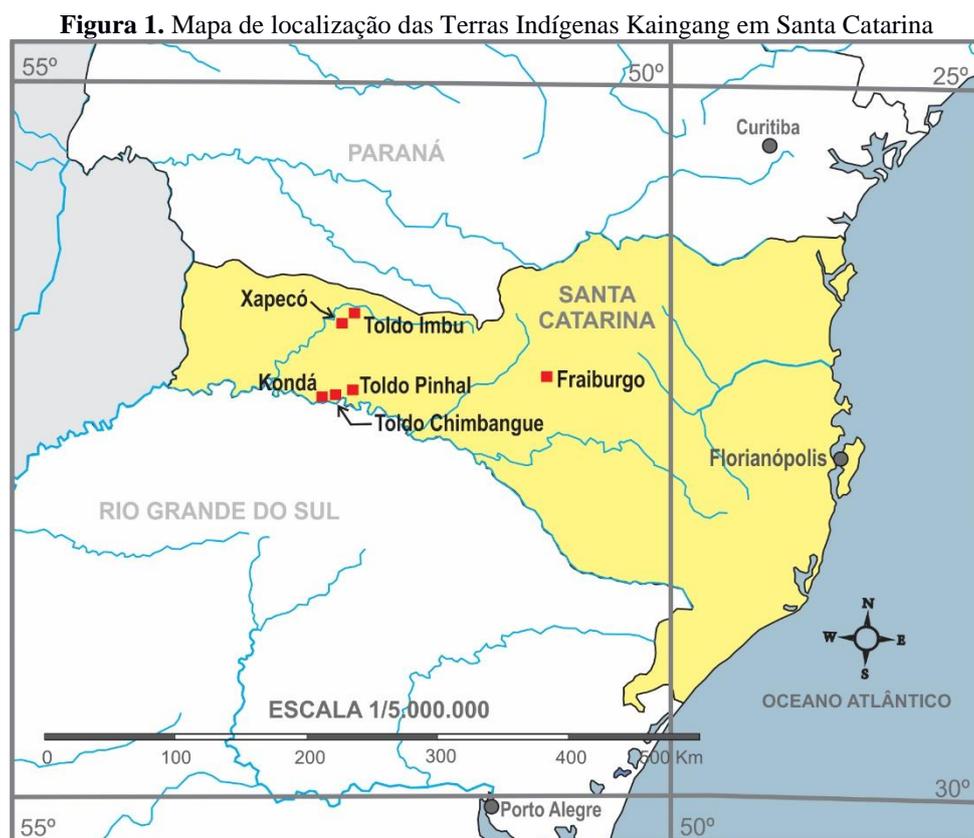
Para compreender as mudanças e as permanências nas práticas tradicionais observadas entre as mulheres Kaingang é preciso compreender igualmente a história deste povo. Estes indígenas foram, durante muito tempo, conhecidos como Coroados, nome dado pelos não-indígenas, devido ao corte de cabelo característico; o nome Kaingang são foi empregado a partir do século XIX e   o nome pelo qual se identificam atualmente. Os Kaingang são pertencentes a família linguística J  (Tronco Macro J ) e ocupam o território do planalto, nos

¹ Acadêmica do curso Licenciatura e Bacharelado em História/UFSC. Bolsista de Inicia o Científica do Obeduc/ Capes/DEB/Inep.



estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que conta tradicionalmente com a presença da floresta ombrófila mista, onde predominam os campos e as matas de araucárias. Estas últimas importantíssimas pelo pinhão, base alimentar desses sujeitos².

Em Santa Catarina principal foco desta pesquisa, os Kaingang somam cerca de 6.500 pessoas, distribuídas em cinco Terras Indígenas e uma Reserva³. O mapa abaixo apresenta a localização das Terras Kaingang.



Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir da localização das Terras Indígenas Kaingang no Brasil da FUNAI e IBGE (2007). Acervo LAHIN/UFSC, 2013.

Os Kaingang impediram a ocupação de seus territórios pelos colonizadores até a primeira década do século XIX, período no qual as frentes de ocupação avançaram sobre os Campos de Guarapuava (1910) e Campos de Palmas (1939)⁴. É importante ressaltar que nestes períodos as fronteiras dos atuais Estados brasileiros eram outras. Segundo Brighenti:

2 BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In N TZOLD, Ana L cia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. pp. 49.

3 BRIGHENTI, Op. Cit. pp. 47.

4 Ibidem. p.50.

As regiões dos campos de Guarapuava e todo o oeste catarinense pertenciam   província de São Paulo até 1843, quando passou ao domínio de Paraná. Santa Catarina era constituída apenas pelo litoral e parte dos campos da serra acima, incluindo Lages. Os Campos de Palmas compreendiam todo o oeste catarinense⁵.

Mesmo em regiões distintas os conflitos acabaram interferindo nos demais territórios Kaingang, por conta da mobilidade deste povo. O avanço territorial que era uma estratégia do ponto de vista militar e econômico acabou sendo ainda mais impulsionada com a fuga da família real ao Brasil⁶. É neste contexto que o Governo de D. João VI expede a Carta Régia 5/11/1808⁷, que não era nada menos que uma declaração de guerra a quem a carta se referia como bárbaros índios, os quais seriam responsáveis pelo despovoamento de fazendas “ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lages”⁸.

Ainda durante a primeira metade do século XIX, ocorreram aproximações peculiares no oeste catarinense entre lideranç s Kaingang e o governo. Os caciques Vitorino Kond  e Estevão Ribeiro do Nascimento Veri foram contratados para auxiliar na defesa de fazendas e vilas que estavam sendo criadas nas regiões conquistadas, além de fornecerem mão de obra para abertura de estradas, construção de linhas telegráficas e fortalezas militares. É importante salientar que esses líderes índigenas nasceram e cresceram em aldeamentos, assim pode-se dizer que suas demandas eram diferentes dos índigenas dos campos, e seus interesses de boas relações com a província eram comerciais⁹. Os aldeamentos se deram em diferentes épocas nas diferentes regiões brasileiras, tendo o intuito de branqueamento, instrução ao trabalho e convertimento   f  cat lica¹⁰. Entretanto,

Ao final do século XIX a política de aldeamento foi considerada um fracasso devido a resistência índigena em aceitar a proposta e submeter-se. Com o advento da República e amparado na Lei n  601/1850 (Lei de Terras de 1850) o governo do Paraná criou algumas reservas no estado, dentre elas a TI Xapecó, em 1902. (...) os Kaingang permaneceram ignorados pelo Estado, não foram criadas áreas e as terras foram consideradas devolutas. Foi somente a partir de 1984 que esses toldos começaram a ser devolvidos aos Kaingang, processo que ainda não está concluido¹¹.

5 Idem.

6 Idem.

7 A carta tem como título: Sobre os  ndios Botocudos, cultura e povoação dos Campos gerais de Coritiba e Guarapuava.

8 SANTOS, S lvio Coelho dos. A história do extermínio. In: SANTOS, S lvio Coelho dos.  ndios e Brancos no Sul do Brasil. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 54.

9 BRIGHENTI, Op. Cit. p.51.

10 Ibidem. p.52.

11 Idem.



Outros aspectos socioculturais quanto ao povo Kaingang é a classifica o de sociedade socioc ntrica, que se divide em metades complementares, Kam  e Kairu, irmãos mitológicos nascidos da terra. Tal mito de origem divide desde a natureza, até a sociedade Kaingang, influenciando a organiza o social, os casamentos, as nomea es, as pinturas corporais e os rituais. Este povo se reconhece patrilinearmente, mas sua organiza o   matrilocal, ou seja, os filhos dos casamentos entre as metades opostas seguem a linhagem paterna. Entretanto, nas moradias construídas próximas umas das outras habitam mulheres com rela o de consanguinidade e homens com rela o de afinidade¹².

Levantamentos acerca das práticas de parto: fonte escritas e de história oral

Neste trabalho foram analisadas quatro entrevistas presentes no acervo do Laboratório de História Indígena-LABHIN da UFSC, sendo cinco mulheres indígenas de idades variadas e uma auxiliar de enfermagem, todas elas são ou já foram moradoras da Terra Indígena Xapecó. As entrevistas foram realizadas pelas pesquisadoras Ana L cia Vulfe N tzold¹³ e Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi¹⁴, em períodos distintos e com mulheres referência na comunidade, que juntas contam a história das práticas tradicionais e das mudanças culturais decorrentes da dinâmica do próprio sistema cultural e inegavelmente pelo brusco contato desse sistema cultural com os não-indígenas. Concorro com a assertiva de Laraia, quando afirma que: “da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes,   necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema”¹⁵.

Um dos primeiros escritos sobre as práticas de parto Kaingang foi do engenheiro belga naturalizado brasileiro, Alphonse Mabilde, no período que esteve na província do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Este menciona que, de maneira geral, quando se reconhecia uma mulher como grávida, esta era tratada com maior rigor que as demais, ficando ao seu encargo carregar os maiores pesos, incluindo a lenha para o rancho dos homens. No que diz

12 TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. Kaingang. 2001. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang> Acesso em: 20 out. 2015.

13 Etnohistoriadora, Professora Associada IV do Depto de História – UFSC, Coordenadora do Laboratório de História Indígena –LABHIN, coordenadora do Projeto: “Ensino, Saberes e Tradi o: elementos a compartilhar nas escolas indígenas da Terra Indígena Xapecó (SC)” financiado pela Capes.

14 Doutora em História Cultural pelo Programa de Pós-Gradua o em História da UFSC. Voluntária na Associa o Internacional de Conscienciometria Interassistencial/Conscious, em Foz do Iguaçu/PR.

15 LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.101.



respeito à preparação para os partos, no período por ele observado, de 1836 a 1866, os homens deveriam construir para suas mulheres (ou no caso do cacique principal outro Kaingang designado para tal função) ranchos isolados nas extremidades dos alojamentos, e ali dentro posteriormente era feita a cama da mãe e do recém-nascido, que seria o chão coberto por folhas secas, segundo as práticas Kaingang. Quando o parto se aproximava as mulheres se retiravam sozinhas para seus respectivos ranchos, sendo assistidas por outras mulheres apenas para a reposição de água e lenha, mantendo o fogo sempre aceso¹⁶.

Mabilde destaca também que, caso fosse o primeiro parto da mulher, ela era orientada por uma das esposas mais velhas do cacique principal, que lhe explicava os procedimentos durante e após o parto. Apenas as esposas do cacique principal dispunham do ‘privilegio’, que seria a assistência de uma mulher velha de seu povo, para auxiliar do começo ao fim do parto, lhe suprindo com água, comida e lenha. Neste caso também a parteira era quem cuidava do umbigo do recém-nascido “com uma tala de taquara, igual a que usam para cortar cabelo – corta, depois de atado com um pedaço de embira (*Daphnopsis racemosa*) ou com um cordelzinho de tucum (*Astrocaryum tucuma*)”. Logo após a criança era levada a ‘água’ mais próxima para ser lavada em água fria, sendo em seguida trazida para o rancho, onde era colocada perto do fogo para secar-se. A parturiente também passava pelo mesmo processo de banho e secagem. As mulheres que tinham seus filhos de maneira solitária eram também as que cuidavam do umbigo do bebê, esperando após o parto a ajuda de outra mulher para lavar o recém-nascido¹⁷.

Outra diferença distinguia após o parto as mulheres do cacique principal e as demais. As primeiras permaneciam no rancho até a evacuação dos lóquios, enquanto as segundas no dia seguinte ao parto voltavam ao rancho, onde o restante das mulheres continuava a lhe auxiliar até seu completo restabelecimento¹⁸. Quando a menstruação regressava, as mulheres velhas tratavam de suprimir artificialmente o fluxo com o uso de uma erva, a qual o autor não conseguiu descobrir durante sua estada entre os Kaingang. Sabe-se apenas ser uma pequena planta trepadeira¹⁹.

É importante salientar que esta suspensão da menstruação não é exclusiva para mulheres que foram mães, mas um costume que inicia desde a puberdade quando as

16 MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 50-53.

17 MABILDE, Op. Cit. p. 50-53.

18 Idem.

19 Ibidem. 54-55.



adolescentes menstruavam pela primeira vez. Esse costume teria sido perdido quando os Kaingang foram aldeados e passaram a usar roupas, segundo Mabilde “estando os aldeamentos localizados no mesmo sertão, onde nasce e vegeta a planta que usavam, uma vez aldeadas não se lembram mais ou, então, entendem ser desnecessário continuar com aquela aplicação”²⁰.

Posteriormente, o etnógrafo paranaense Telêmaco Borba observou os partos entre as Kaingang do seu estado durante a segunda metade do século XIX (1863-1908). Em seu breve relato sobre o tema assim se refere:

Quando se sentem próximas de dar á luz, se é de dia, vão ao matto com uma companheira; logo depois do parto entram na agoa dos arroios, lavam-se com o recém-nascido e vão para seos ranchos, onde continuam a tratar de seos misteres, como se nada lhes houvesse acontecido²¹.

As entrevistas infra citadas foram realizadas com mulheres do oeste catarinense e ora se equiparam ora se diferenciam das práticas descritas nas fontes escritas. Dona Emília Pacífico, nome indígena Neprê, quando entrevistada com idade de 85 anos (2004), relata que teve seus nove filhos sozinha em casa. Ela conta que ganhava seus filhos na posição de cócoras, “a gente tem o remédio²² né, pra gente tomar, pra gente ter né, daí nunca fui por aí”²³. Esse mesmo remédio é também citado por outras mulheres da T.I Xapecó e são utilizados para auxiliar no parto, o que tornaria o parto mais rápido e mais fácil. Dona Emília relata ainda o uso de outro remédio do mato no pós-parto. As práticas observadas por Mabilde no estado vizinho também fazem parte do relato de Dona Emília, quando conta que foi ela mesma quem cortou o cordão umbilical de seus filhos, sem nunca usar tesoura, usando apenas a taquara²⁴.

Em entrevista realizada com Divaldina Luiz Jacinto, nome indígena *Krugte*, quando entrevistada com idade de 60 anos (2004) e sua filha Francisca Capanema Jacinto, de nome indígena *Vakái*, 49 anos (2004); a primeira fala da sua experiência como parteira e *Kujã*²⁵, e ambas falam das experiências como mães. Ela relata “eu fui parteira. Agora como está

20 Ibidem. 54-58.

21 BORBA, Telemaco. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Typ e Lytog, A Vapor Impressora Paranaense, 1908. p.12.

22 “Remédios/remédios do mato”: maneira pela qual os Kaingang se referem às ervas medicinais usadas nos mais diferentes casos e enfermidades, em chá, banhos de assento, etc.

23 PACÍFICO, Emília. *Entrevista concedida á Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 01/04/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

24 PACÍFICO, Op. Cit.

25 Kujá: significa curador em língua Kaingang, uma espécie de líder espiritual.



mudado eu não estou mais fazendo não. Eu tenho quatro filhos homens e duas filhas mulher, nunca fui no médico, era em casa, são em casa e nunca uma parteira veio me cuidar. Trabalhava de dia e de noite estava com o nenê nos braços”²⁶.

A entrevistada revela ainda ter tido seus filhos na posi o de cócoras, tendo a ajuda da mãe para cortar o cordão umbilical, que depois era enterrado. Segundo Divaldina, “nós fazia n , nós cavucava a terra em baixo de uma árvore uns quatro palmo e botava, pra não ficar doente a criança, de dor de umbigo n , botava cinza e folha em cima”²⁷. Essa prática se dá pela forte liga o dos Kaingang com a terra, pois segundo seu mito de origem dela teriam nascido. Deste modo afirmam que sua terra é seu local de nascimento, onde é tradicionalmente enterrado o umbigo do recém-nascido. Quando perguntada sobre as cesarianas das moças mais novas da aldeia ela afirma que:

um par delas fizeram cesariana, sabe por quê? porque não tomam o chá. (...) Tem que ter o chá, com oito meses você tem que dar o chá. Oito meses você tem que dar uma colher, uma colherzinha assim, d  a noite pra deitar. (...) De folha de gabioba. (...) Para ter um bom parto. Você não pode dar um cop o senão vai ter o nenê al  antes do tempo, então tem que ser uma colher²⁸.

Após o parto, conta que tomava o remédio de Capim de pinhão, Kungun em língua Kaingang, para não ficar fraca e conseguir se alimentar, assim com oito dias já estava fazendo todos os afazeres domésticos. Menciona também os banhos de acento no pós-parto quando a mulher ficava fraca, inchada ou o leite do peito secava. Sobre as dietas ela fala que a mulher tem a restri o de não poder comer carne de porco e comida fria, ao contrário dos vi vos, que são devem comer comida fria durante os primeiros seis meses de luto.

Quando perguntada sobre o chá para suspensão de menstrua o, pode-se perceber que ela desvia da conversa. Dona Divaldina afirma que “essas nova que não querem, querem são comprimido”²⁹. Filha mais velha de Divaldina, Francisca Capanema Jacinto, teve 11 filhos de parto normal de cócoras, com a ajuda da mãe parteira e da avó que fez pra ela o chá que ajuda no parto. Esta compartilha das práticas ensinadas pela mãe, mas assim como ela entende que

26 JACINTO, Divaldina e JACINTO, Francisca. *Entrevista concedida à Ana L cia Vulfe N tzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassette.

27 JACINTO; JACINTO. Op. Cit.

28 Idem.

29 Idem.



algumas foram caindo no desuso. Ela confirme nunca ter tomado pílula anticoncepcional, apenas o chá para suspensão e outro para engravidar³⁰.

Maria Librantina Campos, nome indígena *Kenya*, 48 anos (2004), teve cinco filhos, de parto normal sentada em um banquinho. Segundo ela “eu sempre tinha o banquinho, quando eu tava grávida eu já tinha um banquinho separado, aquele era o banquinho do sofrimento (...) Só que agora né, as mulher hoje tem deitada (...) as meninas fazem com o médico daí”³¹. O banquinho a que se refere era derrubado quando o bebê estava nascendo. Maria foi cuidada por uma parteira, que em um dos partos a ajudou com o bebê ‘mal colocado’, fez “massagem na barriga, esquentava bem a mão no fogo, sempre fogo de chão né, esquentava bem a mão engraxadinha (com banha de galinha) e passava a mão na barriga (...) já ajeitava por fora, ela sentia em que lugar o nenê tinha que ficar”³². O último de seus filhos, ela conta que teve sozinha, só chamou a irmã pra cortar o cordão umbilical, que foi cortado com uma lasca de taquara bem afiada, como de costume entre os Kaingang. Depois do parto, enterrou o umbigo junto com a placenta, dentro da casa de chão batido, colocando em cima cinza e brasa acesa. A dieta era pixé e sopa de galinha nos 40 dias, junto ao resguardo. Também conta do uso do chá da flor de *soipa* ou então da casca de *soipa*, com 3 meses de gestação, para não ficar doente. Ela relata ainda que tomou remédio do mato para não ter mais filho, mas mesmo assim engravidou, então começou a usar anticoncepcional.

No mesmo período ao que se refere Maria Librantina Campos, a partir de 1973, o ginecologista e obstetra Moysés Paciornik observou as condições ginecológicas das indígenas da ‘Reserva de Chapecó’, através de visitas e exames. Suas observações são descritas em seu livro *Quem mata índio?*, publicado em 1991. Seu estudo indica que 30% das mulheres atendidas sofriam de lesões ginecológicas causadas pelos partos. Segundo ele essas lesões ou “deterioração do assoalho pélvico”, eram causadas pela adoção de costumes tidos como civilizados, dos mais comuns como, sentar em bancos e cadeiras em vez de descansar acorados; carregar crianças no colo no lugar de transportá-los nas costas, suportada por faixa de apoio frontal. E “ter filhos em partos deitadas, envergonhadas de tê-los agachadas, como suas mães e avós faziam”³³.

30 Idem.

31 CAMPOS, Maria e MENDES, Elisabete. *Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

32 CAMPOS; MENDES. Op. Cit.

33 PACIORNIK, Moysés. *Quem mata índio?* Curitiba: Barddal, 1991, p. 294.



No total foram 63 indígenas examinadas, no qual a mais nova possuía dezoito anos e a mais velha tinha oitenta e nove anos. Todas elas estavam casadas. Entre elas a maioria não conhecia métodos médicos para o controle de natalidade, embora também a maioria não quisesse ter mais filhos. De acordo com Paciornik, apenas três tomavam comprimidos, uma praticava o coito interrompido e uma havia feito laqueadura. Somando todas essas mulheres houve duzentos e trinta e cinco gestações, com trinta abortos espontâneos e um bebê morreu na hora do parto³⁴.

No que se refere às práticas de parto a fonte aponta que apenas doze mulheres tiveram seus filhos exclusivamente de cócoras, sendo todas mulheres mais velhas; dezoito delas tiveram apenas seus primeiros filhos de cócoras, os demais, tiveram deitadas; doze mulheres tiveram seus filhos exclusivamente na posição deitada e seis tiveram seus filhos em cesarianas. Pode-se observar nos dados apresentados pelo autor, a mudança nas práticas de partos tradicionais indígenas para práticas não-indígenas, com relação a isto este assim se refere “de cócoras não se usa mais na sede da reserva”³⁵. Outras 6 idosas relatam ter tido seus filhos sentadas, fato também observado na fala de Dona Maria Librantina Campos.

Na contramão da fala de Paciornik, Maria Neusa Pereira da Silva, com 55 anos no momento da entrevista (2008), auxiliar de enfermagem no posto indígena Xaçecó na aldeia Jacu desde 1983, fala do uso exclusivo da posição de cócoras no início do seu trabalho na T.I. Menciona ainda que, era funcionária da FUNAI e chegou a ser chefe de posto durante quatro anos, substituindo seu ex-marido, saiu do posto quando aconteceu a transição da FUNAI para a FUNASA³⁶, que a partir de então se tornou responsável pela saúde indígena. Como auxiliar de enfermagem teve uma longa experiência com partos, no segundo dia de trabalho na Terra Indígena já estava realizando seu primeiro parto no local. Ela conta que,

Eu achava bastante difícil porque eu tinha que fazer o parto de cócoras, que não era acostumada a fazer (...). Mas eu acabei me adaptando bem rápido, quando eu cheguei aqui, eu olhei puxa, aquela precariedade, acho que vou embora sabe, daí não, eu pensei já que eu vim vou encarar. (...) Nós não tinha muitas condições, era tudo improvisado, mas na época a gente tinha todas as medicações necessárias. (...) Daí a mulher que resolveu fazer o parto de cócoras eu ficava ali cuidando dela de cócoras (...) Colocava um lençol no

34 PACIORNIK, Op. Cit. p. 295.

35 Idem.

36 Em 1999 houve a transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA. Tal proposta foi regulamentada pelo Decreto n.º 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória n.º 1.911-8/99, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios. E por fim pela Lei n.º 9.836, de 23 de setembro de 1999, que estabeleceu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS.



chão, não tinha meio de esterilizar, não tinha nada esterilizado, no hospital era tudo esterilizado, eu não tinha máscara, não tinha gorro, não tinha nada. (...) Luva nos tinha (...) Na época que eu fazia parto o médico de Xanxerê disse: ‘Como você consegue fazer tanto parto?’ Eu disse: ‘Doutor, eu não faço parto, eu pego os bebê’. Eu achei bastante diferente da branca, porque eu fazia partos no hospital, tinha noite que eu fazia até cinco partos no hospital, sozinha, sem médico. Eu fazia episiotomia³⁷, eu fazia tudo, aqui as índias nunca precisaram fazer episiotomia. (...) A branca tem um trabalho de parto bem prolongado, leva até vinte quatro horas, a índia não, a índia chega e fala: ‘to com uma dorzinha’, a gente vai examinar ela, daí quinze, vinte minutos o bebê nasce³⁸.

Ela menciona ainda, que já fazia um tempo que todas as mulheres iam ter seus filhos no hospital, que o último parto realizado ali já fazia um ano. Contou ainda que achava as indígenas mais fortes, pois desde que começou a trabalhar no local observava que algumas faziam o pré-natal e outras não, mas o parto sempre corria bem. Segundo ela na época em que a FUNAI era a responsável pela saúde indígena havia menos burocracia para conseguir os recursos³⁹.

Também da área da saúde, a técnica de enfermagem Elisabete Mendes, nome indígena Fagvetũ, na data da entrevista com 27 anos, filha da também entrevistada Maria Librantina Campos, menciona que fazia pré-natal com um médico que vinha atender na T.I, mas que ele sem nenhum motivo específico e sem lhe explicar o porquê, disse que ela faria cesárea. Por querer que fosse parto normal ela parou de fazer o acompanhamento médico, só foi ao hospital no dia do parto e teve o bebê de parto normal, deitada. Conta ainda que foi para o hospital de noite, assim não conseguiu tomar o chá, que ajudaria no parto⁴⁰.

Nas fontes analisadas, são narradas diferentes práticas tradicionais, algumas mesmo tendo a mesma finalidade, tem diferentes procedimentos. Identificou-se também a tendência a aderência das práticas médicas, ainda que não totalmente abandonadas algumas práticas tradicionais Kaingang caíram no desuso. Deste modo é preciso compreender essas mulheres como agentes inseridas dentro de determinados espaços de tempo, já que a etnicidade não é imutável, mas um conjunto de traços culturais, que provocam ações e reações entre o grupo e sua relação com outros⁴¹.

37 Incisão do orifício vulvar para fins obstétricos.

38 SILVA, Maria. *Entrevista concedida à Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi*, em 29/07/2008. Terra Indígena Xaçecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

39 SILVA, Op. Cit.

40 CAMPOS; MENDES. Op. Cit.

41 STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.



Considerações finais

O debate sobre práticas de parto tradicionais é importantíssimo em um contexto em que se questiona o número excessivo de cesarianas no país, devido a um modelo de atenção extremamente medicalizado e mercadológico, onde muitas vezes o procedimento é uma imposição médica, que não se baseia em uma necessidade propriamente dita. Neste contexto, também vem sendo nomeada a violência obstétrica como tal, pelas intervenções excessivas e procedimentos não recomendados pela Organização Mundial da Saúde, como a obrigatoriedade de permanecer na posição deitada de costas durante o parto e o uso indiscriminado da episiotomia. Não estando as mulheres indígenas excluídas desta lógica, já que muitas estão tendo seus filhos em hospitais da rede pública de saúde. O que se questiona aqui, obviamente, não é a assistência necessária e adequada no período de gestação, parto e pós-parto, mas a ausência de respeito à autonomia feminina e a diversidade cultural.

É importante salientar que são escassos estudos sobre os remédios do mato e outros métodos tradicionais Kaingang presentes nos períodos de gestação, parto e pós-parto, necessitando de um maior aprofundamento no assunto. As fontes a este respeito também esbarram na questão de que muitos conhecimentos não podem ser revelados pelos *Kujã*, respeitando os seus guias espirituais, a quem devem a preservação dos saberes indígenas. Sendo assim, também é necessário o respeito do pesquisador, quanto ao que não pode ser revelado, ou seja, o respeito à cosmovisão e religiosidade indígena.

Há relativamente poucas fontes historiográficas e etnográficas a quanto às práticas abertamente citadas pelos indígenas. O que exige outros métodos de pesquisa, como a história oral e levantamentos de dados; sendo a primeira utilizada neste trabalho como fonte principal. Atualmente no LABHIN através do projeto do Observatório da Educação/OBEDUC “Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xapecó/SC” estão sendo aplicados questionários, por intermédio do instrumento 02 de 2015.2, este pretende levantar dados acerca das práticas tradicionais na T.I Xapecó, incluindo as relativas à gestação, parto e pós parto. Tal pesquisa será publicada doravante, junto de novas entrevistas feitas com mulheres indígenas e profissionais da área da saúde.

Referências



BORBA, Telemaco. *Atualidade Indígena*. Curitiba: Typ e Lytog, A Vapor Impressora Paranaense, 1908.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.37-65.

COELHO, Clair Castilhos. A Saúde da Mulher em Tempos de Neoliberalismo. In: *5º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo*. Florianópolis: UFSC, 2015. (Comunicação oral).

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul: 1836-1866*. São Paulo: IBRASA: [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

PACIORNIK, Moysés. *Quem mata índio?* Curitiba: Barddal, 1991.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A história do extermínio. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil*. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 54-115.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. *Kaingang*. 2001. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang> Acesso em: 20 out. 2015.

Fontes

CAMPOS, Maria e MENDES, Elisabete. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

JACINTO, Divaldina e JACINTO, Francisca. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 31/03/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

PACÍFICO, Emília. *Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold*, em 01/04/2004. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.

SILVA, Maria. *Entrevista concedida a Ninarosa Mozzato da Silva Manfroí*, em 29/07/2008. Terra Indígena Xapecó. Acervo: LABHIN – Laboratório de História Indígena/UFSC. Fita cassete.



Recebido em 03 de novembro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



Novas questões para a arqueologia do Império: expedição de Charles Wiener e Fritz Müller na província de Santa Catarina em 1875-76 e o diálogo entre arqueologia e as ciências naturais

Jovenson Carlos Casagrande¹

Resumo: Este trabalho tem como tema a exploração arqueológica dos sambaquis de Santa Catarina feita pelo explorador americanista Franco-Austríaco Charles Wiener (1851-1913) durante os anos de 1875-76 que fez parte de uma grande expedição na América Latina organizada pelo *Ministère de l'Instruction Publique* do governo francês. Em várias empreitadas na província, Wiener foi acompanhado pelo naturalista alemão Fritz Müller (1821-1897) já conhecido e prestigiado na região e no Império que acabava de ocupar um cargo como naturalista viajante do Museu Nacional. Propomos entender a participação do naturalista na expedição ressaltando o diálogo da arqueologia de Wiener e as ciências naturais de Müller. Utilizamos como fontes o relatório oficial da expedição publicado na revista do *Archivo do Museu Nacional* (1876) por Wiener e uma carta de Fritz Müller dirigida a Charles Darwin, posteriormente publicada na revista *Nature* em 1876.

Palavras-chave: Arqueologia; Santa Catarina; Charles Wiener; Fritz Müller.

Abstract: This work is about the archaeological exploration of Santa Catarina's sambaquis by the Frech-Austrian americanist Charles Wiener (1851-1913) during the years 1875-76 who was part of a large expedition in Latin America organized by the *Ministère de l'Instruction Publique* of Frech government. In several works, Wiener was accompanied by Fritz Müller (1821-1897) already known and prestigious in the region and in the Empire who had to occupy a position as traveling naturalist of *Museu Nacional*. We propose to understand the Müller's participation highlighting the dialog of Wiener's archaeology with Müller's natural science. We use as source the official report of the expedition published in *Archivo do Museu Nacional* (1876) by Wiener and a letter from Fritz Müller addressed to Charles Darwin that was published in the journal *Nature* in 1876 too.

Key-words: Archeology; Santa Catarina; Charles Wiener; Fritz Müller.

Charles Wiener² (Viena, 1851 – Rio de Janeiro, 1913) foi um renomado explorador nascido na Austria que imigrou para França com sua família onde começou a desenvolver seus estudos americanistas sobre as culturas préhispanicas. Com apenas 24 anos ficou encarregado de uma grande exploração etno-arqueológica nas regiões andinas da América do Sul, cujo intuito seria realizar escavações e fazer descrições etnográficas do Peru e da Bolívia. Esta expedição o consagraria como um dos maiores exploradores do séc. XIX publicando

1Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: jovencasagrande@gmail.com

2Na documentação do Museu Nacional, Charles Wiener aparece como “Carlos” e Fritz Müller como “Frederico Müller”, este último foi tratado assim até 1879.



várias obras em idioma francês, como seu livro *Pérou et Bolivie* (1880)³, além de fomentar os museus franceses de uma enorme quantidade de materiais etnológico e arqueológicos que foram expostos pela primeira vez na exposição universal de Paris de 1878⁴. Em 1879 foi nomeado vice-cônsul da França no Equador. Wiener passou seus últimos anos no Brasil, onde faleceu, deixando uma rica descrição do país do início do século XX em sua obra *333 jour au Brésil* (1911), assim como havia feito na Argentina (1899)⁵ e Chile (1888)⁶.

Antes de chegar ao Peru em 1875 para a missão nos Andes, Wiener recebeu um convite de Ladislau Netto (1838-1894), diretor do refundado Museu Nacional para escavar os sambaquis da província de Santa Catarina. Aceitando o convite, Wiener chegou à província de Santa Catariana, onde encontrou Fritz Müller, naturalista alemão já conhecido e prestigiado na região e no Império, demonstrando interesse em acompanhar o cientista franco-austriaco nas escavações.

Johann F. T. Müller (apelidado de Fritz) nasceu em Windisch Holzhausen em 1822 na Alemanha, formou-se em filosofia pela universidade de Berlim e cursou medicina na universidade de Greifswald. Emigrou da Alemanha após o fracasso da revolução de 1848 e estabeleceu-se na colônia de Blumenau em 1852 onde construiu sua moradia junto com sua família. Müller continuou desenvolvendo em solo brasileiro o que já vinha fazendo na Alemanha, seus estudos de História Natural. Mudou-se para a capital da província, Desterro, em 1856 junto com sua família. Foi ali que teve contato com a obra de Charles Darwin (1809-1882): *A origem das espécies* (1859). Em 1964 ele publicou o livro *Für Darwin*, defendendo as teorias do naturalista inglês.

O que motivou a escrita deste artigo foi entender o que levou Fritz Müller, que vinha pesquisando exclusivamente fenômenos naturais, a participar de uma missão arqueológica e etnográfica. O sobrinho de Müller, Alfred Möller, publicou em 1915-20 uma grande compilação em alemão dos trabalhos e cartas do naturalista sob o título '*Werke, Briefe und Leben*'⁷ (Trabalhos, Cartas e Vida). Nesta antologia de três volumes há um índice das obras de Fritz na qual podemos constatar sem muito esforço que a expedição foco deste artigo é o

3 WIENER, Charles. *Pérou et Bolivie*. Récit de voyage, suivi d'études archéologiques et ethnographiques et de notes sur l'écriture et les langues des populations indiennes. Paris: Hachette, 1880.

4 RIVIALE, Pascal. Charles Wiener o el disfraz de una misión lúcida. *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, Lima, n. 32, v. 3, p. 539-547, 2003. p. 543. Disponível em: < <http://bifea.revues.org/6153>>. Acesso: 29 maio 2016.

5 WIENER, Charles. *La République Argentine*. Paris: Cerf., 1899.

6 WIENER, Charles. *Chili et Chiliens*. Paris: L. Cerf., 1888.

7 MÖLLER, Alfred; MÜLLER, Fritz. *Werke, Briefe und Leben*. Jena: Gustav Fischer, 1915-20.



único trabalho seu sobre arqueologia.

Lançando luz sobre este problema, pretendemos compreender a utilização de explicações provenientes das ciências naturais para explicar fenômenos arqueológicos na citada expedição, fazendo algumas considerações sobre a construção da arqueologia como área do conhecimento interdisciplinar.

Além da discussão sobre o conteúdo da ciência arqueológica do século XIX, só podemos compreender esta área do conhecimento através de seus desdobramentos políticos e sociais e como ela se ‘encaixava’ no contexto Imperial do Brasil. Para Mayr, mesmo que o historiador da ciência se dedique ao que poderíamos chamar de história-epistemológica, história da filosofia da ciência ou história dos problemas científicos, ou seja, uma história pautada em narrar o desenvolvimento científico como pensamento coerente entre si, ele não deve deixar de situar o cientista estudado em seu contexto. Ele escreve: “a ciência é uma forma de atividade humana, e por isso inseparável do meio intelectual e institucional da época”⁸. E é neste sentido que apresentaremos uma breve reconstrução do contexto intelectual no qual a arqueologia se desenvolveu em território brasileiro para então introduzir as contribuições de Wiener e Müller.

A expedição contou com várias viagens de campo e foi publicada oficialmente como o primeiro artigo da primeira revista dos *Archivos do Museu Nacional* em 1876. A primeira parte do documento apresenta a carta de Ladislau Netto convidando Wiener a vir ao Brasil realizar seus primeiros trabalhos. Posteriormente a expedição é relatada, finalizando com conclusões próprias de Wiener sobre os habitantes dos sambaquis.⁹ Por parte de Müller, a expedição aparece em uma carta dirigida a Charles Darwin, onde são descritas brevemente algumas observações sobre os sambaquis e as espécies que os compõem, no final da carta Müller adverte que os resultados seriam logo publicados em versão oficial e não caberia se alongar no assunto naquele momento¹⁰.

Para compreender a expedição, primeiramente trago a contextualização da arqueologia no Império do Brasil. Depois partiremos para a expedição em si, buscando destacar a

8MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. p. 17.

9WIENER, Charles. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, v.1, p. 1-20, 1876. Disponível em: <<http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/periodicos.html>>. Acesso em 2 nov. 2015.

10 MÜLLER, Fritz. Carta a Darwin de 25 dez. 1875. In: ZILLIG, Cezar. *Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky, 1997. p. 198. Posteriormente publicada por Darwin com a autorização de Müller na revista inglesa *Nature*. Cf. MÜLLER, Fritz. On Brazil Kichen Middens, habits of ants etc.: letter to Mr. Darwin. *Nature*, v. XIII, p. 304-305, 1876.



participação do naturalista alemão. Por último, faremos algumas considerações sobre as hipóteses das ciências naturais contidas no relatório e o nascimento da arqueologia como ciência interdisciplinar.

A arqueologia do Segundo Império

No Brasil, a arqueologia passou a ter espaço na agenda do Império com a criação do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) em 1838. Para entender a produção do IHGB, devemos levar em consideração o contexto político do Império e a relação entre o conhecimento/saber e o poder¹¹, ou seja, só podemos compreender a arqueologia do século XIX através do seu uso político. O IHGB buscava a criação de uma identidade nacional única pautada em um passado singular¹². Neste sentido, tentou-se encontrar um passado glorioso para a Nação brasileira antes da chegada dos europeus na América, como nos outros países da América do Sul que podiam amparar-se nos grandes impérios pré-colombianos na criação de uma identidade contraposta a europeia.

Para Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), naturalista alemão que foi sócio-correspondente do IHGB, os indígenas brasileiros eram parte da fase decadente de uma antiga civilização que foi tão grandiosa quanto a Azteca ou a Inca. Portanto, encontrar resquícios dessa civilização tornou-se um objetivo arqueológico, entrando cada vez mais no interior do país. Martius ficou famoso por “correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham”¹³. As especificidades eram: o elemento civilizador do branco; o índio ‘degenerado’ que precisava da luz do progresso; e o negro como obstáculo ao progresso. A Nação Brasileira teria estas peculiaridades em relação às outras nações, como as europeias que eram apenas constituídas por povos brancos.

Outra hipótese que circulava dentro do IHGB era a de que os indígenas brasileiros descendiam de povos de origem ‘branca’, e seriam “produtos de uma aventura marítima, o resultado de uma imigração não planejada, de um acidente de percurso que teria trazido

11 FERREIRA, Lúcio M. Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 1, n. 4, p. 9-36, 1999. p. 11-12.

12 SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 99.

13 Ibidem, p. 112.



civilizações para o Brasil”¹⁴. Largamente divulgada é a expedição à Pedra da Gávea no Rio de Janeiro realizada neste contexto que buscou examinar as possíveis inscrições fenícias feitas na pedra. Podemos chamar esta tentativa de busca por um passado nobre como *Arqueologia Nobiliárquica*¹⁵.

Outra pesquisa que se destaca é do naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880) na Lagoa Santa, Minas Gerais, onde desenvolveu importantes estudos sobre paleontologia e arqueologia e destacou-se na exploração de cavernas em solo brasileiro. Suas pesquisas têm caráter europeu sem passar pelas pautas e objetivos do IHGB, mas que foram publicadas nessa instituição. A descoberta feita por Lund do “Homem da Lagoa Santa” por volta de 1840 fez surgir novas questões sobre a antiguidade da habitação da América que através da estratigrafia¹⁶ Lund concluiu ser muito antiga em nível mundial. Um cientista de renome internacional como Lund fazendo tal afirmação atraiu a atenção de D. Pedro II nos estudos arqueológicos gerando uma elevação de recursos para expedições na segunda metade do século XIX¹⁷.

A arqueologia brasileira passou para uma nova fase, na qual ocorreu a sua institucionalização e tornou-se parte das atividades dos museus¹⁸. Em 1876 o Museu Real passou a denominar-se Museu Nacional, e juntamente com o Museu Paulista e o Museu Paraense, fomentou novas expedições realizadas no território nacional pelo cargo recém-criado de naturalista viajante.

A falta de evidências fez com que a arqueologia nobiliárquica decaísse. Não foram encontradas as almeçadas ruínas das grandes civilizações e as histórias sobre a origem nobre do ‘povo brasileiro’ não se sustentavam quanto ao conteúdo empírico das expedições.

O quadro de paradigmas da conturbada segunda metade do século XIX gerou uma série de novas questões para a arqueologia no Brasil, como o confronto entre a tese poligenista, que defendia várias origens em diversos lugares do globo para o ser humano, e a monogenista, uma origem só¹⁹. Além da latente discussão entre aqueles que acreditavam que

14 FERREIRA, 1999, p. 27.

15 Ibidem, p. 28.

16 Estudo dos estratos ou camadas de rochas, buscando determinar os processos que as formaram, além de ser um instrumento metodológico para datação.

17 BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 32-51, dez.-fev. 1999-2000. p. 36.

18 Ibidem, p. 37.

19SCHWARCZ, 1993. p. 48.



a origem dos sambaquis era antrópica²⁰, como o botânico brasileiro Ladislau Netto diretor do Museu Nacional e aqueles que acreditavam que estes poderiam ser também naturais, como o intelectual e etnologista alemão Hermann von Ihering (1850-1930) que participou ativamente em pesquisas pelo Brasil. O sambaqui passou a ser peça central na arqueologia neste contexto. Se antes, por vezes chamados de “mausoléus” ou mesmo “pirâmides”²¹ pela arqueologia nobiliárquica, agora se tornaram fonte de muita informação sobre o passado.

Este foi apenas o começo de longas discussões entorno dos Sambaquis. Já no final do século XIX a corrente que defendia a origem natural dos sambaquis perdeu força, porém alguns pesquisadores ainda a discutiam até a década de 1940²². E dentro da tese artificialista ainda residia um dissenso entre arqueólogos que acreditavam na acumulação casual das conchas, como acúmulo de lixo fortuito, e aqueles que defendiam o sambaqui como ‘monumentos funerários’ pela grande quantidade de sepultamentos contidos neles²³, além, claro, de correntes mistas. Ainda hoje não existe um consenso por parte dos pesquisadores de sambaquis sobre suas finalidades. De fato, os estudos ficaram muito mais complexos, principalmente a partir da década de 1990²⁴, contudo, não cabe para o presente artigo o aprofundamento sobre este tema.

Mas vale ressaltar que os sambaquis são muito mais do que um amontoado de conchas, como o nome já diz (do tupi-guarani, *tamba*=concha/*ki*=depósito), eles apresentam uma grande diversidade de materiais como “utensílios, armas, ferramentas, adornos, restos alimentares, cinzas e carvões de antigas fogueiras, além de sepultamentos humanos e vestígios de antigas cabanas”.²⁵ Eles se estendem pelo litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul a Baía de Todos os Santos e do Maranhão ao Pará²⁶, porém, podem aparecer em sistemas fluviais. Quanto a datação não existe um consenso exato, mas poderíamos colocar entre 6000 anos antes do presente e o primeiro milênio da era cristã.²⁷ Eles não são exclusividade do Brasil, encontram-se espalhados pelo globo, como aponta Tania Lima, “produzidos por sistemas socioculturais distintos, regidos por lógica própria e com sua

20BARRETO, 2000, p. 37.

21FERREIRA, 1999, p. 22.

22GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 12.

23Ibidem, p. 13.

24LIMA, Tania Andrade. Em busca dos Frutos do Mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 1999-2000. p. 306-309

25Ibidem, p. 271.

26 Ibidem, p. 272.

27 Ibidem, p. 271.



própria dinâmica interna, esses montes precisam ser analisados sob a ótica da diversidade, respeitando-se seus particularismos[...]”²⁸.

O trabalho de campo

Charles Wiener lecionava alemão na França e apesar dele já ter publicado um trabalho sobre as culturas andinas (*Essai sur les institutions politiques, religieuses, économiques et sociales de l’empire des Incas*, 1874), não contava com experiência de campo em arqueologia e etnologia, mesmo assim ele enviou ao *Ministère de l’Instruction Publique* francês um projeto de exploração arqueológica nos países andino em 18 de junho de 1875.²⁹ Este ministério foi fundado em 1828 e, além de atender os temas de educação pública da França, cuidava dos assuntos relevantes ao financiamento das expedições científicas. No ano de 1874 foi criado o Serviço de Missões Científicas e Literárias dentro do ministério que passou a empreender “uma verdadeira política de investigações”³⁰, aumentando consideravelmente o número de expedições³¹. O projeto de Wiener foi facilmente aceito neste contexto em 9 de julho de 1875 e ficou encarregado de uma missão arqueológica e etnográfica ao Peru e a Bolívia³².

Wiener havia previsto começar sua viagem pelo Equador³³, porém uma carta mudou seu itinerário. Esta carta foi enviada por Ladislau Netto em 1875 pedindo a passagem do cientista franco-austriaco pelo sul do Brasil como coordenador de uma expedição³⁴, este último com interesse e entusiasmo aceitou o convite. Ladislau instigou o europeu a investigar a origem dos sambaquis da província de Santa Catarina tendo como base a questão da divergência de opiniões sobre a tese da origem natural ou artificial daquele ‘amontoados de conchas’ que apareciam também em países do norte, como a Dinamarca.

Wiener chegou ao Brasil junto com a primavera de 1875 e ficou até janeiro de 1876

28 Ibidem, p. 314.

29 RIVIALE, 2003, p. 542.

30 RIVIALE, Pascal. *Los viajeros franceses en busca del Perú antiguo (1821-1914)*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2000. Parágrafo 6. Disponível em: <<http://books.openedition.org/ifea/3568>>. Acesso: 29 maio 2016.

31 Ibidem, parágrafo 5.

32 RIVIALE, 2003, p. 542.

33 RIVIALE, 2003, p. 543.

34 WIENER, 1876, p. 1-2.



quando partiu para o Peru³⁵. A escavação na província de Santa Catarina seria, portanto, seu primeiro trabalho. Carlos Schreiner, naturalista viajante do Museu Nacional, foi encarregado no Rio de Janeiro de acompanhar Wiener na expedição. Quando estes dois chegaram na província de Santa Catarina encontraram um homem que veio até eles demonstrando interesse na pesquisa³⁶. Era Fritz Müller, professor de matemática no Colégio Ateneu Provincial³⁷. Müller havia recebido o convite de Ladislau Netto para ser naturalista viajante em 1874, porém as dificuldades burocráticas levaram a nomeação do cargo somente em 2 de outubro de 1876³⁸, ou seja, quase um ano depois do encontro com Charles Wiener. Neste meio tempo, antes de ser oficializado ‘naturalista viajante’ e passar a receber por isso, Müller continuava seus trabalhos de campo trocando cartas com Darwin junto com o cargo de professor de matemática.

Além de Müller, o cientista europeu cita outros nomes que o ajudaram na organização das escavações, como os doutores Silva Ramalho, Pitanga e o filho do vice-consul francês, Sr. Martiniere. Infelizmente o relatório não nos fornece o número exato, as datas, locais precisos e pessoas que participaram das escavações. Ele fornece apenas alguns locais como: a Ilha de São Francisco, a Ilha de Santa Catarina (rio Ratoles, rio Tavares, rio Cachoeira, Cannas Vieiras), lagoa do Sanhassú, ‘bahia conhecida pelo nome de ‘Lagôa’³⁹, margens do baixo Itajahy, Armação da Piedade, Porto Bello, rio Bahú, rio Luiz Alvez e Joinville. Fritz Müller acompanhou os expedicionários em três escavações: no rio Luíz Alves, no rio Bahú e na Armação da Piedade.⁴⁰ A passagem de Wiener pelo Brasil durou cerca de quatro meses, neste intervalo Wiener agradeceu ao presidente da província de Santa Catarina Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho pelas informações sobre os sambaquis que o ajudaram a organizar a expedição em tão pouco tempo⁴¹.

O relatório escrito por Charles Wiener em 1875-76 e apresentado na revista do Museu é dividido em quatro partes: “I – Situação topographica, fôrma e dimensões dos sambaquis”; “II – Dos materiaes de que se compõem os sambaquis; III – Da disposição interior dos sambaquis”; “IV – Breve descrição dos objetos colhidos pelos membros da expedição”;

35 RIVIALE, 2003, p. 545;

36 Esta passagem aparece relatada em nota de rodapé. Cf.: WIENER, 1876, p. 13.

37 CASTRO, Moacir. *O sábio e a floresta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 107.

38 Ibidem, p. 107.

39 WIENER, 1876, p. 6.

40 Ibidem, p. 13.

41 Ibidem, p. 4.



“Synthese e conclusão”⁴².

Na primeira parte são relatados os terrenos onde aparecem os sambaquis, distância com o mar, formas e dimensões. Wiener afirma que o terreno onde estão situados são em grande parte pantanoso e seriam, no passado, muito mais pantanosos⁴³, já que o nível do mar haveria diminuído no Brasil. Para afirmar isso, o arqueólogo utiliza uma observação feita por Fritz Müller colocada em nota de rodapé:

O Dr. Frederico Muller nos citou como exemplo, em auxilio desta opinião que elle adopta [a de que o nível do mar diminuiu em relação ao passado], uma pequena península que se formou ha cerca de 30 annos do lado do N. de Desterro, sobre a praia de Fóra, e nos assignalou um outro factu igualmente curioso: ao norte da ilha de Santa Catharina, ha um rochedo sobre o qual elle achára á dous metros acima do nível em que vive a especie *Vermetus*, numerosas conchas deste mollusco⁴⁴.

Para reforçar a tese geológica de que o mar recuou, Wiener usa uma observação biológica feita por Müller, de que foram encontradas conchas de um molusco marinho a dois metros do nível do mar. Isso também acontece em seguida, quando o arqueólogo se refere a flora comum nas regiões onde os sambaquis estão localizados, que segundo Müller, são plantas de lugares pantanosos⁴⁵. Existiria, dessa maneira, uma associação entre sambaquis e lugares pantanosos.

Atualmente sabemos que a instalação dos sambaquis não foi fortuita. Existe uma relação entre a construção deles e ambientes estuários, pois, “trata-se de um dos ambientes de maior produtividade biótica da costa, na medida em que – como zonas de transição entre os habitantes marinhos e a água doce da drenagem terrestre – são povoados não só por organismos naturais de cada um deles, mas também por espécies características desses ecotonos⁴⁶. Essa peculiaridade lhes oferece uma alta densidade e diversidade de formas de vida”⁴⁷. Consequentemente, uma grande oferta de alimentos na qual as populações sambaquieiras poderiam se prover.

Na segunda parte do relatório aparecem os materiais que compõem os sambaquis. São descritas detalhadamente as espécies de moluscos componentes, as camadas internas,

42 Ibidem, p. 5-15.

43 Ibidem, p. 5.

44 Ibidem.

45 Ibidem, p. 6.

46 Zonas dinâmicas de transição de ecossistemas.

47 LIMA, 2000, p. 272.



sepultamentos humanos. As espécies mais abundantes de moluscos encontrados seriam o berbigão (uma espécie de *Venus*) e uma concha do gênero *Corbula*⁴⁸.

Na terceira parte, aparecem relatados os objetos que foram recolhidos pela expedição, como diversos tipos de machado, almofarizes, pedras de amolar, vasos de argila, pontas de flechas, ossos humanos e de animais, além de outros objetos não identificados quanto a sua função. As ilustrações dos materiais recolhidos na expedição aparecem em anexo no final do volume.

Na conclusão, o autor contribuiu para a discussão sobre a origem antrópica ou natural dos sambaquis com uma saída mista. Ele separa em três tipos: os naturais; os artificiais de origem fortuita; e os artificiais planejados como monumentos, levando em consideração ainda que haveriam combinações entre os tipos, já que existiam ‘tribos’ que realizavam os sambaquis artificiais fortuitos e os planejados, como veremos a seguir.

Quanto aos sambaquis artificiais, que segundo Wiener, são a grande maioria. Eles são divididos entre os ‘monumentos’, planejados e os ‘fortuitos’, pouco ou nada planejados. Os primeiros seriam a paciente acumulação de conchas onde eram sepultados os mortos. Já os segundos seriam a acumulação de conchas como lixo doméstico, restos de refeições. O que mais chama a atenção é que Wiener constata neste segundo tipo a presença de ossos humanos separados do resto do corpo que, segundo ele, seriam também restos de refeições. Enquanto os primeiros grupos sepultavam os seus mortos os segundos devoravam-nos. Estava claro para Wiener qual era o mais ‘progridido’, ele escreve:

Certamente não se acham ainda firmadas as leis sociaes entre um povo que só vê no seu semelhante um objecto de alimentação; ellas só existem desde o dia em que o homem, prezando a sua individualidade, sente horror ante uma tal pratica. É por isso que a partir deste momento, tributa-se respeito ao que deixa de viver, enterram-no e a aparição do tumulo é certamente o indice do grande passo dado pelo bipede carnivoro (anthropophago) para tornar-se homem. A partir deste momento somente, isto é desde o dia em que a individualidade physica é respeitada, a individualidade moral pôde desenvolver-se e o progresso torna-se então possível e necessario⁴⁹.

Os ‘antropofagos’ seriam o estágio de pura selvageria, o animal humano antes de se tornar Homem, cujo próximo passo na escala do ‘progresso’ seria a criação dos túmulos, mesmo ‘rudes’ como um sambaqui, mas que respeitassem os mortos. Não é difícil imaginar

48 *Corbula* é um gênero de moluscos bivalves de água salgada da família Corbulidae.

49 WIENER, p. 17-18.



que esta visão pessimista do indígena coincidiu com as novas políticas indigenistas. A partir de 1870, o Império necessitava de uma política indigenista que suprisse a mão de obra de origem africana e também que subtraísse terras das populações indígenas⁵⁰.

Como escreve Lúcio M. Ferreira: “Scientia est potentia – tratava-se, para a Arqueologia Imperial, de melhor conhecer o indígena para melhor dominá-lo e civilizá-lo, para aproveitá-lo como mão-de-obra e como colonizador do interior do país, para amansá-lo como sujeito econômico e de Direito, para abrigá-lo sob a égide de um contrato social”⁵¹. A arqueologia foi o instrumento que através de seus métodos classificava as populações indígenas, “uma ferramenta adequada para peneirar-se as ‘raças’ indígenas que figurariam na imagem nacional a ser transmitida para as elites do Império e para as Nações civilizadas do mundo”⁵². O conhecimento deu o aval para o poder. Mais uma vez a ciência legitimou, escondida atrás da cortina da neutralidade, cujo pressuposto axiológico do saber fundamentava a filosofia positivista empregada nas ciências sociais do século XIX. As ciências sociais deveriam “limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos”⁵³.

As conclusões de Wiener não colocaram um ponto final na discussão do papel do indígena na sociedade, longe disso, muitos outros preocupados com a natureza dos sambaquis também tiravam suas conclusões, por vezes opostas ao arqueólogo franco-austriaco. Assim ressalta Lima: “Pesquisadores de diferentes campos do conhecimento – geólogos, zoólogos, botânicos, antropólogos, médicos – participavam das investigações e externalizavam livremente suas opiniões”⁵⁴.

Agora deteremos nossa atenção sobre os sambaquis naturais. Tanto Wiener como Müller acreditavam que a formação do sambaqui natural seria possível. Sobre a provável gênese deste fenômeno, Müller opina (através das palavras de Wiener):

50 FERREIRA, Lúcio M. “Um bando de ideias novas” na arqueologia. *Diálogos*, Maringá, v. 5. n. 1, p. 141-167, 2001. p. 144.

51 FERREIRA, Lúcio M. *Solo civilizado, chão antropofágico: a arqueologia imperial e os sambaquis*. 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arq_hist_estrat/solo_civilizado.htm>. Acesso em: 5 out. 2015.

52 Ibidem.

53 LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e postivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 25-26.

54 LIMA, 2000, p. 291.



[...] cada especie de animaes marinhos, não podendo viver senão em um nivel perfeitamente determinado, em relação ao do mar, se um abaixamento da costa collocar os molluscos fixados em um certo nivel, inferior ao que é próprio ao seu desenvolvimento, toda a geração assim deslocada inevitavelmente perecerá; esta geração póde servir de solo a uma nova geração, que tambem sacrificada, formará uma nova camada neste banco, a qual assim crescerá á modo de certos bancos de coral. Se se produzir um movimento contrario, se este solo, lentamente abaixado, vier a elevar-se, o banco de conchas, excedendo o nivel do mar, semelhante a uma ilha, apresentará os caracteres de um sambaqui, com a única differença de que nos sambaquis de Santa Catharina as conchas são isoladas, emquanto que no caso theorico que figuramos as conchas deviam estar, por assim dizer, soldadas umas ás outras.⁵⁵

A diminuição do nível do mar acarretaria no extermínio dos moluscos em montes, até o momento que o cume deste montes seriam expostos como ‘ilhas’. Não nos fica clara a convicção de Müller sobre este ‘caso theorico’, além do mais, no final da sua argumentação ele deixa a própria contradição empírica, os sambaquis criados desta maneira deveriam apresentar exclusivamente conchas bivalves⁵⁶ fechadas ‘soldadas umas ás outras’ e isso não foi observado nos sambaquis de Santa Catarina.

Em seguida, aparece a explicação de Wiener:

Ácerca de duas milhas da fóz do rio Ratoes, acha-se actualmente um banco enorme de birbigôas. Quando a maré sóbe traz areia e quando desce, principalmente depois da chuva, carrega Iôdo. Este banco, já bastante elevado, põe paradeiro a estas massas de areia e de Iôdo sobre as quaes as birbigôas morrem suffocadas; forma-se depois uma nova camada que é tambem suffocada e assim por diante até que a ilha sobrepuje as baixas marés. Elevando-se o solo cada vez mais [...]⁵⁷.

A explicação de Wiener se refere ao fenômeno corriqueiro das marés que aglutinariam as conchas umas em cima das outras em camadas, sufocando as inferiores com areia e iodo. Poderíamos concluir então pela hipótese de Wiener que todo ambiente sujeito às marés e apresentando espécies de moluscos como o berbigão e a *Corbula* conteriam sambaquis naturais. Naturalmente, essa hipótese não poderia se conservar com o aumento do número de pesquisas no final do século XIX. Foram, cada vez mais, encontradas evidências a favor dos artificialistas.

55 WIENER, 1876, p. 16.

56 Os moluscos bivalves possuem duas peças articuladas por ligamentos, ex.: *Corbula* e Mexilhão.

57 Ibidem.



Cabe-nos agora expor a versão de Fritz Müller sobre a expedição. Em uma carta datada de 25 de dezembro de 1875 dirigida a Charles Darwin, na qual, dentre outros assuntos, fala brevemente sobre a expedição, deixando os detalhes para a publicação de Wiener. Nesta carta Müller faz uma consideração que não aparece no relatório. Para ele, a divisão mais importante dos sambaquis é a biológica, da composição faunística, pois ele apresenta os sambaquis para Charles Darwin em 3 categorias⁵⁸: os compostos por várias espécies de conchas bivalves e univalves⁵⁹; os compostos por conchas de berbigões, muito comuns nas baías rasas ou lagoas salgadas; e os compostos por conchas de uma espécie de *Corbula* que só eram encontradas em sambaquis em estado fóssil.

Sobre esta distinção, durante o discurso de inauguração da estátua de Fritz Müller em Blumenau no dia 20 de maio de 1929, Edgar Roquete-Pinto (1884-1954), antropólogo e etnólogo brasileiro, proferiu: “Ando muito enganado, ou então, de futuro, as singelas notas de Fritz Müller servirão imensamente para a resolução do problema dos Sambaquis”⁶⁰.

Algumas considerações: o nascimento de uma ciência interdisciplinar

As teorias desenvolvidas por Wiener no século XIX são muito interessantes. E, acredito, que reside uma questão bem importante na maneira como os elementos das ciências naturais trazido por Müller tiveram espaço na argumentação do franco-austríaco. Durante as três últimas décadas do século XIX, a arqueologia estava se especializando como disciplina autônoma junto com a antropologia, a geologia, a zoologia, dentre outras disciplinas⁶¹, de acordo com seus objetos de estudo. Porém, não foram excluídas do raciocínio arqueológico questões de ordem geológica, paleontológica ou das ciências naturais de modo geral. Portanto, no mesmo momento em que a disciplina estava definindo seus contornos gerais⁶², ela estava se consolidando como uma área do conhecimento essencialmente interdisciplinar.

É neste sentido, a meu ver, que podemos esclarecer o interesse de Müller na

58 MÜLLER, Fritz. On Brazil Kichen Middens, habits of ants etc.: letter to Mr. Darwin. *Nature*, v. XIII, p. 304-305, 1876.

59 Moluscos univalves ou gastrópodes possuem uma concha unificada, ex.: Caramujo do Mar.

60 ROQUETE-PINTO, Edgar. Glória sem rumor. In: ROQUETE-PINTO, E.; et al. *Fritz Müller: reflexões biográficas*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000. p. 41.

61 BUENO, Lucas; MACHADO, Juliana. Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil. *Revista eletrônica ComCiência*, v. 2, p. 7, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq16.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

62 Cabe lembrar que até a atualidade não há um consenso do que seja a arqueologia, sendo ela mesma “uma ciência em construção”. cf.: FUNARI, Pedro P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ed. Ática S. A., 1988. p. 9.



expedição. O modo de fazer arqueologia de Wiener abriu espaço para as considerações do naturalista que, acreditou que sua participação seria útil ao estudo dos sambaquis. Podemos assim pensar que as ciências naturais implementaram a arqueologia quanto ao seu conteúdo e ao tipo de questões que começaram a serem feitas, destacando o entorno biológico e a relação dos povos sambaquieiros com as outras espécies do ecossistema.

Este não foi o único viés, houve também a introdução do ‘darwinismo-social’, não por parte de Müller, que não escreveu nada sobre doutrinas raciais ou fez considerações deste tipo, mas por parte da introdução do paradigma evolucionista atrelado a noção de progresso, comum do século XIX de modo geral que “via de forma pessimista a miscigenação”⁶³ na construção de uma identidade nacional.

Referências

BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 32-51, dez.-fev. 1999-2000.

BUENO, Lucas; MACHADO, Juliana. Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil. *Revista eletrônica ComCiência*, v. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq16.shtml>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

CASTRO, Moacir. *O sábio e a floresta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FERREIRA, Lúcio M. “Um bando de ideias novas” na arqueologia. *Diálogos*, Maringá, v. 5, n. 1, p. 141-167, 2001.

_____. Solo civilizado, chão antropofágico: a arqueologia imperial e os sambaquis. 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arq_hist_strat/solo_civilizado.htm>. Acesso em: 5 out. 2015.

_____. Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 1, n. 4, p. 9-36, 1999.

FUNARI, Pedro P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ed. Ática S. A., 1988.

GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos Frutos do Mar: os pescadores-coletores do litoral

63 SCHWARCZ, 1993, P. 58.



centro-sul do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 1999-2000.

LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e postivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

RIVIALE, Pascal. Charles Wiener o el disfraz de una misión lúcida. *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, Lima, n. 32, v. 3, p. 539-547, 2003. Disponível em: <<http://bifea.revues.org/6153>>. Acesso: 29 maio 2016.

_____. *Los viajeros franceses en busca del Perú antiguo (1821-1914)*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2000. Disponível em: <<http://books.openedition.org/ifea/3568>>. Acesso: 29 maio 2016.

ROQUETE-PINTO, Edgar. Glória sem rumor. In: ROQUETE-PINTO, E.; et al. *Fritz Müller: reflexões biográficas*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

ZILLIG, Cezar. *Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky, 1997.

Fontes

MÖLLER, Afred; MÜLLER, Fritz. *Werke, Briefe und Leben*. Jena: Gustav Fischer, 1915-20.

MÜLLER, Fritz. On Brazil Kichen Middens, habits of ants etc.: letter to Mr. Darwin. *Nature*, v. XIII, 1876.

WIENER, Charles. Estudos sobre os Sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, v.1, 1876.

Recebido em 02 de novembro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



José Fernandes: o diabo que cria para o povo e a arte no dia a dia

Tamiris Serafim de Matos

tami.matos.s@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: José Fernandes, pintor, escultor e escritor ficou conhecido artisticamente como Zé Diabo. Destacou-se na região do extremo Sul de Santa Catarina por suas obras nos interiores das igrejas de Orleans, transformando assim sua cidade em ponto turístico. Sua maior e mais conhecida obra chama-se Paredão de Orleans. O presente artigo tem por objetivo compreender o processo de criação do Paredão, possuindo como fonte principal as entrevistas do artista presentes nas obras de Renata Campos e Meri Kriedger.

Palavras-chaves: José Fernandes; Zé Diabo; Paredão de Orleans.

Abstract: José Fernandes, painter, sculptor and writer known artistically as Zé Diabo. The highlighted region in the extreme south of Santa Catarina in your works in interiors of churches Orleans, transforming so your City on tourist spots. Its bigger and most known work is called Paredão de Orleans. The present article aims to understand the Paredão creation process, having as main source, such as artist interviews gifts in Renata Campos and Meri Kriedger.

Keywords: José Fernandes; Zé Diabo; Paredão de Orleans.

José Fernandes durante sua carreira de pintor e escultor transformou a pequena cidade de Orleans, no interior do Estado de Santa Catarina, em uma região artística. O artista que em meio a pinceladas de anjos ficou conhecido como Zé Diabo, dedicou grande parte de sua vida em seus projetos, com o desejo de fazer da arte a memória da sua cidade. Para ele, sua missão era deixar gravado em pinturas ou pedras a Arte e a História, para que qualquer pessoa pudesse compreender o sentido de sua obra sem a necessidade de nenhuma pesquisa ou conhecimento sobre os temas por ele abordado. O que para todos não passava de pedras e matos, para Zé Diabo foi o espaço de uma grande obra; obra esta que o destacou no cenário artístico do extremo Sul de SC¹.

Quando pequeno brincando próximo ao paredão de pedra bruta, localizado às margens do rio Tubarão notou algumas letras na pedra. As letras diziam respeito as iniciais de operários que trabalhavam na criação da estrada, juntamente a uma homenagem para um trabalhador que faleceu dinamizando as pedras. José Fernandes viu que ali estava gravado a história da construção da estrada, e, sonhou deixar gravado nas pedras também a história da sua cidade e

1 CAMPOS, Renata Bussolo. *Zé Diabo: um artista de múltiplas linguagens*. Monografia (Especialização em Artes Visuais), UNESC, 2006. p. 18.



fragmentos da História Nacional; contudo, sua arte não foi manifestada apenas em esculturas, boa parte está registrada em pinturas em igrejas. Ao final de sua carreira temos um Zé diabo escritor, onde aborda inúmeros temas de seu cotidiano para a criação de contos.² Nessa trajetória Zé Diabo pouco foi valorizado pela sua terra natal, o que fez o artista procurar outros lugares e maneiras para expressar sua arte.

José que dedicou a maior parte de sua vida à arte, muitas vezes é incompreendido pelas pessoas. Afinal, como alguém pode destinar sua existência a favor da arte para o povo? Entretanto, como ele mesmo escreve, poucas pessoas são capazes de entender o sentido da vida de um artista. Para ele

Ser artista é aceitar resignado, as humilhações, as injustiças e as incompreensões encontradas no palco da vida. Ser artista é ter o maravilhoso dom da inteligência que o transporta através de uma muralha invisível para outro lado onde ele se encontrará no incrível mundo da criatividade, das luzes, das cores, das sombras e dos milhares de personagens que ele busca³.

A pesquisa foi realizada por duas razões, primeiramente pela curiosidade que despertou ler a assinatura “Zé Diabo” no paredão sacro esculpido no interior da Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua em Sombrio, cidade localizada no extremo Sul de Santa Catarina, questionando como alguém responsável por decorar de forma tão graciosa uma Igreja poderia ser nomeado assim. Após investigar a vida do artista, conhecer mais suas obras e sua trajetória, notei que poucas coisas foram escritas sobre ele. Despertando assim, uma segunda motivação para o estudo.

A história do artista esta relatada em algumas reportagens de jornais e revistas de Orleans ou das cidades vizinhas. Academicamente encontrei apenas duas pesquisas sobre ele, ambas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desenvolvidas na pós-graduação e escritas através de entrevistas com o próprio artista. A primeira foi realizada em 1993 por Meri Ângela Spíllere Kridger, na qual ela aborda a biografia, detalhes das obras e técnicas artísticas. A segunda foi desenvolvida em 2006 por Renata Bussolo Campos, possuindo também um caráter biográfico. Entretanto, essa última foca nas múltiplas linguagens artística de José Fernandes; o que serviram de subsídio para a meu estudo. Portanto, transito entre essas duas pesquisas buscando elementos para melhor sustentar a proposta desse estudo. Posso como objetivo compreender os processos da criação de sua maior obra, o Paredão de

2 Ibidem p. 19.

3 Zé Diabo apud CAMPOS, 2006. p. 24.



Orleans e ampliar a pesquisa acadêmica nessa área, assim como, expandir as pesquisas sobre o Extremo Sul de Santa Catarina.

Trajetória Artística

Zé Diabo, com sua arte singular incorpora Orleans no cenário artístico brasileiro. O pintor, escultor e escritor conseguiu retratar a cultura da região em suas obras, abordando temas que se fizeram presente desde o princípio da colonização da cidade.

A região de Orleans até meados de 1864 fazia parte do município de Tubarão, no entanto deixou de pertencer após o casamento da Princesa Isabel com o Conde D'Eu. Dom Pedro II concedeu o correspondente a noventa léguas como dote da princesa, podendo estas serem entre Sergipe ou Santa Catarina. O Conde acabou por escolher a região que hoje corresponde ao território de Orleans, visto que, na época as terras eram ricas em carvão mineral e estava sendo construído a estrada de ferro Dona Thereza Christina que ligava a região que corresponde hoje a Lauro Müller ao porto de Imbituba, visando assim lucros futuros. A comunidade recebeu o nome Orleans em virtude à uma homenagem feita pelo próprio Conde Luiz Felipe Maria Fernando Gastão D'Orleans a sua família⁴.

Referente a imigração dessa região podemos ver que, embora preponderando em Orleans a presença de italianos houve também a vinda de russos, portugueses, letões e poloneses. A colonização da região foi bastante beneficiada com a construção da estrada de ferro. Era ofertado aos imigrantes daquelas terras lotes inferiores a cinquenta hectares, uma pequena casa coberta de palha, junto a alimentação, materiais para o plantio, como ferramentas e sementes para fazerem uso e se estabelecerem até a primeira safra, possuindo três anos para o pagamento dos subsídios⁵.

Foi no exposto contexto que o avô lituano de Zé Diabo aqui chegou e trabalhou como ourives. O Artista José Fernandes, conhecido artisticamente hoje como Zé Diabo, filho de Joana Cândido Fernandes e Antônio Manoel nasceu no dia 19 março de 1930. Com seus 12 anos de idade o artista começou a trabalhar na pedraria do seu pai, iniciando assim sua primeira relação com as pedras. Admirador das estátuas gregas, quando possuía tempo José Fernandes riscava desenhos realistas em pedras, como rostos de pessoas ou imagens de animais. Não apenas nesses momentos ele mostrava seu lado artístico, conta ele na entrevista

4 Ibidem p. 16.

5 Ibidem, p. 17.



à Renata Bussolo Campos que na escola surpreendia com seus desenhos⁶.

Não satisfeito com a profissão de pedreiro, visto que, seu lado artístico não poderia florescer na pedraria do pai, juntamente a interesses monetários José inicia sua carreira como pintor comum de paredes. Porém, ainda assim não se contentava com aquelas pinturas monótonas e uniformes⁷. Logo, a sua insatisfação na carreira como pintor o conduziu para tornar a arte o seu ofício. Ainda assim, podemos dizer que esse período como pintor de paredes e pedreiro proporcionou a ele um grande aprendizado, uma vez que, em meio a pincelas e marteladas adquiriu um vasto conhecimento e técnicas para a sua futura ocupação como pintor artístico e escultor.

Segundo Kridger, Zé Diabo foi pintor por 30 anos, manifestando sua arte em igrejas e telas. Dentre seus trabalhos podemos citar uma quantidade significativa de feitos em paredes de igrejas e telas, com temas religiosos, retratos, autorretratos, animais e paisagens. No que diz respeito às suas obras podemos citar as pinturas nas seguintes capelas: Capela do Rio Pinheiros, Capela de Santa Clara, Capela de Furninhas, Capela de Oratório, Capela do Cemitério, sendo estas localizadas em Orleans. Entretanto ainda temos obras distribuídas em cidades da região sul do Estado como a Capela Nossa Senhora dos Campos em Lauro Müller, na Igreja Matriz de Nova Veneza e na Igreja do Rio do Rastro⁸.

Devido as dificuldades relacionadas a falta de datação de suas obras não podemos adotar uma cronologia exata ou sequência dos trabalhos. Porém, Renata Bussolo Campos traz que no ano de 1958 o pintor foi procurado pela primeira vez para desenvolver um desenho na Capela do Rio Pinheiros em Orleans⁹. Mesmo sem possuir experiências no ramo da pintura artística ele aceitou e concluiu a obra no mesmo ano, dando assim início oficial a sua carreira como pintor artístico. A partir dessa obra Zé Diabo passou a ser convidado para pincelar e colorir várias igrejas do extremo Sul de Santa Catarina.

Seu talento também foi exposto em óleo sobre tela, entre suas obras podemos mencionar o *Retrato de Sua esposa Eunice, Noite Romântica, A Alcinha Zé Diabo* (Figura 01), *A Dança dos Anjos*, entre outras obras inacabadas. Segundo o próprio artista, suas obras foram comercializadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e em São Paulo, somando um total de mais de 80 telas. Contudo, não podemos assumir essa quantia com

6 Ibidem, p. 20.

7 Ibidem, p. 21.

8 KRIEDGER, Meri Ângela Spillere. *Zé Diabo: vida e obra*. 1993. Monografia (Especialização em Artes Visuais) UNESC, 1993.

9 CAMPOS, 2006, p. 25.

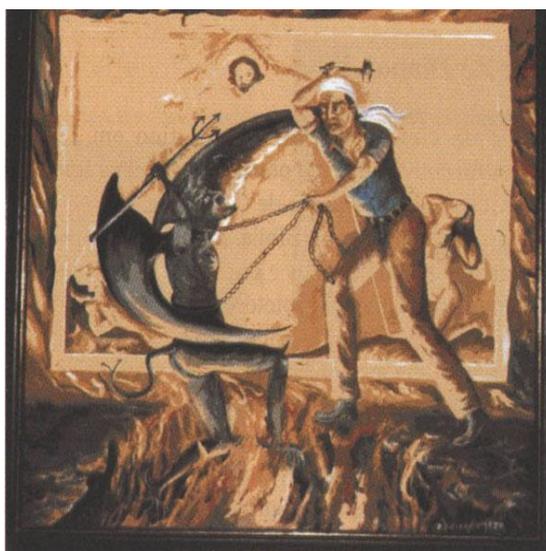


exatidão, posto que, por desatenção seus trabalhos não foram catalogados ou registrados. Em relação a suas pinturas em igrejas também nos deparamos com o mesmo obstáculo. Apesar disso, Kridger e Campos trazem uma quantia de doze realizações entre igrejas e capelas. Mas, desses trabalhos não podemos afirmar quantos foram pinturas criadas pelo próprio artista e quais foram restaurações de outros pintores.

Em meio a sua trajetória como pintor de passagens bíblicas surge o nome pela qual hoje José Fernandes é conhecido: Zé do Diabo. Torna-se impossível esse apelido não despertar uma grande curiosidade, ainda mais quando tratamos de um pintor que fez sua carreira retratando especialmente imagens sacras em interiores de igrejas.

Por volta de 1963 José foi convidado para pintar a capela de São Miguel Arcanjo, localizada em Grão-Pará no estado de Santa Catarina. Na obra ele interpretou a rebelião dos anjos, onde representando o bem pintou São Miguel Arcanjo e o mal a imagem de Lúcifer. A imagem bastante realista enfatizou a figura do demônio causando assim assombro e descontentamento aos que frequentavam a capela. Os fiéis da época recomendaram ao padre que o artista pintasse novamente um demônio menos pavoroso, contudo José não aceitou recriá-lo, desapontando assim os fiéis que a partir daí passaram a chamá-lo de Zé do Diabo. Lamentavelmente a Igreja São Miguel Arcanjo que batizou o nome do artista como Zé Diabo foi destruída, não deixando nenhum registo da criação dessa obra.¹⁰ Abaixo podemos ver uma das obras do pintor, onde o mesmo se refere a esse acontecimento.

Figura 01 - A alcunha Zé Diabo, 1990. Óleo sobre tela – Acervo: Fotos e Fatos de Orleans



¹⁰ Ibidem. p. 36

Disponível em: www.fotosefatosdeorleans.com.br

Nessa obra de óleo sobre tela de 1990, José Fernandes refaz a pintura da mesma passagem bíblica que ele pintou na parede da igreja se autorrepresentando no lugar do anjo Miguel Arcanjo, afirmando assim que não temia a sua representação de Lúcifer na capela de Grão-Para.

Arte, Cultura, Memória e Utopia: o paredão de Orleans

Zé Diabo destaca-se por suas múltiplas formas de ser um artista, mas, além de pintor, dedicou grande parte de sua vida à escultura. Desde pequeno as esculturas chamavam sua atenção e durante muito tempo carregou um sonho artístico: esculpir um paredão de pedras brutas da sua cidade¹¹. Resultado da construção da estrada de ferro de 1883 o paredão possuía em média 500 metros, localiza-se a margens do rio Tubarão; uma imensa parede de pedras que para Zé Diabo, segundo informa na entrevista a Campos sempre foi uma possível grande obra de arte¹².

O paredão de Orleans, como ficou conhecido um dos maiores projetos de Zé Diabo, foi também o mais desejado pelo artista, uma vez que, trata de algo que ele almejou desde a infância. Renata Campos em sua monografia salienta que José Fernandes quando criança brincava próximo ao paredão, onde certa vez, observou algumas letras nas pedras; quando soube que as marcas se tratavam de uma homenagem a um operário que morreu dinamizando a rocha, também quis deixar sua marca para a região¹³. O início do planejamento da obra foi surgindo aos poucos, mas, o fator principal foi a conversa com o amigo e poeta Luiz Carminatti que ocorreu possivelmente em 1977. Após essa conversa onde o artista confessou seu antigo sonho, Carminatti fez anúncios por meio de rádios, na tentativa de divulgar melhor a intenção do Zé Diabo em esculpir as pedras. Rapidamente o projeto despertou o interesse do Padre João Leonir Dall'Alba, presidente na época da Fundação Educacional Barriga Verde

11 Antes de iniciar o projeto do paredão Zé Diabo criou algumas esculturas, tal como o Busto do Papa João XXIII em 1963, sendo este o seu primeiro trabalho com esculturas. Depois vieram diversas outras solicitações, entre elas podemos citar o busto de Emir Bortoluzzi de Souza, busto em bronze de Maximiliano Gaidzinski, busto também em bronze de Alberto Dagostinilli. Além disso, o escultor também cria em paralelo com as obras do paredão o Pórtico Municipal de Orleans, iniciado em 1986 e finalizando em 1987. (KRIEDGER, Meri Ângela Spillere. *Zé Diabo: vida e obra*. 1993 Monografia (Especialização em Artes Visuais) UNESC, 1993.)

12 Ibidem. p. 41.

13 Ibidem, p. 11.



(FEBAVE).¹⁴ A partir de então, começaram a realizar algumas reuniões para definir melhor as ideias do projeto. Em seguida ficou definido que seriam esculpidas passagens bíblicas por se tratar de um livro universal, deste escolheram cinco passagens do antigo testamento (*A Criação do Homem, O Sacrifício de Abraão, A Passagem do Mar Vermelho, O Templo do Rei Salomão, Os Profetas*) e quatro do novo testamento (*A Anunciação, O presépio, A Morte de Cristo, A Ressurreição de Cristo*)¹⁵.

Com todas as ideias estabelecidas o próximo passo foi partir em busca de recursos financeiros junto a prefeitura, ao governo do estado e a Fundação Nacional de Arte. Devido à falta de resposta do governo, seguiram na tentativa de uma iniciativa privada, onde houve colaboração de alguns grupos, tal como, o Maximiliano Gaidzinski e o grupo Diomicio Freitas. Posteriormente o prefeito Edgard Zomer entrou com um auxílio complementando os valores necessário para terem subsídios para em média um ano de trabalho. Através desses apoios, juntamente a auxílios das pessoas da própria comunidade a obra conseguiu ser iniciada em 1980, avançando até o final de 1983 sem nenhuma paralisação. Neste ano Zé Diabo com seu ajudante foram admitidos pela Fundação Catarinense de Cultura para ambos estarem à disposição da construção das obras do paredão¹⁶.

Em 1980 o artista iniciou no paredão duas obras testes, a primeira tratava-se da primeira missa no Brasil e, a segunda da catequização dos índios. Estas serviram como teste para estudar a condição da pedra por onde ele esculpiria. O princípio do pretejo era esculpir as cenas do Antigo Testamento, essas eram: *A Criação do Homem, O Sacrifício de Abraão, A Passagem do Mar Vermelho* (Figura 02), *O Templo do Rei Salomão* e *Os profetas*. A segunda etapa estava relacionada ao Novo Testamento e as passagens eram: *A Anunciação, O Presépio, A Morte de Cristo* e *A Ressurreição de Cristo*. Desta segunda etapa, apenas a primeira cena foi esculpida. Todas as obras do paredão tratavam-se da interpretação do próprio Zé Diabo dos textos bíblicos. O artista após ler a passagem bíblica desenvolvia uma maquete de barro para estudar as formas antes de passar para a pedra. Esse recurso da maquete foi usado apenas nas primeiras ações, logo ele passou ter a experiência necessária para não precisar desse rascunho. Apenas, quando possuía dúvidas usava seus ajudantes como modelos para idealizar a forma como esculpiria algum personagem¹⁷. Na imagem abaixo pode ser visualizada *A Passagem do Mar Vermelho*, com uma área que totaliza 50 m², possuindo a escultura até 30

14 Ibidem, p. 41.

15 KRIEDGER, 1993.

16 CAMPOS, 2006. p. 41.

17 KRIEDGER, 1993. p. 27.



centímetros de profundidade; entre animais, pessoas e objetos podemos totalizar um conjunto de 27 peças diferenciadas.

Figura 02 – A Passagem do Mar Vermelho



Fonte: Fotos e Fatos de Orleans, disponível em: www.fotosefatosdeorleans.com.br

No entanto, o projeto foi paralisado e a passagem *O Presépio* não chegou a ser concluída. Das quatro cenas do Novo Testamento, apenas a primeira foi finalizada. Em 1989, surge entre Zé Diabo e a prefeitura de Orleans algumas discordâncias que nunca chegaram a serem divulgadas, e, em consequência desses problemas políticos o artista é afastado do cargo que exercia na fundação, suspendendo assim as obras do paredão. Nessa conjuntura, trata-se de um grande erro mencionar que de nove painéis apenas seis foram feitos, uma vez que, os planos do artista não cessariam assim que as passagens religiosas estivessem concluídas:

Após, nós iríamos partir para a História Nacional: A Família imperial, Os Senhores de Engenho, Ciclo do Ouro, Ciclo do Café, Criação do Gado, etc. Seria um projeto que seguiria por cima mais uns 300 metros e voltaria por baixo, dando um total de mais ou menos 28 painéis e mais ou menos 1.800 metros quadrados de arte pura, trabalhada artesanalmente¹⁸.

Analisando a fala do artista, podemos ver que não estamos tratando apenas de três painéis que foram deixados pelo tempo e sim vinte e dois, afinal, Zé Diabo possuía um propósito maior quando observava o paredão. Ele enxergava e projetava naquelas pedras cobertas por matos uma forma de trazer a Arte e a História para qualquer pessoa que passasse pela região e

¹⁸ Zé Diabo apud KRIEDGER, 1993. p.24.



que, esta arte estivesse presente no dia a dia das pessoas que ali viviam. Afinal, aos seus olhos aquelas pedras representavam uma possível grande obra do povo e para a cidade.

Além disso Zé Diabo tinha planos de esculpir na rua onde localizava-se o fórum da cidade, visto que existia um segundo paredão de concreto. O artista já possuía um projeto pronto e nesse destacaria a presença das pessoas mais notáveis da cidade, juntamente a uma cena representando o início do ano dois mil, os primeiros imigrantes da região, uma homenagem a uma escrava que havia morrido com 116 anos e alguns outros temas.¹⁹ Lamentavelmente é notório que tenha existido pouco apoio e incentivo para os planos do pintor e escultor que, porventura se possuísse recursos teria transformado Orleans em uma cidade artisticamente reconhecida e valorizada.

Embora suspensas as atividades do paredão o artista não parou de trabalhar na área. No momento em que o projeto foi cancelado, ele seguiu expressando suas técnicas em igrejas, não apenas em Orleans, mas também em todo sul de Santa Catarina. Por fim, devido a problemas musculares, o artista foi obrigado a parar de esculpir e passou a dedicar seu tempo às obras literárias.

Considerações Finais

Nos últimos anos é possível ver que a cidade tomou algumas atitudes para manter a principal obra do artista conservada. Contudo, o paredão ainda carece de atenção, tanto em pesquisas científicas quanto em cuidados para a conservação da obra. Pois, a não conclusão dela não justifica a desvalorização. É necessário que a cidade se dedique para a preservação da obra, para que O Paredão de Orleans não volte a ser novamente um paredão coberto de musgos e dominado pela natureza. Nessa conjuntura, fica evidente que Zé Diabo, lamentavelmente é mais prestigiado nas cidades vizinhas, como é visível em Sombrio onde ele esculpiu a parede dentro da igreja.

Concluo que a quantidade de obras existentes hoje são poucas perto dos planos que o artista possuía e que, estas foram criadas no decurso de muitas dificuldades. Zé Diabo sem formação acadêmica e mesmo com pouco apoio, conseguiu projetar um dos maiores projetos artísticos da região Sul de Santa Catarina. O artista não procurou deixar suas obras presas em casas ou galerias, seu maior desejo foi construir uma sequência de obras ao ar livre para que

19 KRIEDGER, 1993. p. 35.



todas as pessoas possuíssem acesso a arte e que esta estivesse presente no dia a dia.

O trabalho acabou por despertar mais curiosidade em mim do que acalmar as minhas dúvidas. A partir das investigações e estudos sobre o artista pude ver que existem apenas duas pesquisas sobre ele com lacunas que nesse trabalho não consegui preencher. Entretanto, essa pesquisa não se finaliza aqui, ela serviu obviamente para me introduzir nesse campo biográfico e artístico, fazendo eu transitar por temas que até então passavam despercebido aos meus olhos. Ao longo do estudo, senti grande necessidade de mais visitas as cidades para analisar melhor as obras; e, até mesmo trabalhar com a História Oral, entrevistando alguns familiares e alguns políticos da época, para talvez responder as questões referente a paralisação das obras, entre outros hiatos ainda existentes. Dessa maneira, esse trabalho não se concluí aqui, longe disso, apenas impulsiona novas pesquisas sobre o artista conjuntamente a História do extremo Sul de Santa Catarina.

Referências

CAMPOS, Renata Bussolo. **Zé Diabo**: um artista de múltiplas linguagens. Monografia (Especialização em Artes Visuais), UNESC, 2006. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00002D/00002D1F.pdf>> . Acesso em: 01 ago. 2015.

DALL'ALBA, Pe. João Leonir. Colonos e Mineiros na Grande Orleans. Orleans, Santa Catarina, Edição do Autor, Instituto São José.

KRIEDGER, Meri Ângela Spillere. *Zé Diabo*: vida e obra. 1993 Monografia (Especialização em Artes Visuais) UNESC, 1993.

Zé diabo: o artista dos santos. *Notisul*. Tubarão, 24 maio 2013. Disponível em: <http://www.notisul.com.br/n/opiniao/ze_diabo_o_artista_dos_santos-41598> . Acesso em: 30 set. 2013.

Zé Diabo. 2010. *Fotos e Fatos de Orleans*. Disponível em: <<http://www.fotosefatosdeorleans.com.br/?pg=conteudo-descricao&id=115>>. Acesso em: 02 out. 2015.

Recebido em 03 de novembro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



Máculas: As marcas da tortura na vida de quatro catarinenses

Danielle Santos Dornelles¹

Thais Machado²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar através de relatos orais e escritos a vivência de torturadas e torturados catarinenses na época da Ditadura Civil Militar brasileira (1964 – 1985). Pretendemos com esse artigo, ressaltar algo tão silenciado na história do Brasil e principalmente no Estado de Santa Catarina: a tortura. Para aprofundarmos as questões presentes no artigo utilizamos a entrevista que realizamos com a catarinense Derlei Catarina de Luca³ ao primeiro dia do mês de setembro do ano de 2015, os escritos bibliográficos dos também catarinenses Marlene Soccas, Marcos Cardoso e Pedro Penteado.

Palavras-chave: Tortura; repressão; Ditadura Militar; Catarinenses.

Abstract: The objective of this article is to analyze through oral and written reports the experience of Santa Catarina tortured women and men at the time of the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). We intend with this article, point out something so muted in the history of Brazil and especially in the state of Santa Catarina: torture. For this analysis we will use the reports of four Santa Catarina natives Marlene Soccas, Marcos Cardoso and Pedro Penteado.

Keywords: Torture, repression, Brazilian Military Dictatorship, Santa Catarina native.

Quando nos referimos à tortura no Brasil, logo nos remetemos ao período de 1964 – 1985, tempo em que o país viveu a Ditadura Civil Militar brasileira⁴. A partir da derrubada de João Goulart da presidência do Brasil, nosso país entra numa era de repressão, em que vários outros golpes foram direcionados aos direitos civis da população, como uma série de Atos Institucionais decretados com a finalidade de implementar medidas que visassem o endurecimento do aparelho de governo culminando no AI-5 que suspendia diversas garantias constitucionais.

Em Santa Catarina, o golpe não foi contestado pelo então governador do estado, Celso Ramos (1961- 1966) e assim como em todos outros estados, houve especificidades. Vale

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: danisdornelles@gmail.com

2 Acadêmica do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: tatah_machadoo@hotmail.com

3 Nasceu em Içara, SC, no dia 17 de setembro de 1946. Professora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina estudou História na Universidade do Oriente, em Santiago de Cuba. Foi Militante da Ação Popular Grupo de Combate à Ditadura; fundou e coordenou o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, hoje Memorial dos Direitos Humanos, no qual exerce atividades. Academia Criciumentense de Letras <<http://www.acle.com.br/academico2.php?idAcad=1>> Acesso em 04/10/2015 às 20:44.

4 Alguns autores, como Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, colocam que o golpe não partiu apenas do lado militar, mas de uma extensão participação da sociedade civil, imprensa e empresários, as autoras deste artigo compartilham dessa ideia.



lembrar que a Ilha de Florianópolis, mesmo sendo Capital do Estado de Santa Catarina, ainda era uma área rural e afastada, de difícil acesso, onde seus habitantes na maior parte do tempo faziam trocas para sobreviver e suas luzes ainda vinham de querosenes ainda na segunda metade do século XX⁵. O golpe visava tirar do seu caminho todas as pessoas que tivessem ideias contrárias a este, ou seja, as pessoas que não concordavam com o golpe e as que tinham alguma relação com partidos políticos vistos como ilegais, na época o PCB era um destes, era visto como subversivo e terrorista, capaz de acabar com a ordem do País.

O objetivo deste artigo, através da metodologia de história oral é analisar a questão da tortura no estado de Santa Catarina, presente nos relatos de catarinenses entrevistados e entrevistadas. A partir disto, podemos perceber que os métodos de tortura aconteciam sempre com a intenção de que o dito subversivo falasse o que o torturador queria ouvir. “Entre torturado e torturador se estabelece uma relação psicológica intensa”⁶. Os torturadores iam até onde o corpo e a mente poderiam suportar, a intenção era reduzir as pessoas a máquinas funcionais⁷.

No dicionário de português Michaelis, podemos encontrar as seguintes definições sobre tortura:

sf (lat tortura) **1** Ato ou efeito de torturar. **2** Dobra, curvatura, volta tortuosa. **3** Angústia, dor, sofrimento, suplício, tormento. **4** Tormento que se infligia a um acusado para conseguir dele certas respostas ou denúncias. **5** Lance difícil; apertos. **6** Embaraço, esforço. **7** Tortuosidade⁸.

Para definir o tema a ser tratado neste artigo, podemos utilizar as definições 1, 3 e 4 para caracterizar o que acontecia às pessoas que eram vistas como subversivas pelo Estado, as pessoas cujas histórias serão aqui tratadas.

A prática de tortura é um método antigo. Algumas das práticas utilizadas durante a Ditadura brasileira, como a Cadeira do Dragão e o Pau de arara, foram utilizados respectivamente, uma na Idade Média e a outra durante o período da escravidão no Brasil⁹, com o objetivo de castigar. Para além do pau-de-arara e da Cadeira do Dragão, o choque

5 FALCÃO, Luiz Felipe. Militância nas margens: lembrança da resistência à ditadura e das lutas pela democratização In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura*: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, p. 365-367

6 LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Ed. do autor, 2002, p. 178

7 Prefácio do ex-secretário-geral do conselho mundial de Igrejas. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 15.

8 Dicionário Michaelis Online: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tortura>> acesso em 12/09/2015.

9 SOCCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Ed. do autor, 2014, p. 202.



elétrico, o afogamento, produtos químicos, insetos e animais também foram utilizados como método¹⁰. Segundo Marise da Silveira Veríssimo, no século XX há um crescimento da prática quando ocorre uma mudança na conceituação de crime político, que passa então a se referir ao atentado do Estado-Nação¹¹.

As torturas geralmente ocorriam seguidas de sequestro, uma vez que as pessoas vistas como subversivas eram pegas em algum lugar e encapuzadas, só era retirado o capuz quando chegavam aos locais de torturas. Não havia notificação oficial, as presas e presos não sabiam para onde ou porque estavam indo quando capturadas, tampouco as suas respectivas famílias. As entradas oficiais se davam após a tortura¹², no caso de Derlei Catarina de Luca, quase dois meses depois.

Nossas reflexões acerca das problemáticas do uso da metodologia de história oral, que é utilizada neste artigo, são muito bem exploradas e exacerbadas através deste trecho de Alessandro Portelli em “A Filosofia e os Fatos”:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (...) quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas amotivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados¹³.

10 Sobre a técnica de tortura do choque elétrico: [...] o eletrochoque é dado por um telefone de campanha do Exército que possuía dois fios longos que são ligados ao corpo, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos [...] Sobre a técnica de tortura “afogamento”: [...] O afogamento é um dos “complementos” do pau de arara. Um pequeno tubo de borracha é introduzido na boca do torturado e passa a lançar água [...]. Sobre a técnica de tortura: pessoas relatam o uso de ácidos jogados no rosto, injeções de “soro da verdade”, injeção de éter, incluindo borrifos nos olhos. Sobre o uso de insetos e animais existem inúmeros relatos de cobras e baratas utilizadas de diversas formas em diferentes situações. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil nunca mais. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 33, 37, 38.

11 VERISSIMO, Marise da Silveira; SERPA, Élio Cantalício. *Marias do Socorro – Mulheres presas, mulheres torturadas*. 1998. vii, 168[6]f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0112-D.pdf>> Acesso em: 1 abr. 2016.

12 Carta de Denúncia de Marcos Cardoso Filho sobre o que acontecia com os presos políticos da “Operação Barriga Verde” em 23 de fevereiro de 1976.

13 PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 60.



Ela nos conta que, ao ser presa no dia 23 de novembro de 1969, com 22 anos, as torturas já começavam no carro, logo após ser capturada. Após o sequestro, “os carros percorrem as ruas movimentadas de São Paulo e vou recebendo cassetadas cada vez que tento levantar a cabeça”.¹⁴ Ao chegar à Operação Bandeirantes (OBAN) a repressão aumenta. As salas de tortura eram chamadas sarcasticamente pelos torturadores como “sucursal do inferno ou purgatório”:

A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. [...] São vários homens gritando. Ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram¹⁵.

O pau-de-arara foi talvez o instrumento de tortura mais comum utilizado durante a ditadura militar brasileira, está entre os instrumentos que Derlei chama de “torturas clássicas”¹⁶. Ela caracteriza o pau-de-arara da seguinte maneira:

É um cavalete de educação física, em que eles amarram os... Os joelhos assim (*flexiona os joelhos*) amarram aqui (*faz alusão aos punhos amarradas sobre os joelhos*) embaixo eles colocam uma barra de ferro e suspendem. Sabe essa churrasqueira de cachorro? É, esses locais onde vende frango assado? A gente fica exatamente assim. Pendurado no cavalete, não é? A cabeça pra baixo, e o joelho em cima do, em cima do, do cavalete. A posição é muito ruim. Além de estar pendurada, (...) Eles primeiro tiram a roupa, depois penduram, então você imagina, não é? Tirar a roupa, eles vão arrancando toda a tua roupa, eram nove homens na sala e penduram ali e vão dando choque elétrico. Aí dão choque elétrico nos pés, dão choque elétrico nas mãos, dão choque elétrico na vagina, é... Porque são as partes mais sensíveis. Então é muito dolorido... Muito dolorido¹⁷.

A presença contínua da noite e as sessões de tortura marcaram a vida daquelas que sofreram as torturas físicas e inegavelmente psicológicas: o fato de uma mulher da década de 1960 estar despida na frente de nove homens já era uma tortura, mais do que isso, uma

14 LUCA, Derlei Catarina de. *No corpo e na alma*. Ed. do autor, 2002, p. 78

15Ibid., p. 83.

16LUCA, Derlei Catarina. 01/09/2015, Florianópolis. Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado, p. 1

17Ibid., p. 2



vergonha¹⁸. Muitas pessoas não conseguiram suportar tantas torturas, algumas acabaram contando o que era de interesse aos torturadores e outras até mesmo inventavam para não sofrer mais torturas¹⁹.

Marlene de Souza Soccas, natural de Laguna, passou por esta situação. No dia 10 de maio de 1970, foi sequestrada no início da tarde na Avenida São João em São Paulo onde havia marcado encontro com um amigo, quando foi denunciada por um companheiro que havia sofrido graves torturas. Foi levada a Operação Bandeirantes (OBAN), onde passou por diversas formas de torturas, entre elas a cadeira de dragão. Os choques elétricos eram dados nos lugares mais sensíveis do corpo através de um fio que percorria o corpo nu da pessoa torturada²⁰.

Marlene também passou pela palmatória, bate-se por muito tempo nas mãos e nos pés. Essa prática faz com que se crie uma hemorragia interna nas mãos, de acordo com o tempo que se bate vai sair soro com sangue pelos sulcos das mãos. Segundo Marlene Soccas, em seu livro *Meu querido Paulo*, as articulações vão ficando inchadas e inflamadas sem possibilidades de movimentação²¹. A cadeira do dragão tinha o intuito de ser agonizante, fazendo ser impossível mexer-se de qualquer forma, por conta da imobilização dos braços, além do mais, jogava-se água para que aumentasse a potência dos choques²².

Durante estes duros anos, órgãos como a Anistia Internacional tiveram um papel importante na articulação de redes de apoio em toda América Latina, através de seus documentos e campanhas direcionadas a cada país, buscavam refletir e criar empatia com a questão dos direitos humanos. O primeiro relatório dessa organização especificamente sobre Tortura foi construído em tom de denúncia das atrocidades cometidas pelo período ditatorial brasileiro²³.

No documento abaixo, datado em 1972²⁴, sobre a temática da tortura, há a presença de uma carta de Marlene Soccas, enviada do Presídio Tiradentes em Março de 1972, relatando sua experiência e de outro colega na Operação Bandeirante (OBAN).

18Ibid., p. 7

19Ibid., p. 3

20 SOCCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Ed. do autor, 2014, P. 202.

21 Ibid., p. 205.

22 Ibid., p. 202

23 Site Oficial Anistia Internacional - <<https://anistia.org.br/conheca-a-anistia/quem-somos/>>

24 Documentação da Anistia Internacional datada nas décadas de 1970 e 1980, referente às ditaduras do Cone Sul, registradas pela prof.ª Dra. Cristina Scheibe Wolff no International Institute of Social History sediado em Amsterdam (Holanda) em 2014.



Figura 01: Carta de Marlene Soccas enviada do Presídio Tiradentes em Março de 1972.

Letter from Marlene de Souza Soccas to the 'auditor' judge of the Military Tribunal

Marlene de Souza Soccas saw Marcos Pena Settamini de Arruda while both were undergoing torture and she mentions it in her letter:

. . .As I have been under arrest for two years, I have a vast and unhappy knowledge of Brazilian justice. In May 1970 I was arrested by OBAN; I was prevented from contacting my lawyer or even from informing my family. I remained incommunicado for two months, twelve days of which were spent in OBAN headquarters - here I suffered all sorts of physical and mental torture. Brutally stripped by policemen I was put on the 'dragon chair' (a kind of metallic plate) with my hands tied to electric wires and the various parts of my body, including the tongue, ears, eyes, wrists, breasts and sex organs. I was then suspended from the 'pau de arara', an iron bar leaning on two stands, passing under the knees with the wrists and ankles tied together and the whole body hanging downwards defenceless. I was given electric shocks, was beaten about the kidneys and the vertebral column; I was burnt with cigarettes, I was tortured in the presence of naked political detainees, men and women, and suffered the insult of the policemen who threatened me with revolvers.

Fonte: Documentação da Anistia Internacional datada nas décadas de 1970 e 1980, referente às ditaduras do Cone Sul, registradas pela prof.^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff no International Institute of Social History sediado em Amsterdam (Holanda) para o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

Nesta carta, ela expõe as torturas sofridas durante os anos em que estiveram presos. As cartas como denúncia nas ditaduras da América Latina foram de fundamental importância para que as torturas e violações aos direitos humanos realizados pelos regimes ditatoriais mundo afora, fossem lançados à luz da imprensa e opinião mundial.

Pedro Penteadado do Prado, natural de Lebon Régis, foi sequestrado pelos militares no ano de 1964 em Curitiba, com apenas 15 anos, enquanto saía do emprego de garçom no bar onde o Grupo dos Onze²⁵ se reunia. Ao ser encapuzado, narcotizado e ter as mãos amarradas, sentiu que estava sendo levado à Lages. Quando chega a Lages “em um local com grades”²⁶ lançam contra ele jatos de água com uma mangueira muito forte fazendo com que seu corpo fosse lançado contra as paredes. Pedro conseguiu se desamarrar e entrar em luta corporal com os torturadores, esses esmagaram dois de seus dedos e desferiram golpes de

25 “A peça-chave de resistência deveria ser o deputado federal Leonel Brizola (1922-2004), e todos acreditavam que ele não estava só. Afinal, havia organizado, de Norte a Sul do país, os chamados “Grupos de Onze”. Semana após semana, o político divulgava ao Brasil novas listas com adesões de milhares de pessoas à sua causa: as Reformas de Base e a manutenção do Estado democrático.” Revista de História: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/onde-estao-os-grupos-de-onze>> Acesso em 02/10/2015 às 21:25.

26 PRADO, P. P. *Denúncia de prisão e tortura*: depoimento. 15 de maio de 2014, Florianópolis: Comissão da Verdade de Santa Catarina.



facas em suas coxas. Pedro foi preso pela boca, em algo que ele chama de “cabide”, ficou dependurado pelos dentes e sua cabeça ficou enlaçada a duas argolas presas à parede, através de uma cinta de velcro. Com apenas quinze anos, não tinha nenhuma noção sobre que mal tinha feito para sofrer daquele modo. Após as torturas, foi levado ao hospital onde ficou até ser cuidado e depois mandado embora, entretanto levou consigo marcas e ameaças. Não deveria contar à ninguém o que havia acontecido dentro da sala de tortura: seria sempre vigiado. E se falasse algo, seu pai (ex-delegado de polícia em Santa Cecília) seria preso. Apenas após a morte do pai, em 1983, Pedro começou a escrever essa parte da história de sua vida.²⁷

Durante os anos da ditadura houveram diversas perseguições aos partidos ditos subversivos, entre eles o PCB, em Santa Catarina essa operação levou o nome de Operação Barriga Verde, onde 42 pessoas foram presas e torturadas entre eles Marcos Cardoso Filho, natural de Joinville e preso em 4 de novembro de 1975, que escreveu de dentro de uma prisão em Florianópolis uma carta denúncia, que foi levada à conhecimentos internacionais²⁸, sobre as torturas que foram infringidas à ele e seus companheiros presos. Marcos foi levado para Curitiba para ser torturado e em seu relato sobre o pau de arara podemos perceber a utilização de outros “apetrechos”:

Deram-me então várias raquetadas e na sola dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos genitais. Como permanecesse calado, ameaçaram e levaram a efeito o afogamento no pau-de-arara. Como estava encapuzado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível. Derramaram-me então água sobre a cabeça e então era obrigado a inspirar água, que causava afogamento²⁹.

Essa forma de tortura foi comum nos presos pela Operação Barriga Verde e levados pelos militares para serem torturados em Curitiba, segundo pode se observar na carta denúncia de Marcos. Além disso, eram comuns as torturas psicológicas, como as que Marcos relata em sua carta denúncia, as luzes eram apagadas e acesas o tempo inteiro, sofriam ameaças de morte, ouviam berros de companheiras e companheiros sendo torturados,

27 PRADO, P. P. *Denúncia de prisão e tortura*: depoimento. 15 de maio de 2014, Florianópolis: Comissão da Verdade de Santa Catarina.

28 MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol*: Operação Barriga Verde. Florianópolis: EdUFSC e Fundação Boiteux, 2006.

29 FILHO, M. [Carta] 21 de dez de 1975, Florianópolis. Carta denúncia sobre o que acontecia com presos políticos.



proibição de comer, beber água, ir ao banheiro, promessa de torturas e mortes de familiares. Por este último motivo que Pedro Penteado do Prado calou-se sobre as torturas que sofreu por mais de vinte anos.

Para Derlei Catarina de Luca, o próprio espaço onde aconteciam as torturas era de terror, uma vez que as torturadas e torturados não sabiam o que aconteceria no próximo momento³⁰. Quando estas pessoas conseguiam sair vivas do local de tortura, da mão dos torturadores e iam presas oficialmente, a situação acabava sendo mais reconfortante, pois, mesmo reclusos, havia possibilidade de visitas e um maior afastamento das torturas³¹.

As máculas da tortura – como chama Pedro – ficam para sempre em quem passou por esse tipo de situação em algum momento de sua vida. Derlei, ainda tem marcas em suas pernas da cadeira de dragão. Durante muito tempo não conseguiu dormir com as luzes apagadas. E ainda sente o cheiro forte de seu próprio corpo ao lembrar-se dos dias em que ficou na OBAN sob tortura³². Pedro, por anos escondeu seu sofrimento com o que tinha acontecido, além disso, ainda tem marcas em seus dentes por ter ficado pendurado no “cabide”, chagas das facadas e os dedos com “cicatrizes ainda visíveis”³³.

Falar sobre tortura nunca é algo fácil ou agradável, principalmente para aquelas àqueles que sofreram diretamente esta dor e as transformaram em memória. Entretanto, torna-se necessário à medida que o esquecimento e o silenciamento tornam a pairar sobre a sociedade. Portelli, ainda em *A filosofia e os Fatos*, trata das questões do relato, neste caso, o assunto é escravidão, e de como nós, como historiadoras e historiadores, podemos trabalhar com estas fontes.

Em realidade, é impossível até mesmo comparar os açoites entre si, ou medir precisamente o vigor com que os açoites foram administrados; este dado, de fato, depende em parte inclusive do prazer ou do desprazer de quem tem em mãos a chibata. Por isso, por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade *existe*, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas

30 LUCA, Derlei Catarina. 01/09/2015, Florianópolis. Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado.

31 VERISSIMO, Marise da Silveira; SERPA, Élio Cantalício. *Marias do Socorro – Mulheres presas, mulheres torturadas*. 1998. vii, 168[6]f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0112-D.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 1999.

32 LUCA, Derlei Catarina. 01/09/2015, Florianópolis. Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado.

33 PRADO, P. P. *Denúncia de prisão e tortura: depoimento*. 15 de maio de 2014, Florianópolis: Comissão da Verdade de Santa Catarina.



(sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais³⁴.

Jamais poderemos sentir a dor relatada por qualquer pessoa que viveu esse momento, entretanto, compartilhamos um pouco dela sempre que lemos, escutamos ou escrevemos seus relatos. Muitas das pessoas que passaram pelas mãos dos militares durante a ditadura, não conseguiram sobreviver com essas marcas, uns “enlouqueceram”, enquanto outras tiraram as próprias vidas. O que aconteceu dentro das salas de torturas durante a ditadura civil militar brasileira acompanhou no mais íntimo de quem o viveu, mudando muitas vezes o estilo de vida, as relações interpessoais e até as relações mais íntimas dessas pessoas. As torturas relatadas neste artigo são apenas algumas entre tantas outras que ocorreram no país. Embora apenas uma das quatro pessoas que escolhemos para este artigo tenha sido torturada no Estado, as outras três são catarinenses, não fazendo menos necessária a importância de que estes relatos e histórias sejam repercutidos. Falar sobre ditadura em Santa Catarina é necessário, tal como é que aquelas e aqueles que sofreram sejam ouvidos “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Referências

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- BETTO, Frei. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: a luta clandestina contra a Ditadura Militar – Dossiês Carlos Mariguella e Frei Tito*. 12. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- De LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do Autor, 2002.

34 PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72. p. 3-4



MARIA PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

SOCCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Criciúma: Ed. do Autor, 2014.

VERISSIMO, Marise da Silveira; SERPA, Élio Cantalício. *Marias do Socorro – Mulheres presas, mulheres torturadas*. 1998. vii, 168[6]f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0112-D.pdf>>. Acesso em: 1/04/2015.

WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

Fontes

LUCA, Derlei Catarina. 01/09/2015, Florianópolis. Entrevista concedida à Danielle Dornelles e Thais Machado.

Relato Derlei Catarina de Luca publicado na Revista Fronteiras: <http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2024%20vers%20fin/f24-artdoss6-derlei_de_luca.pdf> Acesso em 25/08/2015.

PRADO, P. P. Denúncia de prisão e tortura: depoimento. 15 de maio de 2014, Florianópolis: Comissão da Verdade de Santa Catarina.

Recebido em 02 de novembro de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



Patrimônio material em Florianópolis: o Palácio Cruz e Sousa e sua transformação em Museu Histórico de Santa Catarina

Janaina da Silva Custódio¹

Thatiane da Silva²

Resumo: O tema a ser desenvolvido no artigo está voltado para a discussão sobre um dos patrimônios materiais na cidade de Florianópolis: o Palácio Cruz e Sousa. O foco central será a discussão sobre a transformação do prédio em museu. Nós abordaremos a importância do museu para a memória política do Estado, e serão abordados alguns aspectos da Museologia, com a intenção de discutir o espaço expositivo, a acessibilidade e a quem o museu serve.

Palavras-chave: Museu; Memória; Política; Patrimônio.

Abstract: The theme to be developed at the article is turned for the discussion about a of heritages materials the city of Florianópolis: the Palace Cruz e Sousa. The central focus will be the discussion about the transformation of the building in museum. We will approach the importance of the museum to memory policy of the State, and will be approach some aspects of the Museology, with the intention of discuss the expository space, the accessibility and the who the museum serve.

Keywords: Museum; Memory; Politics; Patrimony.

Introdução

O museu como espaço museológico atua como um local de reflexão perante a realidade social, através da relação entre o público e o objeto. De fato, esse espaço deve provocar questionamentos e problematizações acerca do cotidiano da sociedade. No entanto, a realidade dos museus brasileiros é bastante diferente, pois nem todos estabelecem relações com suas comunidades locais, valorizando mais os objetos materiais do que o homem como elemento principal da sua constituição. Para Desvallées e Mairesse:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite³.

1 Graduanda em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: jana.museo@gmail.com

2 Graduanda em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: thatii126@gmail.com

3 DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de museologia*. Florianópolis: Fcc, 2014, p. 64. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury.



Contudo, algumas instituições museais possuem fins lucrativos, tendo como intenção apenas o lucro através das exposições de objetos. Com base na definição de museus estabelecida pelo ICOM – Conselho Internacional de Museus, eles são abertos ao público, porém, cada instituição determina seu público-alvo de acordo com seus objetivos em relação ao acervo. De acordo com o público-alvo estabelecido por essas instituições, nem todos os indivíduos das comunidades ao redor estão envolvidos com as propostas que o museu propõe.

A importância dos museus na sociedade só se estabelece a partir da participação das comunidades locais em seus processos de construção. É necessário que esses indivíduos se identifiquem com esses espaços museológicos, que saibam que suas memórias e identidades estão sendo ressignificadas e preservadas nas instituições.

Quando o bem cultural for efetivamente um valor, poderemos nos preocupar com nosso patrimônio, esteja ele no artefato-cidade ou no pequeno testemunho da criatividade humana, guardando nos museus. Nos museus que não estão mortos, que apenas despertam de um longo período de aparente inércia e que são sacudidos, agora, por um sopro renovador de profissionalização (no seu melhor sentido), de compromisso ético que extrapola os seus muros e de profundo questionamento de sua própria função e tarefa reintegradora num mundo de cultura caleidoscópica e em que tudo se relaciona com os sistemas de produção⁴.

Portanto, muitos museus ainda se encontram sacralizados, utilizando seus objetos como fonte de verdade absoluta. De acordo com essa perspectiva, esses espaços não promovem questionamentos e reflexões, pois são inertes e as suas funcionalidades estão voltadas à contemplação de objetos. No entanto, a dessacralização dos objetos se dá sob um novo olhar do visitante perante o espaço e ao seu acervo, caracterizando um diálogo entre eles.

O surgimento do primeiro curso de Museologia no Brasil ocorreu no ano de 1932, no Museu Histórico Nacional. Nessa época, até a década de 1950, a Museologia era considerada o estudo dos museus. No entanto, a partir da década de 1960, ela passa por drásticas mudanças, tornando-se uma ciência em formação: a Nova Museologia. De acordo com Stránský:

4, Maria Cristina (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Volume 1. São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado de São Paulo, 2010, p. 122.



A Museologia é uma disciplina científica independente, específica, cujo objeto de estudo é uma atitude específica do Homem sobre a realidade, expressão dos sistemas mnemônicos, que se concretiza por diferentes formas museais ao longo da história. A Museologia tem a natureza de uma ciência social, proveniente das disciplinas científicas documentais e mnemônicas, e ela contribui à compreensão do homem no seio da sociedade.⁵

A Nova Museologia amplia a relação entre o homem e sua realidade, seu objetivo é o campo social, contrapondo-se apenas ao estudo dos objetos materiais no espaço museal. Nessa nova perspectiva, o principal objeto da Museologia é o homem e o seu meio. Esse campo é interdisciplinar, necessitando de outras ciências para seu desenvolvimento, como, por exemplo, a antropologia, a sociologia, a história, a arquitetura, a química e entre outras.

Considerando tais proposições, nesse artigo serão abordadas as modificações arquitetônicas do antigo Palácio Cruz e Sousa e sua transformação em Museu Histórico de Santa Catarina. Serão utilizadas fotografias do século XIX como fonte para a discussão sobre essas mudanças. O Objetivo principal é promover a reflexão sobre esse espaço museológico, através de estudos e métodos abordados e utilizados pela Museologia. Analisaremos essas questões com base em referências de autores do campo da Museologia e da História.

O Palácio Cruz e Sousa e a sua transformação em Museu Histórico de Santa Catarina

O antigo Palácio do Governo de Santa Catarina chama a atenção por ser um prédio imponente por sua arquitetura rica em detalhes, e por estar permeado pelas memórias políticas do Estado. Foi construído pelo Brigadeiro José da Silva Paes no século XVIII⁶, e está localizado próximo à Praça XV de Novembro e à Catedral Metropolitana de Florianópolis. Foi sede e residência do governo por longos anos. Segundo Souza:

Silva Paes esteve à frente do Governo da ilha de Santa Catarina entre 1739 a 1748, era engenheiro militar e oficial brilhante do Real Corpo de Engenharia do exército luso. Iniciou grandes obras e empreendimentos para o adiantamento da povoação que era a Vila de Nossa Senhora de Desterro, entre essas iniciativas estão a nova Matriz e a nova Casa do Governo. Esta Casa foi uma das primeiras construções a ser feita o poder público, e talvez

5 STRÁNSKÝ, 1980 *apud* DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de museologia*. Florianópolis: Fcc, 2014, p. 62. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury.

6 Não foi localizada a data exata da construção.



já estivesse habitada por volta de 1760, pois três anos depois foi realizado um jantar oferecido pelo então governador Francisco Antonio de Menezes.⁷

A estrutura da primeira versão do Palácio era constituída por uma arquitetura colonial, sem muitos detalhes, caracterizando um grande casarão. No governo de Hercílio Luz (1894-1898) foi efetuada uma grande reforma, agregando novas formas e detalhes inspirados em gêneros artísticos distintos. Conforme Alcídio Souza:

A reforma modificou completamente as características originais da edificação, foram colocadas figuras alegóricas de autoria do escultor italiano Gabriel Sielva, que são modeladas em cimento, e também de outros elementos decorativos como crateras. As linhas básicas da composição são destacadas por pilastras de cor branca e janelas rasgadas e portas, enquadradas por molduras arrematadas em verga em arco pleno, emoldurando bandeiras fixas. As figuras alegóricas estão isoladas ou agrupadas, totalizando em dez, destacando-se a de Mercúrio, que simboliza o comércio e a indústria catarinenses; a de Anfitrite, deusa do mar, caracterizando a vocação marítima da terra barriga verde e a de Santa Catarina, padroeira do Estado. Na fachada principal, ao centro, há um frontão em curva com as armas do Estado. Os estilos predominantes na estética do edifício correspondem ao barroco e ao neoclássico.⁸

O estilo barroco, inicialmente, surgiu na Itália durante o século XVI e permaneceu até o século XVIII. No Brasil, o estilo está presente na arquitetura das igrejas do período colonial. É caracterizado pela produção de grande quantidade de detalhes, constituindo formas extravagantes. Dentre as principais características do estilo, há "[...] utilização de plantas centralizadas ou axiais; formas côncavas e convexas; luz e efeitos de sombra."⁹

O estilo neoclássico vem em oposição ao barroco em relação à extravagância, pois suas técnicas não estão centradas no rebuscamento, mas sim, na simplicidade. Surgiu na Europa durante o século XVIII, tornando-se presente, principalmente, em edifícios públicos. As principais características desse estilo na arquitetura estão relacionadas "[...] a utilização de

7 SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos bens tombados de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, p. 47.

8 SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia dos bens tombados de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, p. 47.

9 **Portal educação**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/iniciacao-profissional/artigos/44691/arquitetura-no-brasil-o-barroco-e-o-rococo>. Acesso em: 28 out. 2015.



formas geométricas, colunas, frontões, molduras, folhagens, símbolos de revolução, e entre outros.”¹⁰

A análise dessa reforma pode ser percebida através das duas fotografias abaixo que fazem parte do acervo da Casa da Memória de Florianópolis, identificando suas características anteriores e posteriores. As fotografias da Casa que compõem o acervo são originárias de doações.

Figura 01 – Prédio do Palácio do Governo Estadual, 1892



Fonte: Casa da Memória de Florianópolis

10 ROSSO, Silvana Maria. Uol. Disponível em: <http://mulher.uol.com.br/casa-e-decoracao/noticias/redacao/2014/05/13/estilo-neoclassico-deixa-a-decoracao-chique-mas-cuidado-para-nao-exagerar.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.



Figura 02 – Reforma do Palácio do Governo Estadual, século XIX.



Fonte: Casa da Memória de Florianópolis

A fotografia é considerada uma fonte documental, sendo utilizada para análises e pesquisas. Como aponta Chagas:

[...] documento é algo compreendido como “aquilo que ensina” (*doccere*) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter. Por outro lado, o documento é compreendido como “suporte de informações” que só podem ser preservadas e resgatadas através do questionamento¹¹.

Portanto, é criado um discurso sobre as fotografias através do questionamento, implicando em análises a respeito de sua composição, contexto, objetivo, autor, etc. É importante destacar que as fotografias que retratam as transformações arquitetônicas do Palácio, contribuem para problematizações acerca da época, e, principalmente, em relação à questão política, contribuindo para o ensino a respeito do contexto no qual está inserido e à identificação da função dessas fotografias como documento. Ela tem papel importante na

11 CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. In: _____. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996, p. 42.



análise das transformações arquitetônicas do Palácio ao longo do tempo, como a primeira figura, que apresenta sua versão original e a segunda, que apresenta a reforma em sua estrutura. Como aponta Márcio Jesus Ferreira Sônego:

Para Kossoy (2001), toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. “O fotógrafo enquanto filtro cultural” (id., p. 42). O homem, o tema e a técnica específica (esta, por mais avançada que seja) são em essência os componentes fundamentais de todos os processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie (id., *ibid.*). Uma das primeiras noções a adquirir é a de que a fotografia é uma representação do objeto, da pessoa ou do grupo que se posicionou ante a máquina no momento da tomada da imagem. O que vemos não é a coisa propriamente que esteve lá, mas uma imagem da coisa. Nesse sentido, a fotografia é um signo, não representa o seu objeto em todos os sentidos, mas apenas em alguns. A fotografia é um traço da realidade, um fragmento recortado em determinado tempo e espaço¹².

As imagens acima não registram somente as características materiais do prédio, mas tem o propósito de representar as transformações urbanas específicas de cada governo. No entanto, a fotografia não representa apenas o objeto em si, mas o contexto pelo qual o objeto estava inserido. O contexto histórico baseia-se em um período de transição política, ou seja, o início da república em 1889. Antes desse período, em 1726, Florianópolis era conhecida como a vila de Nossa Senhora do Desterro, porém, tornou-se cidade apenas em 1823. Entretanto, em 1984, após a vitória na Revolta da Armada¹³ pelas tropas do marechal Floriano Peixoto, a cidade passou a se chamar Florianópolis em homenagem ao oficial. De acordo com Carolina V. Dantas e Alan Carneiro:

Hercílio Luz assumiu pela primeira vez o governo de Santa Catarina no dia 28 de setembro de 1894, tendo Polidoro Olavo de Santiago como vice-governador. Três dias depois de sua posse, sancionou projeto aprovado pelo Legislativo que alterava o nome de Desterro para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto. Nesse período, quando da cisão do Partido Republicano Federal (PRF), acompanhou Francisco Glicério e José Gomes Pinheiro Machado, rompeu politicamente com o presidente Prudente de

12 KOSSOY, 2001 *apud* SONEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. *Historiae*, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, p.116, 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

13 Foi um movimento contrário ao presidente da república, Marechal Floriano Peixoto, sendo comandado pela Marinha brasileira no ano de 1893. Esse movimento transpareceu os interesses políticos no início da república no Brasil.



Morais (1894-1898), afastou-se de Lauro Müller e passou a apoiar as posições de Rui Barbosa no cenário nacional¹⁴.

Pode-se analisar uma questão importante em relação à reforma do prédio com o período de transição política pelo qual passava o país e a cidade de Florianópolis, pois como Hercílio Luz foi o primeiro governador republicano a assumir o poder em Santa Catarina, pode-se ressaltar que talvez houvesse influências da gestão do novo governo na transformação arquitetônica do Palácio. A reforma deu origem a um prédio com uma estrutura mais moderna que, talvez, seja uma forma de mostrar poder político e novas propostas de modernização para a cidade.

É importante ressaltar que, com o advento da República não houve somente mudanças no âmbito político, mas nos aspectos sociais, culturais e econômicos. De acordo com Sandro da Silveira Costa:

No Brasil cujo desenvolvimento econômico-cultural, no final do século XIX e início do século XX, era incipiente, os padrões de modernidade como as grandes avenidas, a organização de amplo sistema de água e esgotos, o embelezamento da região central das cidades, eram espelhados no continente europeu, sobretudo no eixo Paris-Londres. Esses padrões foram adotados principalmente no Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Procurava-se reproduzir e adaptar modelos de urbanismo adotados na Europa. Constituiu-se, desta forma, uma modernidade periférica¹⁵.

Nesse aspecto, a arquitetura do Palácio é espelhada nos estilos de arte européia, sendo visto como algo mais sofisticado e moderno. Sendo assim, percebe-se certa valorização de aspectos da cultura européia e um distanciamento dos aspectos da cultura popular brasileira. No entanto, o país não estava passando apenas por uma transição política, mas também por uma tentativa de transição cultural. E isso é notado na intenção de reformar o prédio. Portanto, as imagens apresentadas não possuem apenas o objetivo de mostrar as transformações físicas de um prédio de poder público, mas também é passível de análises

14 DANTAS, Carolina Vianna; CARNEIRO, Alan. *Hercílio Luz*. 2008. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZ_Hercilio.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016. p. 03.

15 COSTA, Sandro da Silveira. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). *Ágora: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina & Curso de Arquivologia da UFSC*, Florianópolis, v. 14, n. 29, p.27, 1999. Disponível em: <<https://uniarp.emnuvens.com.br/ra/article/view/198/0>>. Acesso em: 21 jun. 2016.



mais aprofundadas sobre os significados e contextos que permeiam o objeto, constituindo a fotografia como um objeto de pesquisa.

Em 1979, a antiga Casa dos Governadores passou a se denominar Palácio Cruz e Sousa, em homenagem ao poeta simbolista que nasceu na antiga Nossa Senhora do Desterro em 24 de novembro de 1861. João da Cruz e Sousa era filho de escravos alforriados e desde muito jovem esteve voltado a literatura. Ele estudou “[...] no Ateneu Provincial Catarinense, de 1871 a 1875, onde aprendeu francês, latim, grego, matemática e ciências naturais.”¹⁶ Junto com Virgílio Várzea e Santos Lostada, fundou o jornal Colombo, ao qual demonstravam adesão à Escola Nova (o Parnasianismo)¹⁷. Cruz e Sousa promovia conferências em algumas cidades, ao qual defendia o abolicionismo. Através de sua produção literária, consagrou-se como o fundador do simbolismo brasileiro, pois combinava “[...] o parnasianismo, o pessimismo, o materialismo à musicalidade simbolista, sob as influências de Baudelaire e Antero de Quental[...]”¹⁸. As obras que contribuíram para isso foram, “Missal”, constituído por poemas em prosa, e “Broquéis”, composto por poemas, sendo ambos publicados em 1893.

O edifício foi tombado como Patrimônio Histórico do Estado em 26 de janeiro de 1984, através do Decreto nº 21.326.¹⁹ De acordo com a Lei de nº 6.900 de cinco de dezembro de 1986, o espaço passou a sediar o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). Sendo que, a sede do Museu Histórico foi transferida do prédio da antiga Alfândega de Florianópolis para o Palácio Cruz e Sousa, como é possível perceber no trecho abaixo:

Art. 1º Ficam as instalações do Museu Histórico de Santa Catarina transferidas do prédio da antiga Alfândega de Florianópolis para o Palácio Cruz de Sousa.

Art. 2º Ficam igualmente transferidas para o Palácio Cruz de Sousa e sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Art. 3º Caberá à Direção do Museu Histórico de Santa Catarina a administração e conservação do Palácio Cruz de Sousa.

16 Cruz e Sousa. 2016. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/cruz-e-sousa.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

17 Ibid.

18 Ibid.

19 A ementa do decreto de nº 21.326 diz que houve a homologação de parecer do Conselho Estadual de Cultura, ao qual solicitou o tombamento do Palácio Cruz e Sousa. Foi aprovado e tornou-se vigente a partir do dia 27 de janeiro de 1984.



Art. 4º A programação cultural promovida pelo Museu Histórico de Santa Catarina contará, sempre com a cooperação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina²⁰.

Em relação à transferência da sede do Museu Histórico de Santa Catarina para o Palácio Cruz e Sousa, poderia haver, entre os motivos, uma intenção de garantir mais valorização do Museu, pois o Palácio serve como um monumento importante para o Estado, como antiga sede do governo. E além de ser um prédio imponente, ele também representa questões de poder, algo que é presente em museus históricos. Pois, em muitos museus com essa tipologia há uma predominância em ressaltar a “história dos vencedores”, juntamente com questões políticas que correspondem a uma classe social dominante.

A transformação do Palácio em museu se deu porque o prédio além de ser visto como um patrimônio histórico possui um valor simbólico para a memória política do Estado, e não só por seu valor material. A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina esteve por trás da solicitação de transferência do Museu e, posteriormente, o governador na época, Esperidião Amin Helou Filho, sancionou a lei no ano de 1986. Os interesses descritos na lei de nº 6.900 determinam como responsável pela administração e conservação do Palácio, a direção do Museu Histórico. Entretanto, como a administração do Museu já possui uma capacidade de gerir baseada na preservação de bens culturais, tornou-se algo mais acessível para dar continuidade a preservação daquele espaço.

O Museu Histórico: acervo e exposição

O Museu Histórico de Santa Catarina é um local de memória, que, segundo a sua administração, tem como objetivo geral “[...] fortalecer a História de Santa Catarina, desenvolvendo ações de preservação, comunicação, pesquisa e gestão qualificada.”²¹ No

20 BRASIL (Estado). Lei nº 6.900, de 05 de dezembro de 1986. *Transferência da Sede do Museu Histórico de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 05 dez. 1986. Disponível em: <[http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htm?CiWebHitsFile=/alesc/docs/1986/6900_1986_lei.doc&CiRestriction;=\(\(@DocTitle+6900\)+OR++\(@DocKeywords+6900\)+OR++\(@DocCategory+6900\)+OR++\(@DocSubject+6900\)+OR++\(@DocComments+6900\)+OR++\(6900\)\)&CiBeginHilite;=&CiEndHilite;=&CiUserParam3;=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full](http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htm?CiWebHitsFile=/alesc/docs/1986/6900_1986_lei.doc&CiRestriction;=((@DocTitle+6900)+OR++(@DocKeywords+6900)+OR++(@DocCategory+6900)+OR++(@DocSubject+6900)+OR++(@DocComments+6900)+OR++(6900))&CiBeginHilite;=&CiEndHilite;=&CiUserParam3;=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full)> . Acesso em: 03 out. 2015.

21 MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). Fundação Catarinense de Cultura. *Objetivo geral*. 2016. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/17209/objetivogeral>>. Acesso em: 21 jun. 2016.



entanto, o Museu não contempla toda a História do Estado, apenas uma parcela que contextualiza sua trajetória política.

O acervo do Museu é composto pelo mobiliário da antiga residência, adquiridos nos mandatos entre governadores. Entre os principais objetos estão a primeira bandeira de Santa Catarina, a primeira lâmpada acesa em Florianópolis²², uma tela que retrata Cruz e Sousa²³ e uma caixa de música do século XIX²⁴.

A exposição desses objetos e o espaço transmitem a impressão de sacralidade, onde o espaço se apresenta como um local frio, sem muitas mudanças. Na parte frontal do edifício está inserido o mobiliário, na parte de trás há uma sala para exposições temporárias e o jardim do Palácio. Por ser um edifício antigo, chama a atenção por sua estrutura. Importante salientar neste sentido que:

Nenhum objeto possui um sentido intrínseco, atribuímos a ele valores. Quando um objeto é retirado de um contexto e colocado em um museu, ele adquire outro significado. Suas composições com outros objetos e sua classificação influenciam a forma como o vemos. Devemos pensar que as coleções são sempre feitas de escolhas e, portanto, de exclusões, e que nenhum ato pode ser neutro e desinteressado. Mais do que depositários de acervos sagrados para contemplação, os museus hoje devem ser pensados como lugares de produção cultural, de pesquisa, onde a história sempre pode ser reinventada²⁵.

Os objetos retratam memórias e histórias em relação à política, mas como Museu Histórico do Estado, ele não representa toda a população, apenas àqueles que possuem poder. Nesse caso, é difícil para a população se identificar ou refletir diante daquele espaço. De qualquer forma, é um belíssimo edifício que abriga diversos objetos distintos, mas o espaço ainda carrega, em parte, o objetivo de contemplação.

Convém destacar ainda que, a sinalização desse espaço ainda não se encontra pela cidade de Florianópolis, há apenas um painel em sua frente. Mas nem toda a população sabe que aquele edifício abriga um museu histórico, caracterizando, assim, uma falta de comunicação com o público. É importante ressaltar que, não há acessibilidade no edifício,

22 A data corresponde ao dia 26 de outubro de 1910.

23 Produzida pelo artista Willy Zumblick.

24 A caixa é de produção alemã e é caracterizada no estilo *art nouveau*.

25 MARCO, Edina de (Org.). *Um museu-palácio em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2011, p. 08.



constituindo um grave erro, pois a visita de deficientes físicos e visuais fica restrita. Há apenas uma rampa na parte de trás do edifício para o acesso à sala de exposições temporárias.

Neste sentido, podemos pensar em relação ao Museu Histórico que a partir do momento em que os artefatos são inseridos no espaço museológico, eles perdem suas utilidades, porém, recebem informações a partir de um processo de pesquisa que vai intensificar os valores intrínsecos que há neles. No entanto, o processo pelo qual os artefatos passam dentro de um espaço museológico, faz com que o objeto se torne uma fonte de informação para os visitantes, ou seja, faz com que o público reinvente a história a partir de seu olhar questionativo.

Contudo, podemos analisar que o acervo ali exposto não representa toda a população, pois há muitos fatos que não são relatados em suas exposições, assim como, o papel de outros povos no processo de desenvolvimento do Estado ao longo do tempo. O que se vê, em relação a alguns objetos do Museu, é o intuito de tentar representar como eles foram utilizados pelos governadores que passaram por ali, apenas. Seria interessante que a instituição dialogasse com outras questões da história de Santa Catarina, proporcionando uma visão ampla de seus aspectos culturais, sociais e econômicos, e não apenas uma parcela deles.

Figura 03 - Sala de jantar do Museu Histórico de Santa Catarina, 2013.



Fonte: MARTINI, Rafael. Sala de jantar do Museu Histórico de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/visor/2013/11/26/aprovado-o-projeto-de-conservacao-do-museu-historico-de-sc/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 03 out. 2015.

A imagem acima retrata a sala de jantar do antigo Palácio, que compõe o acervo do Museu. Observa-se o mobiliário antigo em bom estado de conservação, proporcionando uma experiência que transporta o visitante até a época de sua utilização. Nessa sala expositiva, o cenário foi reconstruído, com a utilização de uma toalha sob a mesa, velas e utensílios de cozinha. Interessante destacar que em relação ao modo em que estão dispostos os objetos, há uma tentativa de caracterizar como estavam localizados e como eram utilizados em épocas anteriores. Quanto ao aspecto arquitetônico, os serviços de restauração efetuados ao longo dos anos contribuíram para a conservação de sua estrutura clássica e seus distintos detalhes.

Outro ponto a ser ressaltado é a questão de que alguns profissionais que trabalham nos museus não estabelecem diálogo com o público referente a informações sobre a instituição. No Museu Histórico do Estado, alguns funcionários, quando perguntados se na instituição havia material para pesquisa sobre a história daquele espaço, não sabiam responder a esses questionamentos. Direccionavam essas dúvidas para outros setores, que inclusive, também não apresentavam respostas.²⁶ De fato, é uma condição grave para esses espaços, pois não há treinamento dos funcionários ali presentes, assim, o público se vê confuso diante dessa falta de diálogo perante as informações da instituição.

De maneira geral, o patrimônio histórico e cultural ainda é visto apenas como um conjunto de monumentos materiais antigos que estão à disposição da sociedade para contemplação, e ao qual devemos preservar. No entanto, seu sentido é mais amplo e deve representar memórias e identidades. Como nos lembra Fonseca:

No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupações com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920²⁷.

Entretanto, o termo *preservação* não está ligado apenas ao tombamento, mas ao sentido simbólico que o patrimônio representa. No entanto, muitos monumentos são apenas preservados por apresentarem características de gêneros artísticos europeus, ou por terem vínculo com classes dominantes. Entretanto, esse termo não está ligado apenas ao

26 Essa experiência ocorreu no momento em que fomos à instituição em busca de material sobre sua história, para fins de pesquisa relacionados a esse artigo.

27 FONSECA, Maria Cecília Londres. “A fase heróica”. In: _____. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: MinC – Iphan, 2005, p. 82.



tombamento no sentido material, mas ao sentido simbólico que o patrimônio representa. No Museu Histórico de Santa Catarina, considerado patrimônio no Estado, está identificada a sua memória política, como já foi mostrado anteriormente. Entretanto, esse patrimônio é importante para contextualizar a história política, porém, não contextualiza e não articula com a memória da população que também vivenciou esse período.

Considerações finais

Do Palácio Cruz e Sousa ao Museu Histórico de Santa Catarina, essa instituição representa parte da história do Estado, especificamente a história política. No entanto, o Museu ainda guarda resquícios de uma época na exposição de seu acervo. Porém, também é aberto a exposições temporárias que abordam variados temas. Sua estrutura física e arquitetônica passou por mudanças, e, atualmente, segue com processos de restauração para conservar sua estrutura histórica. Em relação ao acervo, foi incorporado a ele todo o mobiliário presente no antigo Palácio do Governo, bem como documentos e fotografias relacionadas a ele. Contudo, por ser uma instituição museológica, e apresentar projetos e ações educativas para a população, ainda é um espaço passível de erros.

Cabe destacar ainda que este museu possui o Núcleo de Ação Educativa (NAE), promovendo diversas atividades em parceria com outras instituições, como universidades, escolas, ONGs, secretarias de educação, com artistas, educadores e com a sociedade em geral. As ações educativas são importantes para a interação entre o público e a instituição, estabelecendo um diálogo através de atividades culturais e lúdicas. Essas ações não são apenas voltadas às escolas, mas ao público geral em qualquer faixa etária. No entanto, é necessário haver planejamento sobre as atividades, juntamente com os profissionais que trabalham nos espaços museológicos. Não é apenas o papel do educador fazer a ação educativa, mas também há o envolvimento do museólogo e demais profissionais. A Museologia é uma área interdisciplinar, necessitando sempre do apoio de outras áreas no desenvolvimento de projetos.

A instituição oferece, dentro de suas ações educativas, atividades dentro de seu espaço, como aulas de Yoga, realizadas em parceria com o Curso de Extensão Projeto Práticas Corporais do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse projeto é aberto a toda a comunidade, proporcionando interação e utilização do



espaço museal de forma lúdica e prazerosa, promovendo a vivência de novas experiências pelo público.

Referências

ANGELO, Vitor Amorim de. *Revolta da Armada: setores da Marinha lutam contra Floriano Peixoto*. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/revolta-da-armada-setores-da-marinha-lutam-contra-floriano-peixoto.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BRASIL (Estado). Lei nº 6.900, de 05 de dezembro de 1986. *Transferência da Sede do Museu Histórico de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 05 dez. 1986. Disponível em: <[http://200.192.66.20/ALESC/ooop/qfullhit.htm?CiWebHitsFile=/alesc/docs/1986/6900_1986_lei.doc&CiRestriction;=\(\(@DocTitle+6900\)+OR++\(@DocKeywords+6900\)+OR++\(@DocCategory+6900\)+OR++\(@DocSubject+6900\)+OR++\(@DocComments+6900\)+OR++\(6900\)\)&CiBeginHilite;=&CiEndHilite;=&CiUserParam3;=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full](http://200.192.66.20/ALESC/ooop/qfullhit.htm?CiWebHitsFile=/alesc/docs/1986/6900_1986_lei.doc&CiRestriction;=((@DocTitle+6900)+OR++(@DocKeywords+6900)+OR++(@DocCategory+6900)+OR++(@DocSubject+6900)+OR++(@DocComments+6900)+OR++(6900))&CiBeginHilite;=&CiEndHilite;=&CiUserParam3;=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full)>. Acesso em: 03 out. 2015.

BRASIL (Estado). Regimento Interno nº 28, de 21 de julho de 2015. *Regimento Interno do Museu Histórico de Santa Catarina*. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_155853Regimento_Interno_do_MHSC_22_07_2015.pdf>. Acesso em: 03 out. 2015.

BRUNO, Maria Cristina (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Volume 1. São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado de São Paulo, 2010.

CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. In: _____. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. p.37-51.

COSTA, Sandro da Silveira. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). *Ágora: Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina & Curso de Arquivologia da UFSC*, Florianópolis, v. 14, n. 29, p.26-33, 1999. Disponível em: <<https://uniarp.emnuvens.com.br/ra/article/view/198/0>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Cruz e Sousa. 2016. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/cruz-e-sousa.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de museologia*. Florianópolis: Fcc, 2014. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury.

EDUCAÇÃO, Portal. *Arquitetura no Brasil: o barroco e o rococó*. 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/iniciacao-profissional/artigos/44691/arquitetura-no-brasil-o-barroco-e-o-rococo>> . Acesso em: 28 out. 2015.



FONSECA, Maria Cecília Londres. “A fase heróica”. In: . *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: MinC – Iphan, 2005.

MARCO, Edina de (Org.). *Um museu-palácio em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2011.

MARANDINO, Marta. (org.) *Educação em museus: a mediação em foco*. FEUSP/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). Fundação Catarinense de Cultura. *Objetivo geral*. 2016. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/17209/objetivogeral>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 21326, de 26 de janeiro de 1984. Homologa parecer do Conselho Estadual de Cultura, que aprova tombamento do Palácio Cruz e Sousa. *Tombamento*. Santa Catarina, SC, 27 jan. 1984. Disponível em: <http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SONEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. *Historiae*, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, p.113-120, 2010. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos bens tombados de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, p. 47-48.

REBOUÇAS, Daniella. As formas de ver as formas: uma tentativa de compreender a linguagem expositiva dos museus. Lisboa: cadernos de sociomuseologia, nº 16, 1999.

ROSSO, Silvana Maria. *Estilo neoclássico deixa a decoração chique, mas cuidado para não exagerar*. 2014. Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/casa-e-decoracao/noticias/redacao/2014/05/13/estilo-neoclassico-deixa-a-decoracao-chique-mas-cuidado-para-nao-exagerar.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

VOGEL, Daisi et al. *Vitrines da história: a passagem do tempo nos museus de Santa Catarina*. Florianópolis: Tempo Editorial, 2005, p. 88-94.

Fontes

FLORIANÓPOLIS, Casa da memória de. *Prédio do Palácio do Governo Estadual*. 1892. 1 fot.: não col.

FLORIANÓPOLIS, Casa da memória de. *Reforma do Palácio do Governo Estadual*. Século XIX. 1 fot.: não col.

MARTINI, Rafael. *Sala de jantar do Museu Histórico de Santa Catarina*. 2013. 1 fot.: col. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/visor/2013/11/26/aprovado-o-projeto-de-conservacao-do-museu-historico-de-sc/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 03 out. 2015.



Recebido em 21 de junho de 2016

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



A 'tradição' da renda de bilro e sua continuação para futuras gerações na Ponta do Sambaqui: dificuldades e iniciativas

Jéssica Lícia da Assumpção¹

Vera Cristina Caparica²

Resumo: Este artigo apresenta um panorama da 'tradição' da renda de bilro vinda dos Açores para Florianópolis no século XVIII, um legado de valor simbólico que perpassa as gerações, mas que atualmente se depara com dificuldades em sua transmissão para as novas gerações, devido à falta de interesse em aprender ou de exercer a função no novo contexto econômico. Apesar de todas as dificuldades encontradas na transmissão de conhecimento, existem algumas iniciativas tomadas pelas rendeiras de Florianópolis, em especial na Ponta do Sambaqui e região, junto de órgãos públicos e privados, que através de projetos contribuem para preservação da 'tradição' cultural açoriana.

Palavras-chave: 'Tradição' da renda de bilro; cultura açoriana; Ponta do Sambaqui; Florianópolis.

Abstract: This article makes an overview of the bobbin lacetradition that came to Florianópolis from Azores' in the eighteenth century, a legacy of symbolic value that travels through generations, but that nowadays faces difficulties in its transmission to newer generations by their lack of interest to learn and carry out the function in its renewed economic context. But despite all the difficulties found in the transmission of knowledge, there are some initiatives taken by the Florianópolis *rendeiras*, especially those in and around Ponta do Sambaqui, with the help of public and private agencies, that through projects help to keep up the Azores' cultural tradition.

Keywords: bobbin lacetradition; Azores culture; Ponta do Sambaqui; Florianópolis.

A 'tradição' da renda de bilro

A 'tradição' da renda de bilro perpassa as gerações durante séculos e vem trazendo consigo, memórias e histórias individuais e coletivas sobre a cultura açoriana.

O processo de povoamento da Ilha de Santa Catarina, antiga Nossa Senhora do Desterro, iniciou-se em meados do Século XVIII pelos vicentistas, com o objetivo de proteger e expandir os territórios da coroa portuguesa. Com os novos habitantes vieram seus pertences e familiares, mas acima disso, estes trouxeram suas tradições, costumes, a prática da pesca e

1 Estudante de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq. Membro dos grupos de pesquisa Pameduc (UFSC) e do grupo de pesquisa Rastros (UFS/SP). Email: jessica_licia@hotmail.com

2 Estudante de graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina. Email veracristinaacf@gmail.com



agricultura. E como todo povoamento de pescadores, a confecção de renda também esteve presente.

Até o século XX, a cultura açoriana estava desvalorizada pelo conflito de poder hegemônico no sul, onde a cultura alemã se destacava na região do planalto catarinense. Este contexto mudou a partir do processo de nacionalização que iniciou em 1938, durante o governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945). A valorização da cultura açoriana é demonstrada no trecho retirado do artigo de Elis Regina Barbosa Ângelo:

Dessa forma em meados do século XX, uma nova preocupação com o discurso culturalístico, cuja intenção era diferenciar a cultura açoriana da cultura alemã, que parecia fortalecer-se na região. Essa preocupação gerou visibilidade capaz de construir as raízes açorianas, como é o caso dos traços do homem açoriano [...]³.

Eric Hobsbawn e Ranger, no livro *A invenção das tradições*, mostram que a tradição é uma construção 'política' que surge a partir de movimentos políticos e sociais, que asseguram a identidade, conforme a citação abaixo:

O principal objetivo da política nacional era, sem dúvida, influenciar ou mudar o governo do Estado e suas diretrizes, sendo que o homem comum tinha cada vez mais direito de participar [...]⁴.

Sendo assim, a construção das raízes açorianas foi importante para implantação da política de nacionalização no Brasil, pois era necessário ressaltar o valor do luso-brasileiro, incorporando valores, e a preocupação na valorização cultural açoriana onde se remontou à memória e à tradição, as festas, à língua, e a valorização do homem e da mulher açoriana. Neste contexto, uma importante questão foi que o artesanato também foi valorizado. O trecho abaixo demonstra a importância da renda de bilro como uma fonte de renda e de valor simbólico:

A renda de bilro é um desses legados de importante valor simbólico. Trazida por imigrantes que aqui chegaram em 1748, vindo dos açores, a arte de tramar representou um a viral fonte de renda. [...] Nas almofadas de bilro,

3ANGELO, Elis Regina Barbosa. O "saber fazer" rendas de bilros: as ressignificações no processo na lagoa da conceição em Florianópolis. *Revista de história*, v1, n.1, p. 24, Fortaleza, jul.-dez, 2013.

4HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. O. (Terence O.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 272.



esposas e filhas de pescadores teciam os fios para ocupar o tempo e deles também tirar o sustento do lar⁵.

As bibliografias antigas e novas remontam ao papel importante da mulher rendeira na historiografia local, valorizando sua tradição, memória, costume e da renda de bilro. O forte legado açoriano em Florianópolis apresenta sua forte culinária, pesca, artesanato, danças, lendas e os mitos envolvendo lobisomens e bruxas que nos trazem o imaginário e a crença individual e coletiva da população florianopolitana. Junto com elas vêm às canções das rendeiras que são apresentadas no livro de Maria Armenia:

Faço renda, sou rendeira
Faço renda com amor
Faço renda, sou rendeira
Minha mãe que me ensinou

Faço renda, sou rendeira
Faço renda de montão
Faço renda, sou rendeira,
Pra manter a tradição

Faço renda, sou rendeira
Faço renda prá vender
Muita gente faz e não gosta

E faço porprazer
Faço renda, sou rendeira
Tô fazendo renda aqui
Faço renda, sou rendeira
Da barra da barra do Sambaqui [...]⁶.

A história oral é uma arte e ciência do indivíduo, a qual se demonstra os fatos e versões do passado, através da sua memória valendo-se de instrumentos criados e compartilhados socialmente⁷. A partir disso, foram realizadas entrevistas com três rendeiras: Maria da Glória Viana Soares, Benta Maria do Amaral e Valdete de Jesus Lima no Casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, buscando as versões do passado e tentando trazer elementos sobre a tradição da renda de bilro, assim como suas dificuldades e iniciativas.

⁵WENDHAUSEN, Maria Armenia Müller. *Renda de bilro de Florianópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2011, p. 9.

⁶WENDHAUSEN, Maria Armenia Müller. *Renda de bilro: um legado açoriano transcendendo séculos em Florianópolis*. Blumenau: Nova letra, 2015, p. 212.

⁷PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Conferências. *Projeto História*, p.13-49, São Paulo, (15), abril, 1997.



A rendeira do Casarão da Ponta do Sambaqui⁸, Maria da Gloria Viana Soares, relatou que na juventude as moças se sentavam sobre a sombra da árvore para cantar ratoeira (canção popular açoriana), isso acontecia também nas festas, como citada por ela a festa do Divino Espírito Santo, enquanto uma forma de se comunicar com os moços que elas gostavam, sem que outras pessoas percebessem.

A produção e o aprendizado da renda de bilro

A produção da renda de bilro é passada de geração em geração, obedecendo a critérios definidos durante sua produção, através da sua tradição e cultura. Os instrumentos utilizados para produção da renda de bilro são os próprios bilros, que são bobinas pequenas de madeira manejados em pares com movimentos rotativos, alfinetes a serem fincados no pique, ou seja, moldes dos desenhos a serem trabalhados. O pique é feito de papelão, e algumas rendeiras utilizam a fotocópia de peças a serem produzidas, uma almofada no formato cilíndrico, conforme a imagem abaixo, que fica apoiado sobre uma caixa de madeira (cavalete).

Figura 01: Os instrumentos para produção de renda de bilro - Disponível no Núcleo Açoriano da UFSC



Fonte: Foto tirada por Jéssica Lícia da Assumpção

8 O Sambaqui, palavra de origem indígena que significa cemitério onde se encontra restos de artefatos que demonstram a presença dos primitivos habitantes da região. O Sambaqui é distrito de Santo Antônio de Lisboa, além de ser uma das primeiras comunidades fundadas pelos imigrantes açorianos, assim como Freguesia da Lagoa, Ribeirão da Ilha e Vila Capital no centro de Desterro, hoje conhecido como Florianópolis. O casarão da Ponta do Sambaqui localiza-se no endereço: Rua Gilson da Costa Xavier, 2900, Sambaqui.

A renda tradicional é produzida com linha branca, porém atualmente é possível introduzir linhas de diversas cores. Os pontos básicos da renda de bilro são: o Meio- Ponto, Trancinha e a Perna Cheia, variando o tipo de renda que pode ser a tradicional, jardineira, tramoia, palmas, entre outras.

O aprendizado da renda de bilro antigamente era exigido, porém havia o próprio interesse da criança em aprender, geralmente ensinado pelas mães, avós ou por algum parente próximo. Essas informações foram apontadas pelas entrevistadas na Ponta do Sambaqui. O processo da renda de bilro era marcado pelas atividades domésticas e o trabalho rural, fazendo com que muitas crianças deixassem de estudar. Para Benta Amaral:

Renda eu faço desde a idade dos sete anos, minha mãe ensinou, mas quando era época de fazer farinha, nós fazia farinha, ia lá pro morro com meu pai, arrancar mandioca, trazia no carro de boi, chegava de noite nós raspava, e durante o dia apanhava café, durante a noite raspava até às onze horas da noite, no outro dia, quatro, cinco horas da manhã se levantava. Uma ia pro ceifador, que era ceifar mandioca, meu pai ia pescar... E a vida era assim, fazendo renda, apanhando café, fazendo farinha...⁹.

As mães muitas vezes não tinham muita paciência em ensinar a renda de bilro diante da dificuldade de suas filhas. A demonstração de aptidão e dedicação se desenvolve pela intensificação das atividades ao longo dos anos através dos interesses próprios de cada pessoa.

A dificuldade no repasse da ‘tradição’ da renda de bilro

A história compartilhada pelas rendeiras de referência da ilha, que hoje tem em torno de 60 a 80 anos, é sempre a mesma. Aprenderam a fazer renda em torno de sete anos de idade, confeccionavam a noite após o trabalho na roça de café e mandioca. Quando criança, o ganho da renda era destinado às necessidades da família, e quando jovem, sob a perspectiva matrimonial, preparavam o enxoval com o dinheiro da renda.

A grande maioria das jovens após casarem começavam a trabalhar fora, hoje elas são aposentadas e continuam a fazer renda como complemento na renda familiar e também como terapia. Porém, a dificuldade em transmitir a ‘tradição’ da renda de bilro para suas filhas e

9 Amaral, Benta Mariado entrevistada por Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, no dia 23 de Março de 2016.



netas vem crescendo conforme o desenvolvimento econômico da cidade de Florianópolis, isso é apresentado pela entrevistada Maria da Gloria:

Eu ensinei as filhas e ensinei as netas, elas sabem... Mas não pra fazer como a gente, botar numa exposição, botar à venda. Aprenderam pra elas, e de agora em diante o problema e o medo da gente é esse, cada uma aprende pra fazer pra si, mas pra fazer pra expor, levar numa feira, tá difícil...¹⁰.

A abertura de novos empregos com remuneração imediata se tornou um atrativo maior para as mulheres. As mães também vão incentivar as filhas a estudar e se qualificar para um futuro emprego, pois antigamente havia muitas adversidades envolvendo a falta de transporte, luz elétrica e a falta de estrutura familiar.

A necessidade da obtenção de um status social diferente das gerações anteriores parece marcar a vida cotidiana destas filhas de rendeiras que não querem manter a tradição, uma vez que o próprio sentido da tradição parece ter sido alterado com a configuração econômica, social e cultural da localidade. A tradição anteriormente marcada por uma condição de 'ser mulher' e de ter atribuições diferenciadas dentro de um modelo patriarcal aparece hoje como uma opção de profissão: ser rendeira. A conotação de que a mulher rendeira veio de um meio pobre e sem muitos recursos econômicos também parece favorecer o desinteresse destas novas gerações¹¹.

As mulheres nos dias atuais desenvolvem trabalhos externos, além do cuidado com a família e a casa. Nota-se a preocupação dessas mulheres em criar uma maior autonomia financeira, tendo em vista que uma boa parte delas é provedora de sua família. A procura de novas perspectivas pessoais e profissionais se diferencia das gerações de suas mães e avós que era marcada pela obrigatoriedade. As novas gerações não querem a continuidade da renda de bilro, por várias razões que vão desde a sua vida cotidiana até as próprias ideologias.

O aprendizado da renda, antes era uma questão de sobrevivência que levava a transmissão às filhas, se modificou e o aprender se tornou algo diversificado que abrange mulheres e homens.

O produto, que na maioria das vezes era ornamental, passou a ser, ao mesmo tempo, útil e simbólico. Assim, nota-se que o artesanato foi, ao longo do

10 Soares, Maria da Glória Viana entrevistada por Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, no dia 23 de Março de 2016.

11 ANGELO, Elis Regina Barbosa. O "saber fazer" rendas de bilros: as ressignificações no processo na lagoa da conceição em Florianópolis. *Revista de história*, v1, n.1, p. 21, Fortaleza, jul.-dez, 2013.



tempo se adaptando as novas necessidades mercadológicas, uma vez que tais mudanças estiveram relacionadas às próprias transformações da casa e dos modismos¹².

As mulheres que ainda continuam a produzir a renda de bilro como complementos financeiros têm percebido a expansão urbana e do turismo. A pressão e a expansão capitalista no mercado modificam algumas características estéticas dos produtos, passa-se a introduzir modelos novos e estilizados, substituindo a linha fina pela grossa, uma adaptação de uma nova matéria prima, muda-se as técnicas, modelos e a utilização de fios, com cores diferenciando das rendas tradicionais brancas que demonstram delicadeza e perfeição. Hoje já se produzem saias, blusas, xales entre outras peças voltadas ao turismo.

A economia da cidade é dominada pelas atividades de comércio e prestação de serviços, com alguma expressão na indústria de transformação, além das atividades voltadas ao turismo¹³.

Ao mesmo tempo em que atividade turística causa impacto, gerando novas oportunidades de emprego, ela é capaz de beneficiar a reinvenção da tradição, pois o advento do turismo contribui para ressignificar a tradição do bilro, bem como das novas produções (por partes das rendeiras), pois vários projetos vêm sendo criados para valorizar a renda de bilro, com objetivo de atrair as novas gerações.

Iniciativas que visam à comercialização e a preservação cultural da renda de bilro

Durante vários momentos desde a sua colonização no Estado até nos dias atuais, a cultura açoriana passou a ser desvalorizada e depois passou a ser incentivada. Nos anos 70 e 80, o artesanato foi objeto de preocupação de vários setores governamentais, como o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho. O objetivo era criar condições de garantir que a memória cultural criada no passado e reinventada no presente mantivesse a atividade do artesão.

Os desafios enfrentados pelas rendeiras são as dificuldades da transmissão da renda de bilro e o escoamento da produção, visando à conscientização do trabalho com perfeição em

12 ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Tecendo Rendas: Gênero, Cotidiano e Geração na Contemporaneidade*. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015, p. 154.

13 WENDHAUSEN, Maria Armenia Müller. *Renda de bilro de Florianópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2011, p.11.



detrimento da comercialização de artesanato das lojas com menores custos e com a revenda da renda no centro da cidade com preços altos. Desafio este presente em todas as produções artesanais, mediante a chegada de mercadorias produzidas em larga escala. Dessa forma surgiu a Associação das rendeiras da ilha de Santa Catarina, coordenada por Doralécio Soares, que visava em manter viva e conservar a tradição, criando condições de trabalho para a população de Florianópolis e região. Conforme Maria Soares:

Primeiro espaço que nós ganhamos, primeira ajuda que nós tivemos, em 1971 a 1974, foi com Doralécio. Ele tinha a loja dele ali embaixo da ponte Hercílio Luz, e os turistas quando vinham eles iam lá comprar as rendas, e nós levava as rendas pra ele. Ele dava as linhas, a gente depois pagava com o dinheiro da renda né, ele descontava, a preço de fábrica a linha. E depois em 74 acabou... Os turistas já vinham pela outra ponte, aí acabou¹⁴.

Em 1975, a Associação das rendeiras de Santa Catarina passou a ser responsável pelo programa Catarinense de Desenvolvimento do Artesanato. As políticas públicas tomaram iniciativas para a preservação do patrimônio imaterial através do intermédio de ações complementares como o Instituto de Patrimônio Histórico, Centro de cultura Bento Silvério (Casarão da Lagoa); o Programa de Promoção ao Artesanato da Tradição Cultural, a Fundação Franklin de Cascaes, o Centro Nacional do Folclore e cultura popular em parceria com a Prefeitura de Florianópolis.¹⁵ Para Angelo

A partir do crescimento urbano e turístico, em meados década de 1970 as atividades femininas passaram por mudanças, propiciadas sobretudo pela busca de profissionalização.[...] ¹⁶

A renda de bilro ao longo do tempo veio ganhando destaque e homenagens, como a citação das rendeiras no hino oficial de Florianópolis, a homenagem na principal Avenida da Lagoa da Conceição e a principal delas, a lei que estabelece o dia 21 de outubro como o dia municipal das rendeiras.

A mobilização e as iniciativas das rendeiras contribuíram para as organizações informais como a do Sambaqui, que se encontra atualmente no Casarão da Ponta do

14 Soares, Maria da Glória Viana entrevistada por Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, no dia 23 de Março de 2016.

15 WENDHAUSEN, Maria Armenia Müller, FIGUEIREDO Wilmara. *Desde o tempo da pomboca*- renda de bilro de Florianópolis. Rio de Janeiro: IPHAN, CNPFCP, 2014. Página 39.

16 ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Tecendo Rendas*: Gênero, Cotidiano e Geração na Contemporaneidade. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. v. 1. Página 159



Sambaqui, antiga alfândega e que em 1987, foi cedida pela União para Sede da Associação de bairro do Sambaqui, que obteve o apoio da PROMOART em 2011, com oferecimento de um curso de gestão e da associação de moradores fortalecendo o artesanato. Nesse mesmo ano foi inaugurado o núcleo das rendeiras no Sambaqui.

Desde sua fundação em 1983, a Associação de Bairro do Sambaqui (ABS), vem desenvolvendo ações comunitárias voltadas à cultura e a luta pela preservação das raízes açorianas, de seus costumes e tradições que englobam as festas religiosas, grupos de danças folclóricas (boi de mamão, pau de fita e ratoeira) e a renda de bilro, onde concede o espaço para que as rendeiras possam comercializar, produzir e ensinar a renda.

Figura 02: A comercialização da renda de bilro no Casarão da Ponta do Sambaqui.



Fonte: Foto Tirada por Jéssica Lícia da Assumpção.

Os produtos comercializados podem variar de valor conforme, o ponto utilizado, o tempo gasto na confecção do produto, que pode durar de dois dias a uma semana.

O casarão da Ponta do Sambaqui cedida em 2011 pela ABS se tornou uma atração do município que traz aos seus visitantes o convívio com as rendeiras, dessa forma o turista valoriza seu trabalho.

Hoje nós temos muito mais, é, assim, ajuda, antigamente não tinha ajuda, era fazer e revender pra uma pessoa que comprava pra vender. Hoje não, hoje a gente no meio desses projetos a gente consegue muita coisa, como eu consegui com o projeto PROMOART do Rio de Janeiro, as cadeiras e os móveis que eu tenho. Agora com a ilha rendada também adquirimos

computador, adquirimos tablete, armário e impressora, tudo isso da ilha rendada. O mercado público, o espaço, na nossa luta, nós conseguimos com a Franklin de Cascaes, que dava aquele espaço lá, iam ceder pra nós depois não abriam porque achavam que não tinha renda e não tinha ninguém pra cuidar, eu falei que eu tinha e me responsabilizava de manhã e tá dando certo, tá dando um lucro bom¹⁷.

O projeto Ilha Rendada com o nome inicial “*Empreendedorismo nas rendas de bilro*”, obteve patrocínio da FEPESE, Petrobrás e Casa dos Açores de Ilha de Santa Catarina, o projeto envolveu 125 rendeiras de várias regiões de Santa Catarina. Promoveu cursos de capacitação, informática e saúde da mulher. Maria da Glória informou que o projeto disponibilizou tablets, computadores e impressora¹⁸.

O projeto ilha rendada além de ensinar, divulgou o trabalho das rendeiras através da exposição fotográfica feito por Yuri Brah, no Museu Histórico de Santa Catarina, com sede no palácio Cruz e Souza entre 10 de março e 10 de abril, demonstrando o trabalho das rendeiras¹⁹.

Maria da Glória Viana Soares, a Glorinha, rendeira do Sambaqui, trabalha para garantir a continuidade da renda na Ilha de Santa Catarina, além de ensinar suas filhas, netas e outras que procuram esses aprendizados, foi convidada pela Casa dos Açores a ensinar a renda de bilro para trinta alunas na Ilha de São Miguel.

Através do projeto, o diretor da cultura de lá, o Paulo Teres, teve aqui nos visitando, e a gente começou a brincar e a conversar com ele, cantar e a fazer as cantorias, e ele perguntou se convidasse, se a gente não iria ensinar eles, e a nossa tradição veio de lá dos Açores e lá tinham deixado acabar, à eu disse que ia, mas achei que era brincadeira, quando acaba de três meses eu já tava lá. Ele chamou e a gente foi com a Maria Armênia, com a Karem Machado e outra senhora também da Lagoa que é Dona Maria que foi ensina tramoia e eu a tradicional. E fiquei um mês e cinco dias lá ensinando, eu e a Maria, e eles aprenderam, já fizeram peça até de exposição ... Foi um trabalho muito bonito²⁰.

Além dos projetos privados financiarem os cursos de capacitação, a Universidade Federal de Santa Catarina possui o Núcleo Açoriano, onde se encontra disponível,

17 Soares, Maria da Glória Viana entrevistada por Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, no dia 23 de Março de 2016.

18 Conforme informações passadas pela rendeira Maria da Glória Viana Soares.

19 Informações retiradas do folder da exposição ilha rendada, disponível no palácio Cruz e Souza.

20 Soares, Maria da Glória Viana entrevistada por Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui em Florianópolis, no dia 23 de Março de 2016.



bibliografias sobre a cultura açoriana e sobre artesanato. Em 2014, em Santo Antônio de Lisboa foi realizado a 21ª Açor- Festa Açoriana²¹ de Santa Catarina, onde contou com apresentações das escolas de vários municípios, mostrando as danças 'tradicional açorianas, a culinária, entre outras atrações, que contribuíram para divulgação dessa 'tradição inventada'. Sendo possível que os turistas e até moradores de Florianópolis pudessem apreciar e conhecer a cultura açoriana, conhecendo um pouco mais do trabalho das rendeiras, que passa gerações através da determinação dessas rendeiras com apoios privados e públicos para manter essa tradição, sem que ela seja esquecida.

Os incentivos de projetos públicos e privados auxiliam na visibilidade da 'tradição' da renda de bilro, no trabalho e cotidiano das rendeiras, contribuindo para comercialização e valorização da cultura local pelos turistas. A intenção dos projetos envolve a preservação do patrimônio imaterial (que abrange a tradição, os saberes, a técnica, o modo de fazer e os costumes), e ao mesmo tempo tenta trazer o interesse das futuras gerações, que muitas vezes por motivos econômicos deixam de aprender ou produzir a renda de bilro, dificultando a transmissão, correndo o risco de que essa 'tradição' seja esquecida.

Referências

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Tecendo Rendas: Gênero, Cotidiano e Geração na Contemporaneidade*. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. v. 1. 245p.

_____. O "saber fazer" rendas de bilros: as ressignificações no processo na lagoa da conceição em Florianópolis. *Revista de história*, v1, n.1, p. 11-27, Fortaleza, jul.-dez, 2013.

BECK, Anamaria. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão. *Trabalho limpo: a renda de bilro e a reprodução familiar*. Florianópolis: UFSC, Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, 1983. 30p. (Anhatomirim, 4) Colaboração do Núcleo Açoriano da Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. A autoridade do passado. IN: *A farra do boi*. Palavras, sentidos. Ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. Pag.113-141.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. (Terence O.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316p. (Pensamento crítico, v.55).

21 Participação do 21º Açor em agosto de 2014.



OGEDA, Alessandra. Projetos buscam a profissionalização da renda de bilro em Florianópolis. *Jornal notícia do Dia*, Florianópolis, 02 de maio de 2016. Edição online.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Conferências. *Projeto História*, p.13-49, São Paulo, (15), abril, 1997.

WENDHAUSEN, Maria Armenia Müller. *Renda de bilro: um legado açoriano transcendendo séculos em Florianópolis*. Blumenau, Nova letra, 2015. 235p.

_____; FIGUEIREDO, Wilmara. *Desde o tempo da pomboca - renda de bilro de Florianópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNPFCP, 2014. 164p.

_____. *Renda de bilro de Florianópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNPFCP, 2011. 36p.

Fontes

AMARAL, Benta Maria do. Entrevista concedida a Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui, Florianópolis, em 23/03/2016.

LIMA, Valdete de Jesus. Entrevista concedida a Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui, Florianópolis, em 23/03/2016.

SOARES, Maria da Glória Viana. Entrevista concedida a Jéssica Lícia da Assumpção e Vera Cristina Caparica, no Casarão da Ponta do Sambaqui, Florianópolis, em 23/03/2016.

Recebido em 28 de junho de 2015

Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017



Modernismo em palco. Propostas preliminares sobre o teatro experimental em *Sul*

Ruben Souza¹

rubensouzass@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O periódico *Sul*, que circulou entre 1948 e 1957, de forma regular, constituiu-se na principal publicação do antigo Círculo de Arte Moderna de Florianópolis (CAM). Considerando tal proposição, este artigo tem por escopo analisar essa publicação – atualmente digitalizada e disponível online no Portal Catarina – e suas diversas matérias sobre o teatro em Florianópolis e alhures; bem como as inovações que o grupo de teatro do CAM promoveu no âmbito artístico de Santa Catarina.

Palavras-chave: Modernismo; *Jornal Sul*; Teatro; Círculo de Arte Moderna.

Abstract: *Sul*, published between 1948 and 1957 regularly, was the main publication of the Círculo de Arte Moderna de Florianópolis. Considering this proposition this article aims to analyze this magazine – currently in virtual domain – and its various articles on theater in Florianópolis and elsewhere; as well as the innovations that the CAM's theater group promoted in Santa Catarina's artistic scenario.

Keywords: Modernismo; *Jornal Sul*; Theater; Círculo de Arte Moderna.

Em janeiro de 1948, um grupo de jovens autores, escritores, ensaístas, poetas e entusiastas das letras e das artes publicam o primeiro número de *Sul*, periódico porta-voz destes jovens reunidos no Círculo de Arte Moderna de Florianópolis. Nele destacaram-se sobretudo Eglê Malheiros, Salim Miguel, Ody Fraga e Silva, Aníbal Nunes Pires e Walmor Cardoso da Silva, sendo estes presença marcante em todos os números da revista, com publicações em prosa, poesia, cinema, teatro – que será abordada neste texto – e em muitas outras expressões artísticas. Além deles, também integraram o grupo Antonio Paladino, Élio Ballstaedt, Archibaldo Cabral Neves, Pedro Taulois, Hamilton Ferreira, Cláudio Bousfield Vieira, e muitos outros².

Sul era, antes de mais, uma revista voltada para os chamados ‘valores novos’, e para a difusão do ‘moderno’ e seus cânones “no campo da filosofia, da ciência, da cultura e, principalmente, das letras e das artes”.³ *Sul* representaria ainda a construção de pontes entre

1 Acadêmico do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 MELO FILHO, Osvaldo Ferreira de. *Introdução à história da literatura catarinense*. Florianópolis: Edição da Faculdade Catarinense de Filosofia, 1958, p. 127.

3 Aníbal Nunes Pires, no editorial de *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, Ano I, número I, Florianópolis, janeiro de 1948. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.



Florianópolis e os centros urbanos brasileiros, mas também uma ponte com a África.⁴ Já na década de 1940, jornais de cariz moderno como a *Folha da Juventude* e o *Cicuta* vieram a solapar os cânones (notadamente literários) na Ilha de Santa Catarina, e faziam oposição às gerações anteriores de escritores em Florianópolis, principalmente a geração anterior, conhecida como ‘Geração da Academia’⁵. Para Lina Leal Sabino, o florescimento das letras em Florianópolis deu-se de forma lenta e, em certa medida anacrônica, de forma que grande parte dos movimentos literários que consideramos nacionais (a saber, realismo, modernismo, etc.) não encontraram lugar imediato entre os intelectuais ilhéus. Quando um dos principais movimentos literários brasileiros floresceu nos grandes centros urbanos (o movimento modernista na década de 1920), em Florianópolis se ouviu o silêncio para os ideais ‘novos’ de que falou Aníbal Nunes Pires 20 anos depois⁶.

Nesta mesma década, um grupo de alunos do Ginásio Catarinense resolveu movimentar as letras em Florianópolis⁷. As leituras a que tem acesso, seus gostos pessoais e a condição de Florianópolis então direciona-os para a criação de uma Academia literária e composição de sonetos de métrica precisa, enquanto em São Paulo, ‘Os sapos’, de Manuel Bandeira, ironiza o parnasianismo. A Paulicéia Desvairada, de Mário de Andrade, as pinturas de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti não agradam a geração de literatos reunida em torno na Sociedade Catarinense⁸. Em 26 de janeiro de 1924, Graça Aranha vem à Florianópolis e recebe Altino Flores e Othon d’Eça, dois membros da Sociedade. Presenteia-os com o livro *La Bête Conquérante*, com a seguinte dedicatória: “A Altino Flores, pela arte moderna com muita esperança”.⁹ A participação do autor de *Canaã* na semana de Arte Moderna era sabida, mas, apesar do esforço, a modernidade das artes não prosperou em Florianópolis nas décadas que se seguiram. O movimento modernista do início do século XX não encontrou em Florianópolis uma intelectualidade disposta a romper com os paradigmas da antiga literatura corrente no Brasil.

4 CORREA, Sílvio M. de S. Conexão Sul: contributo africano para o modernismo sul brasileiro. In: _____; PAULA, Simoni Mendes de. *Nossa África*. São Leopoldo: Oikos, 2016, pp. 15-30; MACEDO, Tânia. A revista Sul e o diálogo literário entre Brasil e Angola. In: _____. *Angola e Brasil*. Estudos Comparados. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

5 A “Geração da Academia”, como ficou conhecida, foi responsável pela fundação da antiga Sociedade Catarinense de Letras, hodiernamente denominada Academia Catarinense de Letras.

6 Conforme: SABINO, Lina Leal. O Grupo Sul na literatura catarinense. *Travessia*, v. 4, n. 10, p. 15-24, Florianópolis, 1985.

7 Alguns nomes da Geração da Academia: José Boiteux, Altino Flores, Barreiros Filho, Othon d’Eça.

8 SABINO, 1985, *op. cit.*, p. 19.

9 Lina Leal Sabino comenta brevemente da passagem de Graça Aranha por Florianópolis. In: SABINO, Lina Leal. *Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 4.



Modernidade e urbanismo

É mister, antes de mais, que consideremos o cenário cultural que se desenhava em Florianópolis e, outrossim, sua condição em relação ao que ocorria em outras regiões do Brasil. Aliás, dentro da historiografia brasileira, são correntes os estudos sobre urbanização e realocação do espaço urbano, pensando sobretudo no início do século XX, na república nascente, principalmente com relação às reformas urbanas que se destacaram em alguns espaços das cidades do Brasil. As famosas reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, ou a profusão de fábricas e o movimento operário urbano em São Paulo são alguns temas que lograram maior atenção da historiografia¹⁰. Em Florianópolis, contudo, não existem muitos estudos sobre a urbanização no período e menos ainda, seguindo uma tendência historiográfica, sobre o desenvolvimentismo que tomou o imaginário urbano do Brasil nos anos 1950, estimulado em grande medida pela abertura de estradas, crescimento do mercado imobiliário e investimentos capitalistas de grande porte.

Contudo, em Florianópolis, podemos inferir que a sensação que se experimentava era muito distinta do que se vivia em grandes centros urbanos. Osmar Silva, por exemplo, em seu livro *Coquetel de Crônicas*, comenta que Florianópolis estava “distante, muito distante do progresso que se alardeia por aí! É, quando muito, uma caricatura... Uma pálida caricatura de cidade grande”¹¹. Evidentemente que tal imagem pessimista é, em maior grau, um reflexo da sensação de estagnação que Florianópolis experimentava e que, ao mesmo tempo, contrapunha-se com a relativa popularização do ideário desenvolvimentista, estimulado em grande medida pela inauguração de Brasília. Para Reinaldo Lindolfo Lohn¹², a ‘esperança’ do contato com planos urbanos mais modernizantes também passava pela mídia ainda germinal que começava a nascer, com anúncio de marcas automobilísticas, e da Transportes Aéreos

10 Sobre o urbanismo brasileiro no século XX, ver BENCHIMOL, J. *Pereira Passos: um Hausmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; AZEVEDO, André Nunes de. *Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (Doutorado em História), PUC-Rio, 2003; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; NEDEEL, Jeffrey. *Belle époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1993; PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1992; LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

11 SILVA, Osmar. Florianópolis em preto e branco. In: SILVA, Osmar. *Coquetel de crônicas*. Florianópolis: ed. do autor, 1962, p. 25.

12 LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Limites da utopia. Cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2007, vol. 27, n° 53, p. 298-322.



Catarinense (TAC), uma subsidiária da Cruzeiro do Sul, que previa grandes investimentos em Santa Catarina. Como comenta, ainda, surgia a “entrada em cena de uma nova possibilidade de investimentos de capitais (...)”¹³. Logo, é possível inferir que a mídia entrou em cena como veículo importante de difusão. Neste quadro midiático, a revista *Sul* inseriu-se, valendo-se dele como mecanismo de sustento para suas publicações, para além das assinaturas.

É comum encontrar, nas páginas de anúncios ao final de cada edição do periódico *Sul*, anúncios da Transportes Aéreos Catarinense e de Construtoras e Imobiliárias, denotando um possível recrudescimento do mercado de imóveis na cidade e o surgimento de construtoras para realização de ‘grandes obras’ de urbanismo, planejadas na década de 1950 em torno do primeiro Plano Diretor, que começou a ser elaborado em 1952. Neste cenário, a revista *Sul* também transforma a urbe florianopolitana, buscando abalar os cânones ainda conservadores do plano artístico e cultural da cidade. Em suas páginas de anúncio, auxilia na difusão do ideal de transformação do espaço urbano. Em suas páginas literárias, salas de cinema e palcos teatrais, buscam transformar a arte insular e trazer a modernidade cultural. Entretanto, os dois projetos não foram encarados de igual forma.

Figura I: Anúncio da Transportes Aéreos Catarinense SA., subsidiária da Cruzeiro do Sul, no ano de 1954

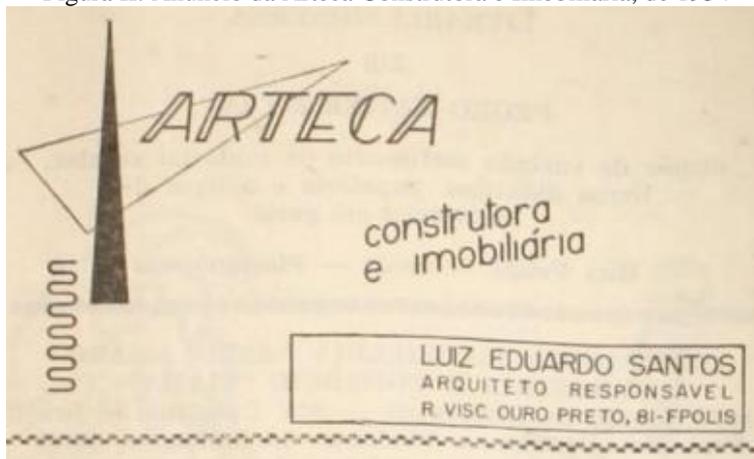


Fonte: *Sul*: Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, ano VII, número 23, dezembro de 1954, Florianópolis. Disponível em: <portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 25 jun. 2016.

13 Idem, p. 302.



Figura II: Anúncio da Arteca Construtora e Imobiliária, de 1954



Fonte: *Sul*: Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, ano VII, número 23, dezembro de 1954, Florianópolis. Disponível em: <portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 25 jun. 2016.

Os anúncios que começaram a ser publicados na *Sul* compõem uma porção de um afã desenvolvimentista que, em meio a páginas repletas de assuntos e serviços de expressão local, demonstram que existe um grupo de pessoas empenhado em uma primeira tentativa de transformar o cenário urbano e comercial da região, com investimentos de grande porte. Reinaldo Lindolfo Lohn comenta ainda sobre as propagandas que circulavam em Florianópolis, a persistência por um padrão estadunidense de enxergar o desenvolvimento, bem como o papel da mulher na sociedade. Segundo ele:

Nesse mercado de bens simbólicos, a introdução de um modo de vida baseado em alguns aspectos da cultura norte-americana ganhava destaque e permitia novas demandas de consumo: as páginas femininas dos jornais apresentavam a moda dos filmes de Hollywood e receitas de *marshmallows* para as donas de casa¹⁴.

Em *Sul*, podemos ver algumas das propagandas da Transportes Aéreos Catarinense S/A., e outras empresas de construção urbana que começavam a chegar ainda que timidamente na capital de Santa Catarina. Logo, se *grosso modo* não podemos incluir Florianópolis no circuito modernizante das grandes cidades, existiam por aqui aqueles empenhados em promover o desenvolvimento do capitalismo moderno na região. Os anúncios denotam ainda que se construía uma sinonímia entre progresso, felicidade, e destino¹⁵. A

14 LOHN, 2007, *op. cit.*, p. 304.

15 LOHN, 2007, *op. cit.*, p. 303.

‘felicidade’ presente na arte gráfica da TAC associa o prazer de viajar de avião à condição ‘moderna’ que a propicia.

Teatro *Sul*, uma ponte intelectual

O Grupo *Sul* manteve, entre 08 de maio de 1949 e 28 de maio de 1950, no jornal *O Estado de Santa Catarina*, uma página literária, cedida pelo diretor do jornal, Dr. Rubens de Arruda Ramos, onde publicavam, dominicalmente, poemas e outras notícias de caráter literário:

No jornal *O Estado*, o Círculo de Arte Moderna vem mantendo dominicalmente uma página literária. Que nos Esta página foi gentilmente cedida pelo Dr. Rubens de Arruda Ramos, diretor do jornal, apresenta sempre pequenos contos, crônicas, poemas, noticiário literário do Brasil, informações várias, críticas, ilustrações, etc¹⁶.

Entretanto, o desejo de organizar uma publicação periódica ficaria comprometido caso não se conseguisse os recursos necessários. Dessa forma, surge o Teatro de Câmera do Círculo de Arte Moderna, que se empenhou em organizar um espetáculo com o fito de angariar fundos para a produção do primeiro número da revista.

Para a ocasião, foram escolhidas três peças de um ato: *O homem da flor na boca*, de Luigi Pirandello, *Como ele mentiu ao lado dela*, de George Bernard Shaw e *Um homem sem paisagem*, de Ody Fraga e Silva, e o espetáculo foi realizado no Teatro Álvaro de Carvalho.¹⁷ Em seu primeiro espetáculo, o Teatro experimental de *Sul* já demonstra a ambição de seus projetos, trazendo para Florianópolis dois grandes nomes das letras no mundo, e mescla-os com um escritor de expressão local, Ody Fraga. Aliás, na peça do jovem integrante do Círculo, publicada posteriormente no número 5 de *Sul*, já podemos perceber a ‘ousadia’ com que o Teatro de Câmera do grupo tinha se proposto a atuar:

Viver como principal móvel de uma existência, é uma bela filosofia. Mas porque não o faz realmente? Ser pura quando tiver vontade. Entregar-se ao primeiro homem que encontrar, quando isso lhe aprouver. O maior crime que praticamos contra nós mesmos é a simulação. Suportarmos uma ópera quando temos vontade de ouvir samba. Aturamos uma conferência sobre

16 Ver a coluna Notícias, item 5. *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, ano II, número 9, agosto de 1949, Florianópolis. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

17 SABINO, 1981, *op. cit.*, p. 37.



moral e religião com vontade de dizer palavrões. Não! Não pode ser assim. Temos necessidade de viver, mas devemos fazê-lo sinceramente. Sem artifícios, sem matarmos nosso eu para formar coro com a paisagem em que vivemos. Paisagem que não admitimos, mas aceitamos, pecando contra todo o princípio móvel do nosso ser¹⁸.

A peça, embora curta, e de apenas um ato, é consideravelmente ousada para os padrões da época. Assim como no campo das letras o Grupo Sul solapou visões de literatura, não era do hábito dos frequentadores do teatro, habituados a peças mais leves, portanto, de entretenimento¹⁹, assistir encenações que suscitassem a reflexão do eu, ou que levassem em conta a moral ou a religião como ‘a causa de nossa escravidão’, como o personagem Martell propõe. Seu teatro foi, de igual modo, inovador. As páginas da publicação periódica, em seus primeiros anos, estão repletas de artigos e experiências sobre o teatro em Florianópolis e em outras partes do mundo. No número 9, do ano II, um texto de Richard M. Morse, escrito especialmente para a *Sul*, com tradução de Archibaldo Cabral Neves, explana sobre o Teatro Experimental em New York. Para o autor, a expressão teatral da *Broadway* não poderia exprimir a complexidade e imbricamentos artísticos que só os Teatros experimentais podem trazer, libertos dos motivos financeiros, que estimulam a reação catártica de estratos sociais imutáveis que frequentavam à este espaço²⁰.

A empolgação com o sucesso da primeira encenação (o primeiro volume da *Sul* saíra em janeiro de 1948) pode ser percebida nos primeiros números da publicação, em grande medida. São muitas as colunas dedicadas a produção teatral do Círculo e à produção internacional. Já no primeiro número da revista (financiado com o espetáculo supracitado), percebe-se o entusiasmo do grupo com a próxima produção. Na página 8, lê-se “Aguardem! *Um Taciturno*, três atos de Roger Martin du Gard”. Na página seguinte²¹, Ody Fraga e Silva dedica um texto à explicação de como procederia a montagem da peça e, prevendo a confusão do público em relação ao que se apresentava (ciente da condição em que se encontravam os expectadores em Florianópolis), prevenia: “Para os menos avisados e pouco experientes das

18 *Um homem sem paisagem*, peça em um ato de Ody Fraga e Silva, exibida em 1947, e publicada anos depois nas páginas da *Sul*, Florianópolis, ano I, número V, p. 12-13. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

19 “Fazem teatro, liderados neste setor por Ody Fraga. Teatro moderno, escandalizando o público acostumado às comédias e aos dramalhões”. In: SABINO, 1985, *op. cit.*, p. 20-21.

20 “Teatro experimental em Nova York”, texto de Richard M. Morse, com tradução de Archibaldo Cabral Neves, em *Sul*, ano II, número 9, Florianópolis, agosto de 1949. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

21 Na página 9, encontra-se o texto “A montagem de *Um Taciturno*”, escrito por Ody F. e S., *Sul*, ano I, número 1, Florianópolis, janeiro de 1948. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.



coisas da arte, poderá, o nosso espetáculo, parecer um conglomerado de loucos movendo-se e falando dentro de um imenso pandemônio”. E vaticinava que “iremos atingir um nível estético de real valor e a montagem da peça dará margem para a compreensão do tremendo subjetivismo do tema, como é o caso de *Um Taciturno*”. No segundo número, sairia ainda um artigo intitulado *Auto retrato de Roger Martin du Gard*, escrito por Pierre Descaves²².

Neste texto²³, Ody Fraga explicita a ideia do Teatro do CAM, que, no ano seguinte, seria endossada pelo estadunidense Richard Morse, o estímulo do trabalho mental para a captura do espírito moderno, em uma esfera nebulosa. É possível perceber que a proposta não era destinada a todos, e ele próprio aponta não ser para os ‘pobres de espírito’, o que dirá aos pobres de condição financeira. A peça mostrava-se demasiado complicada para a compreensão do público, e arriscava trazer à cidade de ares provincianos uma tragédia burguesa sobre a homossexualidade²⁴. Além disso, explica as tendências que nortearam a produção da peça: o surrealismo e o impressionismo. Assim sendo, não é difícil perceber que a peça encontrou resistência entre o público, e o espetáculo que teria interpretação de Aníbal Nunes Pires, Ody Fraga e Silva, Eglê Malheiros, Lory Ballod, Wânio J. Mattos, Jason César e Leny F. e Silva, com música de Debussy, De Falla e Stravinsky, não veio a público, apesar do entusiasmo e esmero com que foi organizada.

Entre os anos de 1948 e o início de 1950, muitas notícias sobre teatro vieram a público nos dois primeiros anos da revista, com reportagens sobre a “Educação do público” para o teatro, e notícias sobre festivais de teatro ao redor do mundo, como na Polônia.²⁵ Algumas peças teatrais escritas por Ody Fraga e Silva também foram publicadas na revista, muitas em formato inédito. Em organização de apenas um ato, podemos inferir que muitas delas inscreveram-se em uma perspectiva reflexiva, como a que o teatro moderno se propunha. Cabe o destaque, no número 3, a uma manchete que merece atenção e, pelo contexto em que se encontrava Florianópolis, pode revelar-se surpreendente: “Sartre representado em Florianópolis”. Com o intuito de organizar o quarto número, promove-se a segunda récita do Teatro de Câmera do CAM, reprisando Pirandello e G. B. Shaw, porém agora, trazendo, pela primeira vez, Jean-Paul Sartre ao Brasil nos palcos, com a peça “As estátuas volantes”, uma

22 “Auto retrato de Roger Martin du Gard”, por Pierre Descaves, em *Sul*, ano I, número II, Florianópolis, fevereiro de 1948. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

23 SILVA, Ody Fraga e., *op. cit.*, p. 10.

24 No original apresenta-se o termo “homossexualismo”, que hoje é sabido não ser o mais apropriado, entretanto, era, até recentemente, o vocábulo mais corrente. Anuncia-se como “O drama de um homem que possuía um amor inconfessável”.

25 “O festival shakespeariano na Polônia”, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, ano I, número 2, p.4-5. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.



adaptação do conto “O Quarto”, também do filósofo francês, feita, uma vez mais, por Ody Fraga²⁶. Depois de mais de um ano de atividades, Teatro de Câmera consolida-se como Teatro Experimental do Círculo de Arte Moderna, em 1949, com diretoria constituída e objetivos definidos, como congregar os jovens a estudar, discutir e encenar os principais nomes das letras no teatro²⁷. Ody Fraga e Silva escreve, em fevereiro de 1949, sobre o Teatro Experimental na revista *Sul*, onde explica brevemente algumas das propostas trazidas pelo TECAM, como ser um Teatro Renovador, da juventude – leia-se aqui juventude no sentido de ideias jovens, portanto, modernas – um Teatro de Debates e um Teatro Infantil²⁸. No mesmo número, ainda há uma nota mencionando as eleições e os membros fixos do Teatro. No número seguinte, ano II, número 8, aparece a primeira produção do TECAM, a peça *Cândida*, também de G. B. Shaw, que é um sucesso, aclamada pelo público e, inclusive, noticiada por Jorge Lacerda, jornalista do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, que manda para a então capital uma matéria elogiando a produção e adaptação da peça²⁹. Ody F. continua publicando pequenas peças teatrais na revista, que mantém diversas colunas sobre as produções teatrais no Brasil, feitas por grandes companhias.

Em dezembro de 1949, Salim Miguel escreve o texto “Notícias das temporadas teatrais em Florianópolis”, onde enfatiza a importância do TECAM e sua iniciativa inovadora na cidade donde as grandes companhias teatrais fugiam³⁰. Já eram prevenidas para não passar por Florianópolis, e o Teatro Experimental veio empenhar-se para transformar tal situação. Após deter-se no panorama anual do teatro na Ilha, por onde, depois de muito tempo, passaram diversas companhias teatrais (algumas de caráter duvidoso, outras trazendo experiências positivas), S. M. pontua a censura de *A prostituta respeitosa*, de Sartre, que seria encenada pela companhia de Sandro e Maria Della Costa. A proibição causou descontentamento nos modernistas do Grupo Sul, uma vez que não houve qualquer impedimento no Rio de Janeiro. Florianópolis demonstrava então que, apesar da modernidade que se propôs o TECAM, este ainda estava em uma cidade marcada pelo conservadorismo,

26 Em Grupo Sul. O modernismo em Santa Catarina, no capítulo intitulado O Grupo Sul e o teatro, Lina Leal Sabino comenta das apresentações do grupo de teatro, algumas delas feitas com a intenção de financiar números posteriores da publicação.

27 SABINO, 1981, *op. cit.*, p. 40.

28 “Teatro Experimental”, por Ody Fraga e Silva, publicado em *Sul*, ano II, número 7, Florianópolis, fevereiro de 1949. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

29 SABINO, 1981, *op. cit.*, p. 47.

30 “Notícias das temporadas teatrais em Florianópolis”, por Salim Miguel, em *Sul*, ano II, número 10, Florianópolis, dezembro de 1949. Disponível em: <www.portalcatarina.ufsc.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.



cidade esta que se viu escandalizada quando mulheres subiram aos palcos de teatro³¹. O ano de 1949 encerrou-se com a encenação da peça *Pinóchio*, direcionada as crianças, no dia 23 de dezembro de 1949.

O ano de 1949 foi especialmente profícuo para o debate das letras e das artes, onde diversas personalidades estiveram em visita à cidade, como Marques Rebelo, Jorge Lacerda, Renato Almeida, Bruno Giorgi, Edino Krieger e Pascoal Carlos Magno. Foi um ano excepcional para o Teatro do Grupo *Sul* que, sob a liderança de Ody Fraga e Silva, conseguiu trazer o teatro para a cidade e afirmá-la enquanto centro promotor de debates artístico-culturais. A partir de 1950, o TECAM, se vê sem o seu principal líder, Ody Fraga e Silva, que encontra melhores oportunidades no Rio de Janeiro e resolve por lá permanecer. Com a considerável baixa, do integrante que publicou periodicamente na revista peças teatrais e ensaios sobre a produção do antigo Teatro de Câmera e do Teatro Experimental do Círculo de Arte Moderna, o grupo viveu momentos de altos e baixos. Desativado por um período considerável, tentou retornar a atividade em 1952, sem obter os resultados desejados, e mantém-se inativo até o ano de 1957, quando se funde a outra companhia teatral, o Teatro Catarinense de Comédia, já quando o Grupo *Sul* vivia o seu ocaso. A discussão sobre o teatro nas páginas da revista vai então rareando, conforme o grupo se dissolvia, a partir de 1950.

Considerações finais

O Teatro de Câmera do Círculo de Arte Moderna surgiu anteriormente à publicação do periódico *Sul* e viveu um período de grande e intensa produção, atingindo seu objetivo de ‘arejar’ o cenário teatral da cidade, trazendo perspectivas ousadas e inovadoras a uma cidade que as companhias teatrais evitavam comparecer. Como Teatro de Câmera ou como Teatro Experimental, vivenciou entre os anos de 1947 e 1949, uma profícua discussão e veiculou na revista do CAM os ‘valores novos’ do teatro, e ensejou uma ponte intelectual entre Florianópolis e os principais eventos no Brasil e no mundo. Com o afastamento do seu principal idealizador, Ody Fraga e Silva, o grupo experimentou uma queda no cenário teatral da cidade, também estimulado pelo paladar conservador que ainda encontrava voz em Florianópolis. Assim sendo, as colunas teatrais passaram de uma das constantes nos primeiros

31 SABINO, 1985, *op. cit.*, p. 21.



anos de publicação, para ensaios pontuais conforme a revista caminhava para o seu final, no ano de 1957.

Apesar do curto período de “sucesso”, o TECAM foi pioneiro no estado de Santa Catarina no sentido de trazer para os palcos a reflexão e o pensamento, distanciando-se do entretenimento improfícuo e promovendo o debate sobre o modernismo nos palcos de Santa Catarina, abordando temas ousados como a homossexualidade, o existencialismo de Sartre e a escravidão da moral e das convenções.

Referências

CORREA, Sílvio M. de S.; PAULA, Simoni Mendes de. *Nossa África*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

De LUCA, Tânia Regina. História dos, nos, e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia. Cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n° 53, 2007, p. 297-322.

MACEDO, Tânia. A revista *Sul* e o diálogo literário entre Brasil e Angola. In: _____. *Angola e Brasil*. Estudos Comparados. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

MELO FILHO, Osvaldo Ferreira de. *Introdução à história da literatura catarinense*. Florianópolis: Edição da Faculdade Catarinense de Filosofia, 1958.

MIGUEL, Salim. *Cartas d'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

SABINO, Lina Leal. *Grupo Sul*. O modernismo em Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. O Grupo Sul na literatura catarinense. *Travessia*, v. 4, n. 10, p. 15-24, Florianópolis, 1985.

SOARES, Iaponan (org.). *Salim Miguel*. Literatura e coerência. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

SILVA, Héverton M. da. Modernismo e história da literatura na década de 1950 em Santa Catarina. *Santa Catarina em História*, Florianópolis, vol. 1, n° 2, 2007, p. 37-44.

SILVA, Osmar. *Coquetel de crônicas*. Florianópolis: Ed. do autor, 1962.

SUL. Revista do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, 1948-1957, vol. 1-30.



Recebido em 13 de junho de 2016

Aceito para a publicação em 27 de janeiro de 2017



O 'Olhar Museológico' de Franklin Cascaes

Acsa Martins¹Agatha Agster Dias Thomas²Anna Julia Borges Serafim³

Resumo: O objetivo deste artigo não é fazer uma crítica a visão de Cascaes sobre o que é um museu, mas demonstrar que havia uma preocupação do artista no que concerne ao campo museológico. A pesquisa se deu a partir dos manuscritos de Franklin Cascaes, que eram cadernos produzidos por Franklin durante sua vida, contendo esboços de seus desenhos, cartas e textos. Era o espaço em que o artista expunha seus pensamentos no que concerne a arte, cultura e a sociedade de Florianópolis. O artigo pretende explorar como Cascaes pensou a museologia em seu campo de atuação, mesmo que sem citar diretamente a disciplina. Apresentar também de que maneira questões como documentação, preservação e conservação da sua obra aparecem em seus cadernos, direta ou indiretamente.

Palavras-chave: Cascaes; Museu; Museologia; Cultura.

Abstract: The purpose of this article is not to criticize Cascaes's view of what is a museum, but to show that there was a concern of the artist regarding the museum field. The research came from Franklin Cascaes' manuscripts, which were notebooks produced by Franklin during his lifetime, containing sketches of his drawings, letters, and texts. It was the space in which the artist expounded his thoughts on the art, culture and society of Florianopolis. The article intends to explore how Cascaes thought museology in its field of action, even without directly mentioning the discipline. Show also how issues such as documentation, preservation and conservation of his work appear in his notebooks, directly or indirectly.

Keywords: Cascaes; Museum; Museology; Culture.

A museologia é um campo em expansão. Uma de suas características mais distintas, e de extrema importância para esse crescimento, é a interdisciplinaridade, sua aproximação com diversas áreas do conhecimento. Segundo Guarnieri, a museologia é o estudo do museu e das relações com a sociedade, bem como o estudo da relação entre homem e objeto no espaço museal⁴.

1 Acsa Martins é graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Goiás. Email: acsa-natalia@hotmail.com

2 Agatha Thomas é graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Agathadias.thomas@gmail.com

3 Anna Julia Serafim é graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: aninha.serafim@hotmail.com

4GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Museu (1979). In: BRUNO, Maria C. de O. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretária de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.



Com a ampliação das discussões nas mesas redondas, cartas patrimoniais e instituições como o ICOM (Conselho Internacional de Museus) e o ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia), a Museologia passa a abranger outros espaços que não os museus para o estudo da relação homem/objeto, passando a compreender que esse estudo se dá em outros cenários construídos socialmente.

No livro *Há uma gota de sangue em cada museu*, Mário Chagas identifica e apresenta a visão museal do autor Mário de Andrade, através de suas obras e coleções. O autor propõe, através de sua obra, pensar “como determinados intelectuais oriundos de áreas de conhecimento distintas da museologia pensam e operacionalizam o que pensam (quando a operacionalização acontece) no campo dos museus e da museologia”⁵.

É a isso que se refere a expressão ‘olhar museológico’, retirada do livro de Chagas⁶. Uma maneira de compreender o museu, o patrimônio e a cultura de acordo com a museologia, mesmo não pertencendo a esse campo.

Assim identificamos o potencial museológico do artista catarinense Franklin Joaquim Cascaes, com base em informações encontradas em seus manuscritos, cadernos que compõem a coleção Elizabeth Pavan Cascaes no Museu de Arqueologia e Etnologia (MarquE/UFSC). Em seus cadernos – fonte documental da presente pesquisa – o artista fazia esboços de suas cartas, listagens de seu acervo, entre outros. Os cadernos podem dar uma perspectiva da visão de Cascaes sobre sua própria obra, mas assim como todo documento, suas leituras podem ser variadas, como nos mostra Karnal e Tatsch. Segundo os autores, o documento é “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”⁷. A coleção é formada também por desenhos em nanquim e esculturas em argila do artista.

No sentido do ‘olhar museológico’ de Chagas, buscamos explorar como Franklin Cascaes pensou a museologia em seu campo de atuação, mesmo que indiretamente, através de seus manuscritos.

Franklin Joaquim Cascaes sempre foi um apaixonado e entusiasta referente a arte e a tradição açoriana. Nasceu em Itaguaçu, em 16 de outubro de 1908. Foi autodidata, e desde cedo se interessou em aprender, posteriormente a registrar acontecimentos cotidianos e

5 CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*, Chapecó. São Paulo: Argos, 2015, p.24.

6 Ibid.

7 KARNAL, Leandro; TASTSCH, Flavia G. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B; LUCA, R. de L.O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 24.



tradições da Ilha de Santa Catarina. Inserir-se nas comunidades tradicionais e aprendia sobre seus costumes e crenças, e registrava o que observava através de suas obras: conjuntos escultóricos, desenhos e literatura, baseados nas histórias relatadas por moradores de comunidades tradicionais da Ilha de Santa Catarina.

Casado com Elizabeth Pavan Cascaes, sua companheira foi muito importante para o artista, dando nome inclusive ao acervo do artista que hoje se encontra no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC. José Gelci Coelho, o Peninha, amigo e também colaborador de Cascaes, afirma que a dona Bete, assim chamada, por sua constante presença e auxílio no trabalho de seu marido, foi coautora do projeto de pesquisa, que era idealizado pelos dois. Trabalhou como professor, realizando diversas exposições com seus alunos, e seu trabalho esteve durante muitos anos presente na praça XV de Novembro no centro da Ilha de Florianópolis, através de seus conhecidos presépios com apoio da Universidade e prefeitura da cidade, que inclusive lhe proporciona uma viagem de estudos para a Ilha dos Açores. O artista teve sua obra apresentada na I Bienal Latino-Americana, em 1978, na cidade de São Paulo, evidenciando a cultura catarinense a olhares de estrangeiros⁸.

Embora esse não fosse seu intuito, Franklin atuou como etnógrafo, exercendo um papel muito importante para a preservação e difusão dessa tradição tão adorada por ele. O resultado de suas pesquisas pode ser encontrado em suas obras, em que ele retratava, através de suas esculturas, desenhos e relatos literários, as histórias do cotidiano, imaginário e religiosidade da comunidade litorânea. O artista preocupava-se muito com o acesso da população às suas obras. Os frutos oriundos de sua vontade de propagação da tradição podiam ser observados, na época, em uma sala na própria residência do artista, local que ele mantinha aberto, sendo destinado ao livre acesso de quem estivesse interessado em aprender e conhecer. Foram muitas as exposições realizadas por Franklin Cascaes, tanto em seu atelier e residência quanto nas escolas em que lecionou, além das comunidades que frequentava para suas pesquisas, e de seus famosos presépios. Após sua aposentadoria, Cascaes foi convidado para trabalhar no Museu de Antropologia da UFSC, onde participou de diversas atividades e oficinas abertas à comunidade.

Cascaes já entendia o papel de seus estudos e suas obras para a cultura. E ainda, o papel do estado de Santa Catarina em garantir o acesso da população às suas obras. Em seus

8 ARAUJO, Adalice Maria de. Franklin Cascaes, o mito vivo da Ilha (mito e magia na arte catarinense). Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.

manuscritos podemos ter acesso aos esboços das cartas que Cascaes enviava a políticos e outras personalidades influentes da época. Em um deles, pede aos políticos do estado a concessão para que suas exposições fossem feitas em salas de aula das escolas da comunidade⁹. Além disso, para Cascaes, era de extrema importância dar um retorno de suas pesquisas à população. Em outro esboço de carta, Franklin pede ao prefeito de Florianópolis proteção cultural técnica para as coisas que dizem respeito à ilha¹⁰. Entre inúmeros registros históricos, Franklin também se propunha a criar um folclore catarinense.

Em uma dessas exposições o artista faz observações sobre o comportamento das pessoas no espaço expositivo:

Nos detalhes expressivos de suas fisionomias eu observei que eles sentiam-se honrados de poderem penetrar livremente naquela sala de grupo escolar Antônio Apóstolo, para olharem a cultura artística, que eles também tinham e têm o direito de possuir mas que, infelizmente, os responsáveis pelos destinos culturais do nosso povo não lhe deram¹¹.

Em diversas cartas, o professor, artista e folclorista Franklin Cascaes afirma sua vontade de construir um museu, mais especificamente o “Museu de Motivos Folclóricos da Ilha de Santa Catarina”¹². Desejo que nunca foi concretizado. Atualmente, sua coleção é parte integrante do acervo do Museu de Arqueologia e Etnografia/UFSC - Professor Oswaldo Rodrigues de Cabral. Coleção essa que o próprio Franklin reuniu, durante décadas de pesquisa folclórica, e doou em vida ao museu. Cascaes, em sua preocupação com o registro dessa cultura material e a criação de um museu para estes, queria “doar o museu para a nação”¹³. Notam-se em muitos de seus escritos preocupações de ordem preservacionista da cultura folclórica.

Em meio à suas obras, cabe destacar sua reprodução através de relatos feitos por pessoas analfabetas e semialfabetizadas sobre as credences bruxólicas de ilhéus. Nestes relatos encontra-se a forte presença da influência da linguagem e os aspectos típicos do falar ilhéu. Observa-se em suas obras, uma grande presença da cultura popular, das lendas sobre bruxas e aspectos míticos.

9 CASCAES, Caderno 17, [19--], s/p.

10 Ibid.

11 Ibid.

12 CASCAES, Caderno 18, [19--], s/p.

13 CASCAES, Caderno 18, [19--], s/p



Segundo o próprio Cascaes suas pesquisas folclóricas iniciaram-se em 1946¹⁴. Em conjunto com sua mulher Elizabeth, percorria a Ilha, visitando as comunidades distantes e recolhendo seus relatos em detalhes minuciosos. Durante seu trabalho de pesquisa, Cascaes não recolhia os vestígios materiais, e sim, o registro imaterial. Posteriormente é que desenvolvia suas obras, com base nesses registros. Segundo ele, “não recolho objetos folclóricos. Meus estudos [ilegível] são realizados cuidadosamente nas fontes genuínas da cultura popular do povo. Portanto os muitos elementos [ilegível] esculpidos são representantes fieis de motivos ou cenas (...)”¹⁵. Antes de produzir certas esculturas, por exemplo, Cascaes procurava fazer o desenvolvimento técnico da peça: desenhos, montagem, material usado, nome técnico e suas “formas dentro do mundo objetivo”¹⁶.

Algo que cabe destacar é que Franklin dizia que não se estuda a cultura popular dentro dos gabinetes, mas sim na sua fonte de origem observando-o por fora, por dentro e por todos os lugares. Havia essa preocupação de lidar diretamente com a comunidade, com o fazer folclórico, com o próprio ‘viver folclórico’ presente na ilha.

Desde 1958, Cascaes já reunia suas obras em um ‘museu’ na sua própria residência¹⁷. Em esboços de cartas endereçadas a políticos e outras figuras influentes do país como Assis Chateaubriand, pede ajuda para a construção do museu em um espaço próprio para este fim, bem como apoio para continuar suas pesquisas folclóricas, como o próprio intitulava, pela Ilha¹⁸. A pesquisa do professor abrangia desde os elementos ‘pagãos’ aos religiosos, crenças, festas e modos de produção, enfim, o cotidiano dos habitantes ilhéus. Como ressalta Souza, os avanços da modernidade colocavam em risco todos esses elementos, e daí surgiu a preocupação do folclorista em registrá-los antes que se perdessem¹⁹.

Souza aponta ainda para dois eventos importantes que ocorreram na mesma época em que Cascaes inicia de fato suas pesquisas: o Primeiro Congresso Catarinense de História e a fundação do Círculo de Arte Moderna, que posteriormente formaria o Grupo Sul, ambos em 1948²⁰. Esses dois eventos são marcos para a consolidação da cultura açoriana enquanto identitária do estado de Santa Catarina. Segundo o autor, os movimentos promoveram a ‘positivação’ da colonização açoriana no litoral catarinense. Principalmente o Congresso, na

14 CASCAES, Caderno 17, 1961, s/p.

15 CASCAES, caderno 60, [19--], s/p.

16 CASCAES, Caderno 40, [19--], s/p.

17 CASCAES, Caderno 102, [19--], s/p.

18 Ibid.

19 SOUZA, Evandro A. de. Franklin Cascaes: Uma Cultura em Transe, Florianópolis: Insular, 2002.

20Ibid.



tentativa política de desconstruir uma identidade com fortes influências germânicas para a 'construção' de uma identidade luso-brasileira²¹. Cascaes não foi convidado para participar do Congresso, pois para aqueles intelectuais, sua obra não era encarada enquanto pesquisa científica, mas nem por isso deixou de acompanhar as discussões acerca da 'açorianidade'.

É inegável a força legitimadora da identidade açoriana que a obra de Cascaes adquiriu com o tempo. Como ressalta Flores, a imagem do habitante do litoral, dentro do panorama cultural do estado de Santa Catarina, nem sempre foi positiva. Por conta do atraso econômico do litoral em relação às outras cidades do estado, a imigração lusitana da região foi entendida como causa do mesmo. Assim, a imagem dos homens e mulheres litorâneos era apresentada de maneira negativa, enquanto sobreviventes de um meio cultural e até mesmo geográfico desfavorável.

Museologia e Cascaes: aproximações

Um elemento importante para entender a necessidade que Cascaes sentia em construir um museu é que em 1957, formou-se no Curso Básico de Museologia pela Faculdade Catarinense de Filosofia²². Curso, que, como destaca Carminati²³, foi responsável por formar uma elite intelectual que fervilhava o panorama cultural da época. Esse curso²⁴ deve ter influenciado seu pensamento no que tange aos museus e demonstra que Cascaes não era leigo na área. Também mostra sua preocupação com a prática e a teoria dos museus.

Cascaes pensava o museu enquanto um espaço de preservação da memória, importante para o presente, bem como para o futuro.

Alguém disse: museu é como um dicionário de coisas. Eu afirmo museu é passado vivendo dentro do presente. Sim neles vivem as imagens do passado explicando melhor o presente. Vive o passado no presente porque ambos viverão o futuro. Formar um museu é erguer um monumento a Cultura e a Arte²⁵.

21 FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

22 CASCAES, Manuscrito 236, [19--], s/p.

23 CARMINATI, Celso João. *Lideranças políticas e religiosas e a fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia*, Programa de Pós-graduação em Educação – UDESC. 2007.

24 Não encontramos outras informações sobre o curso, além da citação nos manuscritos de Cascaes.

25 CASCAES, Caderno 60, [19--], s/p.



Um dos meios de 'preservação' dessa memória utilizado pelo pesquisador é o próprio registro das tradições orais. Segundo Souza, a cultura das comunidades da Ilha era basicamente oral e Cascaes foi um dos responsáveis por transformá-la em uma linguagem escrita e plástica²⁶. Pode-se perceber a importância do relato para Cascaes, aproximando-se do conceito de patrimônio imaterial, mesmo que ele não utilize o mesmo.

Apesar de não utilizar o termo documentação em seus escritos, Cascaes utiliza-se desse recurso. Para Smit a documentação "é um filtro que seleciona e organiza as informações, chamando a atenção para as principais"²⁷. A partir dessa definição pode-se concluir que as informações não existem por si só, mas precisam ser decodificadas, selecionadas e organizadas em sistemas de informações. Cascaes não fala diretamente sobre o processo de documentação de seu acervo em seus cadernos, mas o fato é que ele se preocupava em minimamente organizar seu próprio trabalho, seguindo alguns parâmetros da documentação museológica observados atualmente. Em seus manuscritos há diversas listagens, ou numa aproximação com a área da Museologia arrolamentos, que o artista fez sobre seus conjuntos escultóricos e desenhos. O arrolamento "é o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu"²⁸ ou no caso específico de Cascaes, na época, sua coleção.

Em relação ao acervo de esculturas do artista, as mesmas são divididas por conjunto escultórico. Em relação aos conjuntos, podem-se observar três informações principais: título da peça, material e medidas. Quanto aos desenhos, estes possuíam uma numeração corrida e data, mas nem todos possuíam títulos. Pode-se observar nessas listas o acréscimo de obras produzidas ao longo dos anos. Outra característica importante a ser observada é que ao final de cada lista há sempre a contagem das peças de seu acervo. Cascaes preocupava-se ainda, no controle do empréstimo de suas obras a terceiros. Em um de seus cadernos ele esboça uma 'Declaração de Empréstimo'²⁹ de suas peças para uma exposição. Nessa declaração, ele descrevia cada peça a ser emprestada e deixava clara a responsabilidade do solicitante sobre a obra, enquanto estivesse em exposição. Esse tipo de documento é um importante recurso para as práticas administrativas da instituição museológica, atualmente. Segundo Padilha, essa é

26 SOUZA, Evandro A. de. Franklin Cascaes: Uma Cultura em Transe. Florianópolis: Insular, 2002.

27 SMIT, Johanna. O que é documentação. São Paulo: Brasiliense, 1986.

28 PADILHA, Renata C. Documentação Museológica e Gestão de Acervo, Florianópolis: FCC, 2014, p.41.

29 CASCAES, Manuscritos 409, 432[19--], s/p.



uma documentação de apoio, que serve tanto para o controle, como para a segurança dos acervos³⁰.

Quanto a conservação, Cascaes já tem a noção de que fatores como a luz podem degradar seu acervo quando em exposição:

Sei que a luz artificial não é estática e não satisfaz do ponto de vista psicológico, ao passo que a luz natural é dinâmica e viva (...) O desenho e o tecido podem ser prejudicados na sua exibição pela luz solar³¹.

Em relação à iluminação, também demonstra ter conhecimento de técnicas de iluminação em exposições para oferecer ao visitante “condições de conforto que o convidem a demorar se na sua contemplação diante do objeto”³². E ainda a iluminação artificial como meio de “criar o seu ambiente artístico favorável”³³.

Considerações Finais

O objetivo principal da carreira e trajetória de Franklin Cascaes era a preservação da cultura ilhoa, como chamava, além de sua divulgação. Para tanto, Franklin procurava se inserir na comunidade para vivenciar, aprender e documentar suas tradições através de sua obra. Estava atento aos fazeres tradicionais de trabalho, costumes e religião, auxiliando pescadores, por exemplo, participando de missas e procissões, além de estabelecer um contato afetivo com os moradores. Questão que pode ser observada, por exemplo, em uma carta escrita por Franklin solicitando as autoridades auxílio a um pescador da Barra da Lagoa que já possuía certa idade, enfrentando problemas de saúde que o impediam de trabalhar³⁴.

O objetivo de Cascaes era registrar uma cultura que se ‘extinguiu’, pelo impacto da modernidade. E é devido aos seus esforços que temos hoje este grande acervo de histórias da cultura popular. Devida a sua idealização e apego ao passado e tradição de sua comunidade, ele fez este trabalho que é contemplando até os dias atuais.

Para o campo da museologia, é interessante identificar o potencial museológico que o artista apresentava, e que até hoje não foi estudado, apesar de sua relevância para o simbólico

30 PADILHA, Renata C. Documentação Museológica e Gestão de Acervo, Florianópolis: FCC, 2014, p.41.

31 CASCAES, Caderno 60, [19--], s/p.

32 Ibid.

33 Ibid.

34 Ibid.



da cultura catarinense. Cascaes pode não ter contribuído diretamente para o campo da museologia, como um pensador ativo do mesmo, contribuindo teoricamente. Apesar disso, já estava preocupado em pensar aspectos da museologia para a preservação do seu próprio acervo. Cascaes foi um artista que já pensava em aspectos da conservação e documentação de sua própria obra, já reunia e organizava suas obras para a fruição dos 'públicos'. E ainda, compreendia o museu como uma ferramenta valiosa para a educação e preservação da memória das comunidades com descendência açoriana.

Referências

ARAUJO, Adalice Maria de. *Franklin Cascaes, o mito vivo da Ilha (mito e magia na arte catarinense)*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.

CARMINATI, Celso João. *Lideranças políticas e religiosas e a fundação da Faculdade Catarinense de Filosofia*. Programa de Pós-graduação em Educação – UDESC. 2007.

CASCAES, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Caderno 60.

_____, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Caderno 17.

_____, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Caderno 18.

_____, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Manuscrito 236.

_____, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Manuscrito 409.

_____, Franklin. *Manuscrito*. Florianópolis: Acervo do Museu de Etnologia e Arqueologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral/UFSC, [19--]. Manuscrito 432.

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó. São Paulo: Argos, 2015.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. *Museologia e Museu*, (1979). In: BRUNO, Maria C. de O. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretária de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.



KARNAL, Leandro; TASTSCH, Flavia G. A memória evanescente. In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY, C. B; LUCA, R. de L. (org). São Paulo: Contexto, 2009.

PADILHA, Renata C. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC, 2014.

SOUZA, Evandro A. de. *Franklin Cascaes: Uma Cultura em Transe*. Florianópolis: Insular, 2002.

SMIT, Johanna. *O que é documentação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Recebido em 14 de junho de 2016

Aceito para a publicação em 30 de janeiro de 2017



RESENHAS

Contestado: uma guerra organizada na religiosidade

Catiúscia Alves Reynaud¹

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 5. Ed. Rev.- Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

O livro *Guerra do Contestado* “A organização da irmandade cabocla” foi lançado pela primeira vez em 1984, tendo posteriormente mais cinco edições, com a última lançada no ano de 2015 pela editora da UFSC, ano da comemoração do centenário da Guerra do Contestado (1912-1916). Vale ressaltar que todas as edições do livro seguiram fielmente o contexto da versão original, apresentando modificações apenas nas suas capas.

Este livro nos mostra o resultado de um trabalho belíssimo que demandou muitos estudos e pesquisas da professora doutora Marli Auras, que dedicou anos de sua vida acadêmica a estudar e compreender a vida dos caboclos na guerra do contestado. Foi o seu mestrado em Filosofia da Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que fez com que a autora se dedicasse aos estudos do Contestado, trabalhando em sua obra, a vida do homem caboclo com uma visão Gramsciana.

Foi na irmandade cabocla norteadora de todo um povo, que a autora se debruçou e conduziu seus estudos, para buscar nessa irmandade a criação de uma visão de mundo que traçou o destino de muitos homens e mulheres ao longo da Guerra do Contestado. Podemos perceber na leitura do livro, como essa articulação dos caboclos se fortaleceu nos discursos religiosos e caminhou nessa jornada bélica, por quatro anos, afirmando brutalmente seus direitos e resistindo aos avanços capitalistas. Um povo que empoderou-se, construindo suas próprias identidades e protagonizando sua história. A obra é destinada a todos os leitores que desejam entender esse período belicista da história do sul do país. O título do livro já nos apresenta a ideia central dessa obra na qual a autora trabalha a organização da irmandade cabocla com uma especificidade pedagógica embasada nos textos do filósofo Antonio Gramsci. Nele é possível observar as relações de poder entre os caboclos e as forças vigentes daquela sociedade, onde os sertanejos contestavam suas terras e reivindicavam seus direitos sociais, em contrapartida, recebiam como resposta, uma guerra armada, por parte do poder Republicano. A maneira da qual os caboclos se articularam e criaram os redutos que posteriormente seriam às ‘Cidades Santas’, onde eles viviam e se relacionavam.

¹ Acadêmica de graduação de História na Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Catiúscia_oliveira@yahoo.com.br



O livro nos traz essa relação fraternal da irmandade, sendo essa a especificidade pedagógica da qual a autora trabalha em sua obra. Essa especificidade vinda de um discurso religioso e de mentalidades fundadas em uma fé rústica, que foram sendo alimentadas pelos monges católicos que também fizeram parte dessa história. Foram estes estudos que nortearam o trabalho da autora Marli Auras, a importância dessa articulação de organização do grupo que mesmo em minoria lutaram por quatro anos pelos seus ideais. Um povo que ao perder suas terras e sua própria identidade, não perdeu seus sonhos e, ao longo da caminhada e dos terríveis conflitos, foram se encontrando e se reinventando como pessoas pertencentes há um grupo e importantes para muitos de sua irmandade.

O historiador Paulo Pinheiro Machado, em seu livro *Lideranças do Contestado: A formação e a atuação das chefias caboclas* faz um estudo biográfico sobre Adeodato, um dos líderes dos caboclos na guerra do contestado. Neste estudo biográfico, que pode trazer elementos para explicar como tropeiros, errantes e peões ‘convertiam-se’ à ‘santa religião’ para se posicionarem do lado rebelde, o autor aponta como Adeodato, caboclo, homem de cor, domador de cavalos e tropeiro conseguiu tornar-se “comandante geral dos redutos, como enfrentou metade dos efetivos do exército brasileiro, reforçado pelas políticas militares do Paraná e de Santa Catarina, além dos milhares de vaqueanos colocados à disposição dos que defendiam a ‘ordem republicana’”². Os estudos deste autor nos mostram a importância deste povo para a guerra, neste caso, falando mais especificamente de um homem, mas sempre retratando quem era este homem do contestado, que mesmo com muitas diversidades e dificuldades, uniu-se e formou a irmandade cabocla. Essa mesma irmandade que afirmou seu espaço em uma guerra, e em muitos dos conflitos foram vitoriosos, superando por muitas vezes as forças do exército brasileiro.

Todos esses estudos e apontamentos da autora Marli Auras e de outros pesquisadores como do historiador Paulo Pinheiro Machado acerca destes homens do contestado, nos levam a conhecer e entender um pouco mais sobre as histórias de vida deste povo sertanejo, reflexões importantes para ampliarmos nossos conhecimentos e as diferentes perspectivas da Guerra do Contestado.

No período de 1912 a 1916 nas terras contestadas, que compreendia o planalto catarinense e também o paranaense, começa a surgir um grande conflito social e político. Estava de um lado o poder público, as grandes empresas capitalistas americanas e os coronéis

2 MACHADO, Paulo P. *Lideranças do Contestado: A formação e a atuação das chefias caboclas* (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p 294.



que ali viviam e eram os donos de grandes porções de terras - esse grupo foi denominado pelos caboclos por serem os ‘peludos’. Em contrapartida de outro lado estavam em grande desvantagem por estarem em menor número e não terem condições mínimas de sobrevivência, os ‘pelados’ - caboclos também denominados pelo próprio grupo. Estes em minoria travaram uma guerra sangrenta, mas ancorada e inspirada na santidade divina de homens.

A obra de Marli Auras nos traz claramente a vida miserável de sobrevivência dos caboclos e como eles se articularam nos sertões catarinenses e também paranaenses, para se defenderem e lutarem. Os caboclos nessa especificidade pedagógica da irmandade, construída e reconhecida nos seus movimentos rebeldes, que segundo a autora foi uma maneira encontrada por eles, de levantarem sua bandeira e lutarem por seus ‘direitos’, encontraram esperança nos discursos religiosos dos monges, que também ganharam muitos destaques e esclarecimentos em sua obra.

Dividido em três capítulos onde relata os principais acontecimentos históricos ao longo da guerra, o livro apresenta ainda em anexo uma documentação fotográfica - uma interessante e importante memória visual da guerra do contestado.

No primeiro Capítulo, intitulado *A desestruturação da ordem vigente pela presença do Grupo Farquhar*, a autora nos traz uma ambientação anterior à guerra, como por exemplo, a ocupação do planalto catarinense, seus moradores caboclos, trabalhadores, indígenas locais e coronéis abastados. Temos também uma contextualização acerca dos motivos que levaram a chamada guerra do ‘contestado’ o período em que existiu uma contestação territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

A peregrinação de monges por aqueles territórios, a força de sua representação sendo eles uma figura de autoridade e religiosidade muito bem quista para os moradores caboclos da região com suas curas benzedeiras, batismos, apadrinhamentos e palavras de fé e esperança de um catolicismo rústico e rudimentar. A ordem econômica, social e política vigente nessas regiões, a economia baseada na erva-mate e na criação de gado, são questões que aparecem igualmente neste capítulo. Segundo aponta ainda Auras, a composição social se dava entre os posseiros e trabalhadores caboclos, em grande maioria, e em menor número tinham os coronéis.

O poder político era representado pelo governo dos estados e sobre tudo da república, também pelos coronéis locais, que detinham um grande poderio naquelas regiões. A chegada de novas forças econômicas, políticas e sociais como exemplo, a ferrovia e a empresa



americana do grupo Farquhar: Lumber³, também são discutidas na obra. Era preciso para a expansão da economia a construção de uma ferrovia, uma estrada que ligasse o estado de São Paulo com os estados do sul do país, passando pelo Paraná, Santa Catarina e chegando ao estado do Rio Grande Do Sul. Em 1890 a obra foi iniciada com o projeto de 1.403 quilômetros de extensão, mas só foi concretizada boa parte dela e posteriormente finalizada com a chegada da empresa norte-americana, que investiu recursos nessa grande construção, o que lhes concedeu por parte do governo, grandes porções de terras nas áreas dos arredores da ferrovia, acarretando em um descontentamento por parte da população cabocla que viviam naquelas terras concedidas agora, ao grupo americano, fazendo parte da negociação do governo. Esses caboclos moradores das terras tiravam seu sustento da mesma, cultivando seus alimentos para sua própria subsistência. Essas expulsões foram iniciadas em 1911, marginalizando assim os caboclos que não tinham mais suas terras, suas moradias e seus mínimos vitais. Só lhes sobrando à esperança por dias melhores.

Em *A estruturação de uma nova ordem pelos conflitos “Peludos” versus “Pelados”*, temos a apresentação de toda a organização dos caboclos em meio às dificuldades encontradas, como eles que em minoria, começavam a se aglutinar ao lado do monge José Maria, que foi uma figura muito forte diante dos caboclos. Marli Auras nos mostra que essa aglomeração ao redor de José Maria, não agradou os coronéis das redondezas, com medo de uma suposta rebelião por parte dos ‘pelados’.

No decorrer dos fatos o livro relata toda a trajetória dos caboclos contando o primeiro confronto, que iniciou a guerra e que acarretou também na morte do monge José Maria. A partir dessa fatalidade, a autora nos conta como os caboclos que sobreviveram no conflito, fizeram deste acontecimento um fato milagroso, onde para eles o monge não teria morrido, mas sim estava vivo por vontade divina, e como logo neste período criou-se um imaginário religioso acerca dos conflitos e o quão necessário àquela guerra era para que a vontade de Deus fosse feita na terra. Cada vitória conquistada ao longo das disputas entre ‘pelados’ versus ‘peludos’ era a prova de que Deus estava ao lado deles. Esse primeiro confronto que deu início à guerra do Contestado ocorreu na cidade de Irani em Santa Catarina. A partir disso os caboclos começaram a criar os redutos que nada mais eram, que suas moradias, comunidades que foram sendo construídas para que eles pudessem conviver, facilitando na organização bélica. Os redutos também lhes traziam uma maior segurança, pois estavam

3 Grupo Farquhar Lumber empresa Norte-americana especializada em grandes empreendimentos.



aglomerados em um grande número de pessoas, com os mesmos ideais de lutas e de crenças, praticavam suas cerimônias religiosas e suas festividades. Auras nos traz ainda a estrutura que se estabelecia nesses redutos, seus modos de convívio, adotando uma característica de irmandade, e onde podemos ver claramente no livro os ideais e crenças destes homens e mulheres, que dividiam todos os seus alimentos, adotando todos que ao seu grupo viessem procurando por abrigo, comida, respaldo, uma representação política e de força.

No decorrer deste capítulo temos também com detalhes as respectivas batalhas, suas consequências para ambos os lados e as investidas por parte dos caboclos em roubar os arredores dos redutos. Os conflitos gerados por confrontos de coronéis e caboclos, para assegurar seus bens e suas próprias vidas e de suas famílias, para conter os saques em suas terras e frear o movimento rebelde dos caboclos, os coronéis amedrontados com a revolta dos caboclos, partiam para as batalhas juntamente com seus peões, travando confrontos armados.

Nos acontecimentos da guerra, temos a importante chegada do general Setembrino de Carvalho ao planalto contestado, com suas táticas de guerra cercando os redutos, fazendo com que os caboclos passassem fome e os isolando, eliminando qualquer tentativa de fuga de seus membros para roubos e saques. Esses acontecimentos que a autora abarca, foram de suma importância para que os conflitos se encaminhassem para um desfecho, não favorável ao grupo protestante dos caboclos, mas sim por parte do governo e seu exército, para dar um fim aquela guerra sangrenta que se alastrava pelo o estado de Santa Catarina e também em porções menores do Paraná.

No último capítulo *A articulação e o ocaso da visão de mundo da irmandade*, a autora trabalha com o desfecho da guerra, mas articulando com as especificidades do grupo caboclo que estavam sendo totalmente esmagados pelo exército da República. Essa especificidade que traz uma visão de mundo por parte dos caboclos, começa agora a se ruir, a desarticulação da irmandade, os redutos sendo cercados, os sertanejos não tinham mais outra saída, a não ser se entregar ao exército republicano, era isso ou era a morte. Com essa desarticulação da irmandade, todo aquele imaginário religioso e apocalíptico cai por terra, o motivo do qual os faziam manter-se unidos já não mais tinha sentido, pois eles foram vencidos na guerra. Esse capítulo nos traz essa reflexão sobre a visão de mundo dos caboclos, que primeiramente os impulsionou para a guerra, mas agora neste momento começa a se ruir e declinar.

Em sua conclusão da obra, Auras aborda o esgotamento do homem sertanejo na guerra e como sua irmandade cabocla era insuficientemente respaldada para assegurar seus direitos mediante as forças do capitalismo. Por mais que se articulassem na fé de um Exército



Encantado de São Sebastião, era praticamente impossível que aquele homem dos sertões analfabeto, às margens da sociedade pudesse lutar e reivindicar suas queixas. A autora faz ainda em sua conclusão um apontamento muito importante, onde ela percebe as raízes dessa guerra, como um problema social e não policial.

Este livro nos traz esclarecimentos e nos permiti uma maior compreensão sobre a vida e a trajetória desses homens, mulheres e crianças, que por interesses econômicos e sociais, foram expulsos de suas terras pelas forças de uma nova ordem capitalista que começou a se formar naquela sociedade. Na obra, percebemos como foi importante à articulação dos caboclos e a criação da irmandade, as relações de fraternidade que foram estabelecidas por eles, uma luta que não foi apenas de um homem, mas sim de um povo, que se articulou à maneira encontrada por eles, e que numa teoria divina de ‘Monarquia’ suportaram a dor e travaram a guerra.

A autora nos leva a uma reflexão mais crítica dessa guerra e nos conduz por um caminho mais atento ao homem que protagonizou este marco histórico, o caboclo que por muitos anos foi visto e marcado por ser um sujeito sem moral, sem costumes, ‘baderneiros’. Homens e mulheres revoltados e os causadores de uma guerra violenta. Precisamos refletir sobre esses julgamentos e rótulos, que ao longo da história foram sendo forjados e apresentados para contemplar uma guerra e a história de um país e seu exército.

A Guerra Do Contestado- A organização da irmandade cabocla é uma referência para quem quer se aprofundar nos estudos deste período belicista, sendo uma rica leitura para todos os que apreciam os livros, mas, sobretudo aos, que buscam entender e compreender suas histórias.

Referências

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 5. Ed. Rev.- Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

MACHADO, Paulo P. *Lideranças do Contestado: A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

Recebido em 17 de julho de 2016



Aceito para a publicação em 26 de janeiro de 2017





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA
ISSN 1984-3968